



**Universidade de Brasília - UNB**

**Faculdade de Planaltina - FUP**

**Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural**

**PPG-Mader**

**CONTRIBUIÇÕES DO PRONAF MULHER E DO PAA NO COTIDIANO DAS  
MULHERES RURAIS DE ARACRUZ/ES: UMA ANÁLISE A PARTIR DA  
PERSPECTIVA DE GÊNERO**

Marcia Roziane Zumak  
Dissertação de Mestrado

Brasília/DF  
Março 2019

Universidade de Brasília - UNB  
Faculdade de Planaltina - FUP  
Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural  
PPG-Mader

**CONTRIBUIÇÕES DO PRONAF MULHER E DO PAA NO COTIDIANO DAS  
MULHERES RURAIS DE ARACRUZ/ES: UMA ANÁLISE A PARTIR DA  
PERSPECTIVA DE GÊNERO**

Marcia Roziane Zumak

Orientadora  
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Laura Maria Goulart Duarte

Dissertação de Mestrado

Brasília-DF  
Março de 2019

## Ficha Catalográfica

Zumak, Marcia Roziane

Contribuições do Pronaf Mulher e do PAA no Cotidiano das Mulheres Rurais de Aracruz: uma Análise a partir da Perspectiva de Gênero / Marcia Roziane Zumak. -- Brasília, 2019. 112 f.: il

Orientadora: Laura Maria Goulart Duarte.  
Dissertação (Mestrado - Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural) -- Universidade de Brasília, 2019.

1. Políticas Públicas com Recorte de Gênero. 2. Relações de Gênero no campo.  
3. Agricultura Familiar.  
4. Mulheres Rurais. 5. Pronaf Mulher e PAA. I. Duarte, Laura Maria Goulart. II. Título .

Universidade de Brasília - UNB  
Faculdade de Planaltina - FUP  
Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural  
PPG-Mader

**CONTRIBUIÇÕES DO PRONAF MULHER E DO PAA NO COTIDIANO DAS  
MULHERES RURAIS DE ARACRUZ/ES: UMA ANÁLISE A PARTIR DA  
PERSPECTIVA DE GÊNERO**

Marcia Roziane Zumak

Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural da Universidade de Brasília como parte dos requisitos necessários para a obtenção do grau de Mestra em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural

Banca examinadora:

---

Profa. Dra. Laura Maria Goulart Duarte (UNB)  
(orientadora)

---

Profa. Dra. Suzi Huff Theodoro (UNB)  
(Membro Interno)

---

Profa. Dra. Gema Galgani Leite Esmeraldo (UFC)  
(Membro Externo)

---

Prof. Dr. Mário Ávila (UNB)  
(Examinador Suplente)

Brasília-DF, 22 de março de 2019

Dedico este trabalho aos homens e mulheres da minha vida. Destaco três homens em especial: meu pai Álvaro Zumak, *in memoriam*, um homem com pouca instrução escolar, mas um vanguardista em ideias, que sempre me impulsionou a ir um pouco mais adiante; e aos meus filhos Tomás Zumak e Pedro Ernesto Zumak Soares, que sempre compreenderam minhas ausências físicas e minha vida cigana. Venho de uma família de muitas mulheres. Portanto, dedico à todas, assim como às amigas que a vida me trouxe.

## AGRADECIMENTOS

Nenhuma construção é realizada de forma individual. Ninguém é autossuficiente. Para realizar este caminho ao qual me propus, recebi orientações, amparo e auxílio de muitos e muitas. Portanto, muito tenho a agradecer.

Em primeiro lugar agradeço as forças universais que, mesmo invisíveis, sempre estiveram e estão ao meu lado. Eu sinto. O sentir não se explica.

Agradeço a UNB e, em especial, a Faculdade de Planaltina, nas figuras de seus profissionais, que me acolheram desde o início e me apoiaram com recursos humanos e financeiros, sem os quais eu não teria meios para estudar e desenvolver a dissertação.

Agradeço carinhosamente ao corpo docente do Mader. Nossos/as queridos/as mestres e mestras. Todos/as vocês foram muito importantes para a minha formação acadêmica. Esperemos que esta não seja uma despedida final.

Agradeço minha orientadora nesta empreitada, professora Laura Maria Goulart Duarte, que soube me conduzir com maestria. Me transmitiu segurança, confiança e muito conhecimento. Sempre esteve prontamente disponível para me orientar em todas as dúvidas e questionamentos, e, ao mesmo tempo, me deu liberdade para ousar e criar.

Agradecimento especial às mulheres rurais de Aracruz que em mim confiaram e permitiram a realização das entrevistas. Seus relatos foram feitos com muita segurança, sinceridade e, em muitos momentos, carregados de emoção. São elas: Taciana Sperandio Barone, Vanderleia Couto Vieira Paixão, Vanete Carvalho Pereira Vieira, Maria de Lourdes Marta Malouvini, Joana Batista de Oliveira, Maria Aparecida de Oliveira Zinger, Marilena Marta Favarato, Clesia Lisboa do Carmo, Hilma Aparecida Câmara Vicente, Catarina Campos e Ivani da Conceição dos Santos.

Meu agradecimento ao Márcio Américo, colega e parceiro de muitos trabalhos desenvolvidos para a agricultura familiar, por disponibilizar todas informações que me permitiram conhecer o PAA em Aracruz.

Agradeço as professoras Suzi Huff Theodoro e Gema Galgani Leite Esmeraldo, e ao professor Mário Ávila, membros da banca examinadora, pela

disposição de colaborar nesta dissertação. E, finalmente, agradeço todos e todas que me apoiaram de alguma forma durante a realização do mestrado.

Obrigada!

“Toda mulher parece com uma árvore. Nas camadas mais profundas de sua alma ela abriga raízes vitais que puxam a energia das profundezas para cima, para nutrir suas folhas, flores e frutos. Ninguém compreende de onde uma mulher retira tanta força, tanta esperança, tanta vida. Mesmo quando são cortadas, tolhidas, retalhadas, de suas raízes ainda nascem brotos que vão trazer tudo de volta à vida outra vez.”

Clarissa Pinkola Estés



## RESUMO

A presença das mulheres no campo brasileiro e na produção agrícola é um fato. Apesar de produzirem, tanto para o autoconsumo, quanto para a comercialização, permanecem na invisibilidade. As mulheres rurais entrevistadas nesta pesquisa desenvolvem jornadas duplas ou triplas de trabalho para conciliar as atividades produtivas com as reprodutivas, o que não se traduz, na maioria das vezes, em reconhecimento como sujeitos produtivos no campo e no desenvolvimento rural. O não reconhecimento do trabalho das mulheres rurais impulsionou a sua organização, com vistas a garantir direitos e visibilidade. Como resultado de suas demandas, o Estado brasileiro implementou políticas públicas para a agricultura familiar com recorte de gênero. Este trabalho buscou responder as seguintes questões: As políticas públicas para a agricultura familiar com recorte de gênero estão contribuindo para a inclusão produtiva das mulheres rurais e para diminuir as desigualdades de gênero no campo? A pesquisa procurou analisar as possíveis contribuições do Pronaf Mulher e do Programa de Aquisição de Alimentos no cotidiano de mulheres rurais de Aracruz, ES, a partir de uma perspectiva de gênero. Com uma abordagem qualitativa, o trabalho envolveu três recursos metodológicos principais: levantamentos bibliográfico e documental, depoimentos e entrevistas semiestruturadas. Os dados foram analisados tendo como base quatro eixos: i) Divisão Sexual do Trabalho (produtivo e reprodutivo); ii) Acesso às Políticas Públicas com Recorte de Gênero (Pronaf Mulher e PAA); iii) Autonomia Econômica; iv) Empoderamento e Organização. Os resultados comprovaram a hipótese de que o acesso ao PAA e ao Pronaf Mulher pelas mulheres de Aracruz contribuiu para alavancar suas atividades agrícolas e não agrícolas, assim como para fortalecer sua participação nos arranjos produtivos da agricultura familiar. As principais mudanças observadas no cotidiano das entrevistadas se referem à autonomia econômica, ao aumento da autoestima e maior visibilidade produtiva. No entanto, a hipótese de que o acesso às duas políticas contribuiria para a diminuição das desigualdades de gênero no campo não se sustentou frente aos resultados da pesquisa, uma vez que os avanços evidenciados não foram suficientes para alterar a divisão sexual do trabalho, especialmente no âmbito doméstico. Foi possível concluir que, apesar das políticas, dos esforços das mulheres e dos avanços alcançados, a igualdade de gênero no campo está longe de acontecer. As mudanças positivas se deram de forma mais efetiva na esfera do trabalho produtivo e pouco afetaram o trabalho reprodutivo, tradicionalmente conferido às mulheres, restando praticamente inalterada a divisão sexual do trabalho – um dos fundamentos das estruturas patriarcais e das desigualdades de gênero no campo brasileiro.

**PALAVRAS-CHAVE:** mulheres rurais, políticas públicas, relações de gênero.

## **ABSTRACT**

The presence of women in the Brazilian countryside and in the agriculture, production is a fact. Although they produce, both for self-consumption and for commercialization, they remain invisible. The rural women interviewed in this research develop double or triple working days to reconcile productive and reproductive activities, which is not usually reflected in recognition as productive subjects in the field and in rural development. The non-recognition of the work of rural women has boosted its organization with a view to guaranteeing rights and visibility. As a result of their demands, the Brazilian State has implemented public policies for family farming with a gender cut. This paper sought to answer the following questions: Are public policies for family-based agriculture with a gender cut contributing to the productive inclusion of rural women and to reducing gender inequalities in the countryside? The research sought to analyze the possible contributions of Pronaf Mulher and the Food Acquisition Program in the rural women's daily life of Aracruz, ES, from a gender perspective. With a qualitative approach, the work involved three main methodological resources: bibliographical and documentary surveys, depositions and semi-structured interviews. The data were analyzed based on four axes: i) Sexual Division of Labor (productive and reproductive); ii) Access to Public Policies with Gender Cut (Pronaf Mulher and PAA); iii) Economic Autonomy; iv) Empowerment and Organization. The results confirmed the hypothesis that access to PAA and Pronaf Mulher by Aracruz women contributed to leverage their agricultural and non-agricultural activities, as well as to strengthen their participation in local productive arrangements. The main changes observed in the daily life of the interviewees refer to economic autonomy, increased self-esteem and greater productive visibility. However, the hypothesis that access to both policies would contribute to the reduction of gender inequalities in the field was not supported by the results of the research, since the advances made were not enough to alter the sexual division of labor, especially in the domestic scope. It was possible to conclude that, despite the policies, the efforts of women and the progress achieved, gender equality in the field is far from happening. Positive changes occurred more effectively in the sphere of productive work and did little to affect the reproductive work traditionally accorded to women, leaving the sexual division of labor virtually untouched - one of the foundations of patriarchal structures and gender inequalities in the Brazilian countryside.

**KEY WORDS:** rural women, public policies, gender relations.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Dinâmica de formação das políticas públicas com recorte de gênero na agenda institucional.....	47
Figura 2: Evolução do montante total de recursos disponibilizado, aplicado e quantidade de contratos realizados pelo Pronaf. ....	50
Figura 3: Evolução da participação das mulheres no número de contratos e no montante de recursos do Pronaf, em percentagem. ....	52
Figura 4: Alocação dos recursos por gênero e unidade da federação –2014 ..	53
Figura 5: Recursos totais disponibilizados anualmente para o ES.....	58
Figura 6: Número de fornecedores/as do PAA no ES.....	58
Figura 7: Percentagem de participação de mulheres no PAA de 2009 até 2017 .....	60
Figura 8: Responsabilidade pelo trabalho reprodutivo .....	86
Figura 9: Responsabilidade pelo trabalho produtivo .....	87
Figura 10: Planejamento das atividades produtivas .....	88
Figura 11: Obtenção da informação para acessar a política pública.....	89
Figura 12: Titulação da Declaração de Aptidão ao Pronaf .....	89
Figura 13– Participação da renda familiar .....	90
Figura 14: Autonomia para gerir a renda advinda do acesso às políticas públicas. ....	91
Figura 15: Participação em associação da agricultura familiar.....	92
Figura 16: Condição de participação na associação .....	93
Figura 17: Participação em organização de representação da agricultura familiar antes do acesso a política pública com recorte de gênero.....	94
Figura 18: Contribuição com opiniões e sugestões nas reuniões da associação .....	95
Figura 19: Valorização na família e comunidade.....	96
Figura 20: Mudanças para melhor em seu cotidiano após o acesso às políticas públicas .....	97

## **LISTA DE QUADROS**

Quadro 01: Número de mulheres rurais que acessaram o PAA e suas respectivas associações.....	22
Quadro 02 –Cronologia das políticas públicas com recorte de gênero no Brasil.	48
Quadro 03: Número de operações de crédito via Pronaf .....	51
Quadro 04: Dados comparativos entre os Censos Agropecuários de 2006 e 2017 .....	63
Quadro 05: Estabelecimentos por condição legal dos/as proprietários/as. ....	64
Quadro 06: Número de estabelecimentos familiares e condição legal do .....	64
Quadro 07: Área do estabelecimento rural por condição legal do produtor/a ..	64
Quadro 08: Uso da terra e área ocupada. ....	65
Quadro 09: Quantitativo de mulheres que acessaram o PAA em Aracruz .....	79

## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1: Recursos federais aplicados na aquisição de produtos do PAA de 2003 a 2017 .....	56
Tabela 2: Número de beneficiários fornecedores do PAA e recursos totais por ano no ES.....	57
Tabela 3: Participação das mulheres no PAA de 2009 até 2017 .....	60
Tabela 4: Número de estabelecimentos rurais por sexo. ....	66

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
CAPÍTULO 01- METODOLOGIA .....	20
CAPÍTULO 02 – REFERENCIAL TEÓRICO.....	26
2.1. Desenvolvimento Rural .....	27
2.2. Agricultura Familiar.....	30
2.3. Gênero.....	32
2.4. Políticas Públicas.....	39
CAPÍTULO 03 – POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR COM RECORTE DE GÊNERO .....	41
3.1. Lutas das mulheres rurais por reconhecimento.....	42
3.2. Políticas Públicas para a agricultura familiar com recorte de gênero.....	46
3.2.1. Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar .....	48
3.2.1.1. Pronaf Mulher.....	51
3.2.2. Programa de Aquisição de Alimentos.....	54
CAPÍTULO 04 – PRONAF MULHER E PAA NO COTIDIANO DE MULHERES RURAIS DE ARACRUZ.....	62
4.1. Cotidiano de mulheres que acessaram o Pronaf Mulher.....	66
4.2. Cotidiano de mulheres que acessaram o PAA.....	77
CAPÍTULO 05 – CONTRIBUIÇÕES DO PRONAF MULHER E DO PAA NAS RELAÇÕES DE GÊNERO.....	85
5.1. Análise e interpretação dos dados extraídos da pesquisa de campo.....	86
6.0 – CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	99
7.0 – REFERÊNCIAS.....	103
8.0 – APÊNDICE.....	110
9.0 – ANEXOS.....	112

## INTRODUÇÃO

A presença das mulheres rurais brasileiras no campo e na produção agrícola é um fato. Elas estão produzindo para o autoconsumo e para a comercialização. Enquanto desenvolvem suas atividades produtivas, também se encarregam da esfera reprodutiva. As estatísticas mostram que o rural é habitado por um percentual de mulheres quase equivalente ao percentual de homens, porém ao se verificar os dados de remuneração, número de estabelecimentos rurais, tamanho dos estabelecimentos rurais, percebe-se que as mulheres estão relegadas a índices inferiores quando comparados com os índices dos homens rurais.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (BRASIL,2009), do percentual de 15% (quinze por cento) que habitam o rural brasileiro, 47,38% são mulheres. O Censo Agropecuário de 2006 quantificou 5.175.489 estabelecimentos rurais, familiares<sup>1</sup> e não familiares. Dentre esses, 4.519.261 estabelecimentos têm como responsáveis os homens, enquanto 656.228 estão sob a responsabilidade das mulheres. Dentre todos os estabelecimentos rurais, um total de 4.367.902 são familiares, que representam 84,4% dos estabelecimentos rurais com uma área de 80,25 milhões de hectares, ocupando apenas 24,3% das terras do país (BRASIL, 2009). Ao se comparar o tamanho médio dos estabelecimentos rurais, os dados revelam a desigualdade entre os gêneros: 88,19 ha é o tamanho médio da propriedade dos homens, sendo 33,17 ha o tamanho médio das propriedades de mulheres. Esta desigualdade também está presente no número de estabelecimentos chefiados por mulheres, um total de 12,7%. Não há uma relação justa do trabalho laboral das mulheres com a remuneração. Os dados apontam que 46,6% das mulheres que habitam o campo desenvolvem atividades para o autoconsumo, mas o percentual de mulheres que não recebem remuneração é de 64% (BRASIL, 2009). Existe desigualdade também na valoração do trabalho de mulheres e homens, e, conseqüentemente na renda obtida. A razão entre o rendimento médio das mulheres em relação ao dos homens ocupados no rural é 72,7% (BRASIL,2009). Apesar da desigualdade de renda, as mulheres estão contribuindo ativamente para o orçamento

---

<sup>1</sup> O Censo Agropecuário adotou o conceito de Agricultura Familiar conforme a Lei 11.326, de 24/07/2006.

doméstico. Segundo o IBGE, as mulheres rurais contribuem com 42,4% do rendimento familiar (BRASIL, 2009).

Os dados apontados no Censo Agropecuário de 2006 não deixam dúvidas de que o desenvolvimento rural está se dando com relações assimétricas de poder entre os gêneros. A assimetria de poderes também se estabelece na esfera reprodutiva, haja vista que são as mulheres que ficam, na maioria das vezes, com toda responsabilidade do trabalho e cuidados com a família. Segundo a Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios (PNAD), 95,6% de mulheres que vivem com seus companheiros realizam as tarefas domésticas, enquanto para os homens na mesma condição o índice é de 76,4% (PNAD, 2016).

A economia rural sempre esteve marcada pela divisão sexual do trabalho. Os homens estão associados a atividades econômicas que geram emprego ocupação e renda, enquanto as mulheres concentram-se em atividades voltadas para o autoconsumo familiar, com baixo grau de assalariamento e de obtenção de renda (BUTTO e LEITE, 2010). As mulheres participam das atividades produtivas, mas em grande parte a atividade da mulher é considerada como um auxílio à atividade masculina, ainda que as atividades sejam correlatas. As mulheres possuem jornadas duplas ou triplas de trabalho porque conciliam suas jornadas nas áreas de produção com os cuidados. Em que pese toda essa carga de trabalho (agricultora, mãe, esposa, responsável pelo autoconsumo), as mulheres continuam invisibilizadas dentro de suas casas, nos estabelecimentos rurais e nos espaços de representação da categoria, com poder de decisão. Essa ausência de reconhecimento do trabalho das mulheres rurais impulsionou a sua organização para a luta por direitos e, principalmente para serem reconhecidas como sujeitos produtivos no campo.

Até décadas passadas, as políticas públicas de desenvolvimento rural não reconheciam o trabalho das mulheres. Esta concepção contribuiu para a naturalização das desigualdades entre homens e mulheres e a consequente dependência das mulheres ao universo masculino (BUTTO e LEITE, 2010). A partir da década de 2000, por meio das reivindicações dos movimentos sociais do campo, as políticas públicas para a agricultura familiar com recorte de gênero foram formuladas e houve a destinação de recursos financeiros específicos para fomentar as atividades produtivas das mulheres.

Políticas públicas são diretrizes, princípios orientadores para a ação do poder público; regras e procedimentos para as relações entre poder público e sociedade, mediações entre o tecido social e agentes do Estado. São, nesse caso, políticas explicitadas, sistematizadas ou formuladas em documentos (leis, programas, linhas de financiamentos) que orientam ações que normalmente envolvem aplicações de recursos públicos (TEIXEIRA,1997). As Políticas públicas com recorte de gênero são políticas que reconhecem a diferença de gênero e, com base nesse reconhecimento, implementam ações diferenciadas para mulheres (FARAH, 2004). O conceito de gênero foi incorporado pelo feminismo e pela produção acadêmica sobre mulheres nos anos 1970 e, desde então, tem sido interpretado de formas distintas por diferentes correntes do feminismo (FARAH, 2004). Segundo Scott, (1990, p.21) gênero é “o elemento constitutivo das relações sociais fundadas sobre diferenças percebidas entre os sexos.”

O papel das políticas públicas é tornar um meio adverso em um meio menos adverso após a sua execução. De acordo com o Censo Agropecuário de 2006, o campo ainda é um meio com muitas adversidades. Estas permanecem, em grande parte, invisibilizadas.

A minha experiência profissional com as famílias rurais, desenvolvida ao longo de mais de três décadas, condiz com os dados do IBGE (2009). Foi perceptível o papel secundário a que as mulheres agricultoras estão submetidas. Presenciei nos estabelecimentos rurais o trabalho diário e exaustivo das mulheres rurais nas atividades produtivas e reprodutivas, porém essa participação não se estendia na partilha dos rendimentos, no planejamento das atividades e em processos formativos dirigidos à agricultura familiar, bem como em atendimentos da assistência técnica e extensão rural (Ater).

A experiência específica de uma mulher rural em Aracruz foi o primeiro motivador para esta pesquisa. Ao desenvolver uma atividade de campo, quando de uma visita técnica em uma propriedade rural, percebi que uma agricultora familiar desenvolvia atividades agroindustriais em uma pequena cozinha doméstica. Pela qualidade de seus produtos eu a incentivei a buscar crédito para investimento em infraestrutura, uma cozinha industrial, e ampliação de suas atividades por meio do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) específico para as mulheres, o Pronaf Mulher. O desafio foi



aceito pela agricultora, tornando-se, assim, a primeira mulher em Aracruz a acessar o Programa. Essa agricultora consta como uma das entrevistadas neste trabalho, o que muito o enriquece. Outro fator impulsionador para que eu me dispusesse a pesquisar as contribuições das políticas públicas com recorte de gênero no cotidiano de mulheres rurais em Aracruz aconteceu cerca de um ano depois, em um evento de agroturismo. A pioneira de acesso ao Pronaf Mulher fez um relato emocionado e expôs o quanto se sentia bem, confiante e feliz porque, após o acesso e a ampliação da atividade agroindustrial, ela tinha seu próprio dinheiro e *não dependia mais do marido para comprar até um batom*. Essa mesma mulher, anteriormente a toda essa nova realidade, era tímida, não tinha confiança para falar em público. Muito diferente da *nova mulher* que relatava suas experiências com autoconfiança e, ao mesmo tempo, incentivava outras mulheres presentes para que essas também ampliassem suas capacidades produtivas. Nos anos seguintes acompanhei as transformações que aconteceram no cotidiano dela. Essas transformações se deram no nível pessoal, como o aumento da autoestima e, no nível econômico, com o aumento da renda familiar e a ampliação de mercado.

As transformações pelas quais a agricultora aracruzensense foi protagonista em seu dia a dia despertou a minha imaginação criativa. Fiquei tocada pelo desejo de ampliar e aprofundar os estudos acerca dos efeitos, das contribuições que as políticas públicas com recorte de gênero, a exemplo do Pronaf Mulher, podem produzir no cotidiano das mulheres rurais. Segui o caminho que Freitas (2004, p. 205) sugere: “todo profissional deve desenvolver habilidades e dominar sistemas, técnicas e métodos inerentes à necessidade por construção de conhecimento a partir de dados disponíveis no seu contexto de atuação.” A partir de meus questionamentos e minhas observações, e de posse de dados do Censo Agropecuário de 2006, que mostram o quanto o campo continua com índices desiguais no desenvolvimento rural, principalmente no que tange as relações de trabalho entre os gêneros, surgiu o tema da pesquisa que me trouxe ao Mestrado em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural (Mader).

Segundo Gerhardt e Souza (2009, p.11): “só se inicia uma pesquisa se existir uma pergunta, uma dúvida para a qual se quer buscar a resposta. Pesquisar, portanto, é buscar ou procurar resposta para alguma coisa”. As minhas dúvidas foram muitas em relação ao papel desenvolvido pelas políticas

públicas para a agricultura familiar com recorte de gênero e seus (possíveis) efeitos transformadores no cotidiano de mulheres que as acessaram, tais quais: as políticas públicas para a agricultura familiar com recorte de gênero estão cumprindo seu papel de promoção à inclusão produtiva das mulheres rurais? Estão contribuindo para diminuir as desigualdades de gênero no campo? Se estão, porque grande parte das mulheres rurais continuam na invisibilidade?

A busca por respostas me levou de volta ao rural de Aracruz, agora em um novo contexto e com um novo olhar, o olhar de pesquisadora. A pesquisa pode nos dar algum indicativo se as políticas públicas direcionadas às mulheres rurais em Aracruz estão alcançando o objetivo esperado.

A pesquisa resultou nesta dissertação estruturada em cinco capítulos. O primeiro capítulo concentra a metodologia utilizada para o desenvolvimento da pesquisa e para a análise e interpretação dos dados obtidos em campo. O segundo capítulo faz a abordagem conceitual acerca dos temas desenvolvidos na dissertação, o referencial teórico. O terceiro capítulo aborda o histórico de organização e luta das mulheres rurais em busca do reconhecimento como trabalhadoras rurais e, portanto, sujeitos de direito no desenvolvimento rural. Faz uma abordagem também das políticas públicas com recorte de gênero pesquisadas, Pronaf Mulher e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). O quarto capítulo contempla o cotidiano de mulheres rurais em Aracruz, com ênfase nas experiências dessas mulheres e os acessos às políticas públicas, tendo como base partes de relatos das mulheres entrevistadas. O quinto capítulo traz a análise e interpretação dos dados pesquisados. Por último, as considerações finais apresentam as principais conclusões do trabalho a partir da validação (ou não) das hipóteses da pesquisa e outras observações.

Este trabalho não tem a pretensão de esclarecer todos os questionamentos acerca da temática. Até porque a cada resposta obtida, outras dúvidas se somam e novas respostas precisam ser buscadas, e o caminho vai cada vez mais além. No entanto, a pesquisa pode contribuir com elementos que subsidiem a análise do poder de alcance (ou não) que as políticas públicas diferenciadas para agricultura familiar, em especial aquelas com recorte de gênero, têm perante seu público beneficiário.

A pesquisa aborda as (possíveis) contribuições de duas políticas públicas destinadas à agricultura familiar com recorte de gênero - o Pronaf Mulher e o

PAA, tendo em vista serem programas de incentivo à produção e à comercialização, respectivamente - no cotidiano de mulheres rurais de Aracruz/ES com análises e reflexões feitas a partir da perspectiva de gênero. Para orientar a investigação, duas hipóteses foram construídas:

I - As mulheres rurais de Aracruz/ES acessam o PAA e o Pronaf Mulher para alavancar suas atividades agrícolas e não agrícolas, fortalecendo sua participação nos arranjos produtivos. Essa inserção e/ou fortalecimento são percebidos como positivo no cotidiano dessas mulheres, especialmente no que se refere ao aumento da renda, à diversificação produtiva, ao acesso aos mercados, à autonomia econômica e ao empoderamento por meio de participação em espaços coletivos de representação e de tomada de decisões.

II - O acesso às políticas públicas com algum recorte de gênero, tais como o Pronaf Mulher e o PAA, contribui para diminuir a invisibilidade produtiva das mulheres rurais de Aracruz/ES assim como as desigualdades de gênero no campo.

O objetivo geral da pesquisa foi analisar a relação entre o acesso às políticas públicas com recorte de gênero e a maior visibilidade produtiva e empoderamento das mulheres rurais, e, conseqüentemente, a diminuição da desigualdade de gênero no campo. Este objetivo geral desdobrou-se em dois objetivos específicos: (i) analisar as mudanças provocadas no cotidiano das mulheres rurais de Aracruz/ES, em decorrência do acesso ao PAA e ao Pronaf Mulher, no que se refere ao aumento da renda, à inserção das mulheres nos arranjos produtivos familiares e sua participação em organizações representativas da agricultura familiar. (ii) analisar se o acesso às políticas públicas com algum recorte de gênero, tais como o Pronaf Mulher e o PAA, contribuiu para diminuir a invisibilidade produtiva das mulheres rurais de Aracruz/ES e as desigualdades de gênero no campo.

## **CAPÍTULO 01 - METODOLOGIA**

A pesquisa foi desenvolvida a partir de uma abordagem qualitativa. Segundo Flick (2007), a pesquisa qualitativa usa o texto como material empírico, parte da noção da construção social das realidades em estudo. O autor argumenta que a pesquisa qualitativa está interessada nas perspectivas dos/as participantes, em suas práticas do dia a dia e em seu conhecimento cotidiano relativo à questão em estudo. Os métodos devem ser adequados àquela questão e abertos o suficiente para permitir um entendimento de um processo ou relação. Isso significa que se pode identificar um entendimento comum do que é a pesquisa qualitativa. Flick (2007 apud DENZIN e LINCOLN, 2005, p.3) apresenta uma definição inicial e genérica para pesquisa qualitativa:

A pesquisa qualitativa é uma atividade situada que posiciona o observador no mundo. Ela consiste em um conjunto de práticas interpretativas e materiais que tornam o mundo visível. Essas práticas transformam o mundo, fazendo dele uma série de representações, incluindo notas de campo, entrevistas, conversas, fotografias, gravações e anotações pessoais. Nesse nível, a pesquisa qualitativa envolve uma postura interpretativa e naturalística diante do mundo. Isso significa que os pesquisadores desse campo estudam as coisas em seus contextos naturais, tentando entender ou interpretar os fenômenos em termos dos sentidos que as pessoas lhes atribuem.

Com base na abordagem qualitativa, o desenvolvimento da dissertação envolveu três recursos metodológicos principais: levantamentos bibliográfico e documental, depoimentos e entrevistas semiestruturadas. As entrevistas semiestruturadas foram escolhidas porque permitem que o indivíduo entrevistado possa ter liberdade para responder, sem ficar restrito (apenas) às questões formuladas. A entrevista é um recurso metodológico utilizado em trabalhos de campo que permite ao pesquisador/a aproximação com a realidade a ser estudada. Segundo Minayo (2009, p.65), as entrevistas:

Referem-se a informações diretamente construídas no diálogo com o indivíduo entrevistado e tratam da reflexão do próprio sujeito sobre a realidade que vivencia. Os cientistas sociais costumam denominar esses últimos de dados “subjetivos”, pois só podem ser conseguidos com a contribuição da pessoa. Constituem uma representação da realidade: ideias, crenças, maneira de pensar; opiniões, sentimentos, maneiras de sentir; maneiras de atuar; condutas; projeções para o futuro: razões conscientes ou inconscientes de determinadas atitudes e comportamentos.

Para a aplicação dos recursos metodológicos foram executados os seguintes procedimentos: (i). Seleção, leitura e fichamento de material bibliográfico sobre temas relativos à pesquisa, tais como: organização das mulheres rurais no Brasil; políticas públicas para a agricultura familiar com recorte de gênero; gênero como categoria de análise; agricultura familiar e desenvolvimento rural. (ii). Coleta e análise de dados de fonte secundária, com o objetivo de fundamentar os temas pesquisados e o universo da pesquisa através de fontes como: censos demográficos e agropecuários e Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); (iii). Coleta de dados e informações sobre a operacionalização e resultados das políticas públicas estudadas, junto aos sites da Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (Sead), Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), Banco do Brasil (BB), Banco Central do Brasil (BCB), propostas de vendas do PAA em Aracruz e outros documentos que se mostraram importantes para a pesquisa. Posteriormente, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com mulheres que faziam parte do universo da pesquisa.

O universo de pesquisa foi composto por mulheres rurais de Aracruz/ES que acessaram o Pronaf Mulher no período de 2003 a 2017 e o PAA no período de 2011 a 2017. Este recorte temporal foi delimitado pelo ano de criação da política (ou do recorte de gênero) e o ano anterior ao da realização da pesquisa de campo. O PAA teve início em 2004 sem o recorte de gênero, mas em 2011

houve o acréscimo de um artigo configurando este recorte. O Pronaf Mulher foi criado em 2003. Se constitui em um subprograma do Pronaf, criado em 1995.

Foram entrevistadas 11 (onze) mulheres, sendo 02 (duas) que acessaram o Pronaf Mulher e 09 (nove) mulheres que acessaram o PAA. O pequeno número de entrevistas com mulheres que acessaram o Pronaf Mulher foi decorrência da quase inexistência de acesso a esta política pública. Foram encontradas somente duas mulheres. Em relação ao PAA, o recorte amostral foi de 09 mulheres entrevistadas, de um quantitativo de 32 mulheres que acessaram o Programa. Os dados para estabelecer o quantitativo foram obtidos a partir das 06 (seis) propostas de participação apresentadas à Conab entre os anos de 2013 (primeiro ano de acesso em Aracruz/ES) até 2017, pertencentes a 05 (cinco) associações, conforme quadro abaixo:

**Quadro 01: Número de mulheres rurais que acessaram o PAA e suas respectivas associações**

<b>Associações</b>	<b>Nº de mulheres que acessaram</b>	<b>Nº de mulheres entrevistadas</b>
Aprumata	07	02
Agribovis	07	02
Nova Esperança	04	02
Cachoeiro do Riacho	07	02
Lajinha	07	01
<b>TOTAL</b>	<b>32</b>	<b>09</b>

Fonte: dados extraídos das propostas do PAA em Aracruz (2013-2017).

O recorte amostral proposto de 02 (duas) mulheres por associação só foi possível ser feito com 04 (quatro) associações. Na associação que fez o primeiro acesso ao PAA em Aracruz – Lajinha – só foi possível identificar uma mulher. Essa mulher entrevistada foi a primeira mulher a acessar o Programa no município, fato que enriqueceu muito a pesquisa em virtude das experiências e vivências da pioneira nesse acesso. Portanto, a amostra total corresponde a 28% (vinte e oito por cento) do total de mulheres que acessaram o PAA em Aracruz.

Foram elaboradas questões orientadoras para as entrevistas, que se encontram no apêndice.

A extração de informações para efeito de análise já foi posta desde o cabeçalho da entrevista. Dentre os itens para a caracterização pessoal, o item *profissão* foi colocado para, além da obtenção da informação pessoal, também ser configurado como um item analítico. Ao responde-lo, a entrevistada já estaria, automaticamente, respondendo se a mesma se reconhecia como trabalhadora rural, extrativista, pescadora ou qualquer outra profissão que visibilizasse seu trabalho produtivo.

### **1.1. Eixos de análise**

As questões orientadoras têm como base 04 (quatro) eixos de análises subdivididos em categorias. Os mesmos eixos e suas subdivisões formaram a base de análise dos dados obtidos nas entrevistas. São eles:

#### 1.1.1. Divisão Sexual do Trabalho - Trabalho Reprodutivo e Produtivo

As questões foram propostas para que as entrevistadas pudessem alocar temporalmente (antes e depois do acesso) as atividades reprodutivas e produtivas em seus cotidianos.

- i) Como ocupa (ou divide) o tempo (trabalho, lazer, outras atividades...)
- ii) Relação entre atividade (s) desenvolvida (s) e a política pública acessada
- iii) Trabalho Produtivo
  - Participação no planejamento das atividades da unidade de produção;
  - Participação nas atividades produtivas;
  - Participação nas atividades de comercialização;
  - Participação na gestão (com poder de decisão?) no planejamento das atividades da unidade familiar;
  - Remuneração do trabalho (recebe ou não alguma forma de remuneração pelo trabalho produtivo?).
- iv) Trabalho Reprodutivo
  - Responsabilidade das atividades domésticas/ cuidados com a casa e a família antes do acesso às políticas públicas (divide a responsabilidade das atividades domésticas com alguém? Quem?);

- Divisão das responsabilidades das atividades domésticas / cuidados com a casa e a família a partir do (s) acesso (s) à (s) política (s) pública (s).

#### 1.1.2. Acesso às Políticas Públicas (PAA e Pronaf Mulher)

- Informação sobre a política pública e forma (s) de acesso;
  - Como a informação da existência da política pública chegou até a entrevistada;
  - Dificuldades e/ou facilidades durante o processo burocrático para o (s) acesso (s);
  - Declaração do trabalho produtivo (Declaração de Aptidão ao Pronaf - DAP e/ou Bloco de Produtor/a Rural).

#### 1.1.3. Autonomia Econômica

- Participação na renda familiar antes e após o acesso às políticas públicas;
- Remuneração alcançada via acesso;
- Formas de utilização da remuneração;
- Autonomia para sua utilização ou planejamento para tal.

#### 1.1.4. Empoderamento e Organização

- Participação em alguma organização da agricultura familiar antes e após o acesso (poder de decisão/gestão);
- Participação em algum coletivo comunitário antes e após o acesso (com poder de decisão/gestão);
- Desenvolvimento de alguma atividade produtiva com outras mulheres (poder de decisão/gestão).

Todas as entrevistas foram realizadas nos meses de junho, julho e agosto de 2018, foram gravadas em áudio e depois transcritas, mantendo o máximo de fidelidade. Ao final das entrevistas havia um momento para que as entrevistadas fizessem relatos livres com o objetivo de acrescentar fatos ou percepções que ainda não haviam sido expostos. Para todas as mulheres que acessaram, tanto



o PAA como o Pronaf Mulher, os eixos de análise bem como as questões orientadoras foram os/as mesmos/as.

Após as entrevistas, os dados foram analisados e interpretados. Segundo Gil (2008), a análise tem como objetivo organizar os dados para que os mesmos possam fornecer respostas ao problema proposto e a interpretação procura dar um sentido mais amplo a essas respostas.

O desenvolvimento deste trabalho se baseou na recuperação das experiências vivenciadas por mulheres rurais a partir do acesso às políticas públicas mencionadas e as mudanças ocorridas em seus cotidianos

## CAPÍTULO 2 - REFERENCIAL TEÓRICO

A década de 2000 foi uma década de muitos avanços para as mulheres rurais no Brasil. Essa década marca o pioneirismo das políticas públicas para a agricultura familiar com recorte de gênero. Em 2003 teve início o primeiro governo federal do Partido dos Trabalhadores (PT), com a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva<sup>2</sup> – mais conhecido como Lula – como presidente do Brasil. A partir da eleição de Lula se desenhava um cenário propício para uma maior acolhimento das reivindicações dos movimentos sociais do campo, uma vez que o projeto de governo do PT era focado no desenvolvimento social e econômico, sensível às reivindicações da classe trabalhadora urbana e rural. Houve um acolhimento das pautas reivindicatórias dos movimentos sociais do campo, que continham também as reivindicações das agricultoras que lutavam por políticas públicas específicas dentro do cabedal de políticas para a agricultura familiar (HEREDIA e CINTRÃO, 2006).

As conquistas que as mulheres rurais obtiveram não foi decorrente de uma iniciativa unilateral do governo federal em reconhecimento à condição de invisibilidade produtiva a que as mulheres sempre estiveram no campo. Tal reconhecimento do protagonismo dessas mulheres no desenvolvimento rural foi fruto de décadas de organização e de lutas (CARNEIRO, 1994; FARAH, 2004; HEREDIA e CINTRÃO, 2006; SILIPRANDI, 2011). Carneiro (1994) discute a luta das mulheres rurais pelos seus direitos e enfatiza suas múltiplas identidades (mães, esposas e trabalhadoras rurais) dentro de suas propriedades, de seus lares e de suas comunidades. Todas essas identidades precisam ser reconhecidas e visibilizadas na estrutura socioeconômica rural. Esse reconhecimento passa pela família, comunidade, organizações sociais de representação da agricultura familiar e pelo Estado. As mulheres se organizaram e lutaram em movimentos mistos e em movimentos específicos de mulheres, dentro e fora dos movimentos sindicais (CARNEIRO, 1994; SILIPRANDI, 2011).

Os movimentos feministas no Brasil começaram a tomar corpo na década de 1980 (CARNEIRO, 1994; SILIPRANDI, 2011). Campos (2017), estudando o feminismo no Brasil, destaca que a atuação das mulheres nos movimentos

---

<sup>2</sup> Lula governou por dois mandatos correspondentes ao período de 2003 até 2011.

feministas oportunizou as reivindicações por direitos sociais e políticos, por reconhecimento e pela diminuição das desigualdades, “nas múltiplas vivências femininas” (CAMPOS, 2017, p 36). Isso pressupõe as lutas como mulher, mãe, trabalhadora, luta pela terra, por direitos civis e contra as desigualdades de gênero, e, como tal, incorpora as relações desiguais de poder entre os gêneros no núcleo familiar, nos trabalhos produtivos, nas representações de classes e nas relações sociais como um todo. Observa-se, a partir de então, a introdução de gênero nas agendas políticas, o que possibilitou a consolidação da temática *Gênero e Políticas Públicas* como um campo de estudos no Brasil, assim como a incorporação da perspectiva de gênero nas políticas públicas (Farah, 2004). Nas políticas de desenvolvimento rural a temática gênero aparece a partir do ano 2000 (BUTTO e LEITE, 2010). As décadas passadas excluía as agricultoras do cenário produtivo, e conseqüentemente, elas não eram reconhecidas como agentes do desenvolvimento rural.

## **2.1 – Desenvolvimento Rural**

O desenvolvimento rural, segundo Kageyama (2004) possui diversas definições. Entretanto, a autora enfatiza que, para além da multiplicidade conceitos, é necessário que a ideia de desenvolvimento rural seja uma combinação do aspecto econômico, do aspecto social e da diversificação das atividades que geram renda. No aspecto econômico o desenvolvimento rural deve promover o aumento do nível e estabilidade da renda familiar, no aspecto social contribui de forma satisfatória para a obtenção de um nível de vida socialmente aceitável e também contemplar a pluriatividade rural. Essa pluriatividade é centrada em atividades agrícolas e não agrícolas. Kageyama reitera que (2004, p.6):

O desenvolvimento rural tem de específico o fato de referir-se a uma base *territorial*, local ou regional, na qual interagem diversos setores produtivos e de apoio, e nesse sentido trata-se de um desenvolvimento *multissetorial*. Ao mesmo tempo, as áreas rurais desempenham diferentes funções no processo geral de desenvolvimento e, ao longo desse processo, essas funções se

modificam. A função produtiva, antes restrita à agricultura, passa a abranger diversas atividades, desde o artesanato e o processamento de produtos naturais até aquelas ligadas ao turismo rural e à conservação ambiental; a função populacional, que nos períodos de industrialização acelerada consistia em fornecer mão-de-obra para as cidades, agora inverteu-se, requerendo-se o desenvolvimento de infraestrutura, serviços e oferta de empregos que assegurem a retenção de população na área rural; a função ambiental passa a receber mais atenção após as fases iniciais da industrialização (inclusive do campo) e demanda do meio rural a criação e proteção de bens públicos e quase-públicos, como paisagem, florestas e meio ambiente em geral. Nesse sentido, o desenvolvimento rural, além de multissetorial, deve ser também *multifuncional*.

Há quatro fatores que, segundo Schneider (2010) precisam ser considerados, ao se fazer referência ao desenvolvimento rural no Brasil. O primeiro fator, que o autor considera o mais importante, se dá em torno das discussões e trajetória da agricultura familiar e seu potencial intrínseco como modelo social, econômico e produtivo, que se deu a partir da década de 1990. O segundo fator está relacionado à influência do Estado no meio rural por meio das políticas públicas para a agricultura familiar. O terceiro fator se refere às mudanças ocorridas no âmbito político e ideológico centrado na discussão acerca da visível dualidade que existe no campo brasileiro. Essa dualidade está relacionada às diferentes formas de produção da agricultura familiar e da agricultura patronal. O quarto e o último fator diz respeito à temática da sustentabilidade ambiental. Segundo Schneider (2010, p. 517): “o debate em torno desta questão transcende e extrapola a fronteira do espaço rural porque a própria discussão sobre sustentabilidade é anterior a retomada do debate sobre o desenvolvimento rural”.

Navarro (2001) reitera que há vários *desenvolvimentos* que cabem dentro do desenvolvimento rural, tais como o desenvolvimento agrário, o desenvolvimento rural sustentável, o desenvolvimento local, dentre outros, e as diferentes linhas de estudos que, convergem e divergem sobre a temática. Segundo Navarro (2001, p.90): "desenvolvimento rural é também campo de

produção do conhecimento e sujeito a arquiteturas analíticas inspiradas por tradições teóricas diversas e, muitas vezes, divergentes entre si.”

Abramovay (2003) analisa o desenvolvimento rural sob dois aspectos: a dimensão territorial e o capital social. Segundo o autor, a dimensão territorial não é somente o espaço geográfico ou uma base física para as relações que aí se dão, mas a interação de relações, redes, convenções e demais trocas entre o tecido social aí existente. O autor enfatiza que, para que haja um sentido de desenvolvimento territorial, o tecido social precisa interagir de forma coletiva e de cooperação. Dessa forma, o tecido social passa a compor o capital social das regiões rurais. A noção de capital social permite que os indivíduos ajam de forma coletiva e integrada, e não independentemente. Os objetivos não são estabelecidos de forma isolada e faz com que os comportamentos individuais sejam menos egoístas. O capital social bem definido e coeso é base para vários ganhos, inclusive o acesso ao crédito (ABRAMOVAY, 2003).

Abramovay (1999) segue discorrendo que há outros aspectos, além do acesso ao crédito, que precisam ser observados quando se faz referência ao desenvolvimento rural como as questões relativas ao acesso à terra. Segundo o autor, o acesso à terra precisa ser acompanhado de condições dignas de incentivos financeiros, organização social e políticas públicas para além do simples crédito rural. É necessária a transformação no ambiente social e econômico para que também as oportunidades no rural possam se desenvolver. Pensar em desenvolvimento rural é pensar para além da simples expansão das atividades agropecuárias. É necessário, segundo o autor, se criar um novo território onde sejam valorizados os recursos locais e que haja um ambiente propício à colaboração entre os diversos segmentos produtivos e entre o campo e a cidade (ABRAMOVAY, 1999; 2004).

O desenvolvimento rural é um campo conceitual e de ações que foi construído tendo como protagonista *o produtor rural, o pequeno produtor, o agricultor familiar*. Todas as expressões que identificam os sujeitos atuantes no rural sempre apareceram masculinizadas. O trabalho produtivo das mulheres ficou invisibilizado nessa forma de construção textual. As expressões com concordância em gênero apenas no masculino evidenciam o não reconhecimento das agricultoras nem como sujeitos, nem como coadjuvantes do processo de desenvolvimento rural. Há que se evidenciar, desde as construções

textuais até a construção de políticas públicas, que o rural não é um local habitado apenas pelo *homem do campo*, mas por famílias compostas por homens e mulheres, jovens e adultos/as.

A criação do Pronaf, em 1995, não proporcionou, de forma automática, a visibilidade que as mulheres rurais pleiteavam. Com a criação do Pronaf, surge uma nova nomenclatura, *Agricultura Familiar*, para designar uma (ou várias) categoria (s) já existente (s). Esta categoria refere-se às famílias que possuem pequenas propriedades rurais e tem na base familiar a maior força laboral. Até a década 1990 essa parcela de agricultores/as era tratada, de forma genérica, como *pequenos agricultores* (GRISA e SCHNEIDER, 2014). A mudança na terminologia não fez com que um novo segmento rural simplesmente surgisse no campo. Sabe-se que o campo sempre foi habitado por famílias que mantêm com a terra uma relação econômica, cultural, sentimental, com modos e costumes que são traduzidas em diferentes formas de produção. Wanderley afirma que (1996, p.2):

A agricultura familiar não é uma categoria social recente, nem a ela corresponde uma categoria analítica nova na sociologia rural. No entanto, sua utilização, com o significado e abrangência que lhe tem sido atribuído nos últimos anos, no Brasil, assume ares de novidade e renovação.

## **2.2. – Agricultura Familiar**

No Brasil, o conceito de agricultura familiar se consagrou no campo técnico científico e acadêmico no início da década de 1990, e a discussão sobre sua abrangência, pertinência e impactos nas políticas públicas e na ação política permanece até os dias de hoje (DUARTE, 2014). O termo agricultura familiar migrou também para o campo legal, passou a ser utilizado para delimitar uma categoria rural que usa a força de trabalho quase que exclusivamente familiar, que detém propriedades rurais até 04 módulos fiscais e que obtém grande parte de sua renda advinda da unidade produtiva familiar. Para efeito de políticas públicas, desde 1995, esse segmento de agricultores/as já era reconhecido

como familiares e se encontrava apto a realizar os acessos. Entretanto, a lei 11.326, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais só foi sancionada em 2006.

Wanderley (2003) discute a densidade conceitual da agricultura familiar e afirma que a mesma é uma categoria genérica vez que inclui uma variedade de situações concretas no campo. A diversidade dentro da agricultura familiar vem de uma diversidade de sujeitos rurais com seus diferentes modos de produção e de relação com a terra. Wanderley (2003) analisa a relação histórica e cultural do campesinato e sua interface com a agricultura familiar. A agricultura camponesa, segundo a autora, pode ser vista de uma forma mais restrita ou mais tradicional em virtude de sua relação com a unidade de produção, que é central para a reprodução familiar. Essa relação familiar acontece para dentro da unidade de produção como o trabalho coletivo, as linhas de sucessão familiar, quanto para fora, como as regras para as uniões matrimoniais, a vida profissional das gerações sucessórias, entre outras regras familiares e produtivas. Porém, segundo Wanderley (2003), essas duas categorias, agricultura camponesa e agricultura familiar, não são antagônicas. Pelo contrário, elas estão inter-relacionadas. Wanderley (2003, p.47) vê no agricultor familiar “um camponês bem acordado”, vez que esses constroem suas histórias, inventam e reinventam suas formas de produção e resistência agrária, a partir das intervenções do Estado. São parceiros de um projeto social e político, e não simplesmente objetos de intervenção estatal. Schneider e Cassol (2014) reúnem camponeses/as e agricultores/as familiares sob o guarda-chuva da agricultura familiar. Os autores reconhecem que há diferenças entre os/s mesmos/as e os/as catalogam em diferentes tipologias da agricultura familiar. Essas tipologias foram detectadas a partir de análises dos dados extraídos do Censo Agropecuário de 2006. Segundo os autores, a agricultura familiar pode ser classificada em três grupos<sup>3</sup>: estabelecimentos familiares especializados;

---

<sup>3</sup> Para verificação da metodologia utilizada pelos pesquisadores e maior detalhamento ver SCHNEIDER e CASSOL. Diversidade e heterogeneidade da agricultura familiar no Brasil e algumas implicações para a política pública. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**. Brasília, v.31, n.2, p.227-263, maio/ago. 2014.

estabelecimentos familiares com múltiplas fontes de renda e estabelecimentos familiares com residentes rurais (SCHNEIDER e CASSOL, 2014).

Ainda que a agricultura com base familiar tenha diferenciações, que seja uma categoria genérica, conforme Wanderley (2003) enfatiza, a unificação da nomenclatura – agricultura familiar- foi importante para visibilizar esse segmento de agricultores/as. A partir desse reconhecimento, o Estado Brasileiro formulou políticas públicas diferenciadas para essa categoria. Além do reconhecimento econômico e social, a nova terminologia faz justiça às mulheres e jovens que vivem e trabalham no campo, pois ao se fazer referência à agricultura familiar, está se fazendo referência direta à família rural, formada por homens, mulheres, jovens e adultos/as. Não são mais apenas os *pequenos produtores* ou o *homem do campo*, que habitam e trabalham no campo. A agricultura familiar, entendida como a força de trabalho produtivo de membros da família, inclusive das mulheres, trouxe luz para as discussões acerca das relações de gênero no campo pois possibilitou visibilizar as desigualdades existentes.

### **2.3 – Gênero**

O campo de estudos sobre gênero consolidou-se no final dos anos 1970. O conceito foi incorporado pela produção acadêmica e pelo feminismo (FARAH,2004). A autora atribui esse fato devido o fortalecimento do movimento feminista no país. O conceito gênero, antes de sua incorporação a estudos acadêmicos e movimentos feministas, era tido como uma categoria descritiva e se relacionava diretamente com a distinção de sexos numa visão meramente biológica - masculino e feminino; macho e fêmea. Os estudos de Scott (1990) aparecem no final do século XX e ressignificam gênero. Até então, segundo a autora, havia muitas referências a gênero como uma categoria descritiva ou para substituir o termo “mulher” e retirar do foco de estudos as relações assimétricas de poder entre homens e mulheres. Scott (1990) trabalha a temática gênero como um elemento constitutivo das relações sociais que se baseia nas diferenças percebidas entre os sexos e como uma das primeiras formas de significar as relações de poder. Segundo a autora, o gênero implica os quatro elementos relacionados entre si: (i) símbolos; (ii) conceitos normativos que evidenciam interpretações dos símbolos que tentam limitar e conter suas



possibilidades metafóricas (tratam como consenso o que é conflito); (iii) na identidade subjetiva (o gênero é o meio de decodificar o sentido e de compreender as complexas relações na interação humana); (iv) o gênero é construído nas relações de parentesco, na economia, na organização política e na sociedade (SCOTT, 1990).

Para Saffioti (2015, p.47), gênero também “diz respeito a uma categoria histórica, cuja investigação tem demandado muito investimento intelectual”. A autora considera gênero um conceito aberto, que não pode ficar limitado a categoria de relações apenas entre o masculino e o feminino, e acrescenta que ao se referir a gênero se está falando de relações entre mulheres e homens, homens e homens e mulheres e mulheres. Saffioti entende o patriarcado como um tipo de relação desigual de gênero onde há a dominação/exploração das mulheres pelos homens. Esse tipo de relação não se restringe apenas ao seio familiar, mas se estende à todas as esferas de relações. A autora esclarece que, assim como os demais fenômenos sociais, o patriarcado está em constante transformação. Daí a necessidade de se situar os estudos e análises no contexto histórico que permeiam essas relações de gênero (SAFFIOTI, 2015).

Saffioti (1999) destaca o pioneirismo de Simone de Beauvoir como precursora dos estudos de gênero. O livro de Simone de Beauvoir, *O Segundo Sexo*, publicado em 1949, abriu caminho para os estudos acerca de gênero e para a compreensão da opressão a que estão submetidas as mulheres nas relações desiguais de poder. Segundo Saffioti (1999, p.163):

O Segundo Sexo influenciou sobretudo o pensamento feminista e tem contribuído para transformar não somente a visão de milhares de mulheres sobre a vida em sociedade, como também suas condutas. Desta sorte, des-re-construiu – e continua a fazê-lo em áreas do planeta onde penetrou recentemente – o feminino e, por via de consequência, o masculino. E. tudo começou com O Segundo Sexo. Hoje, estamos no gênero, terreno no qual “on ne naît pas femme, on le devient<sup>4</sup>”.

---

<sup>4</sup> “Ninguém nasce mulher, torna-se mulher”. Fonte: SAFFIOTI. Primórdios do conceito de gênero. **Cadernos Pagu**, n.12, p.157-163. São Paulo, 1999.

Luna (1993), ao fazer uma análise da historiografia feminina e sua (in) visibilidade na historiografia humana, reitera que a história das mulheres é a história da humanidade. As mulheres têm construído a história junto com os homens, com idêntico estado de sujeito, mas as mulheres permanecem na sombra da própria história. Luna afirma, ainda, que a historicidade da diferença sexual provoca uma revolução na historiografia atual (LUNA, 1993). O patriarcado sempre exerceu o papel de oprimir as mulheres por meio de várias forças sejam elas a violência sexual, as forças religiosas, educacionais, o uso de mitos e crenças ou forças econômicas. Usando sempre a violação física ou de direitos como força principal (LUNA, 1993 apud MILLET 1969). A análise de Luna acerca do conceito de gênero está fortemente relacionada com o meio social e o cotidiano das mulheres. No cotidiano estão inseridos elementos como a família, a educação, o trabalho (LUNA, 1993). Ainda segundo a autora, nas análises de gênero há vários fatores que precisam ser abordados como: estrutura social, relações sociais, grupos sociais, mudanças sociais, opressão, exploração, modo de produção e classe social. A autora preconiza que o estudo histórico da diferença sexual tem relação direta com o poder e sua distribuição entre os gêneros, e que há uma política sexual que ordena as relações entre os gêneros (LUNA, 1993).

A utilização do termo gênero para os estudos feministas não é unânime. Há reservas em torno do conceito de *gênero*. Alguns trabalhos, citados por Luna (1993), defendem que os estudos denominados *estudos de gênero* são, na realidade, os estudos de *mulheres*. A omissão do termo *mulheres* com a consequente substituição por *gênero*, seria uma forma de se tentar “obscurecer uma perspectiva politicamente transformadora que sempre foi a marca dos estudos da mulher”<sup>5</sup> (LUNA, 1993, apud OLIVEIRA e BRUSCHINI, 1992, p.37).

Feministas marxistas tecem fortes críticas em relação a utilização do termo gênero ao se fazer referência aos estudos de mulheres. Cisne (2005) argumenta que, ao se discutir uma nova categoria, corre-se o risco de tirar a centralidade da mulher nas novas abordagens. A autora remete ao distanciamento, e uma consequente dicotomia, entre as discussões teóricas em

---

<sup>5</sup> LUNA, 1993, p.37. (Tradução nossa).

torno de gênero (denominado pela autora de *academicismo*) e as lutas das mulheres, que acontecem nas ruas (CISNE, 2005). A autora esclarece que não se pode perceber, nos estudos de gênero, apenas as diferenças sexistas: Segundo Cisne (2005, n.p.)

É certo que o gênero não possui apenas sexo, mas possuiu classe, raça, etnia, orientação sexual, idade etc. Essas diferenças e especificidades devem ser percebidas. No entanto, dentro desta sociedade, não podem ser vistas isoladas de suas macro determinações, pois, por mais que “o gênero una as mulheres”, a homossexualidade una *gays* e *lésbicas*, a geração una as(os) idosas(os) ou jovens, etc., a classe irá dividi-las(os) dentro da ordem do capital.

Entretanto, há trabalhos que corroboram essa mudança de terminologia – mulheres por gênero. Segundo Gomes (2010, n.p.):

Esse instrumento analítico também foi salutar ao trazer à tona a questão da “diferença” em noções que focalizavam a ideia de unicidade nas categorias masculino e feminino no seio da História. Não podemos esquecer que uma das queixas aos tradicionais estudos sobre as mulheres era a utilização da categoria “mulher” como entidade social e empírica fixa, numa perspectiva essencialista que perde as multiplicidades de sujeitos subsumidos em tal categoria. Desta forma, são privilegiadas as suas múltiplas identidades que passam a ser encaradas em prismas diversificados, tais como: classe, raça, etnia e sexualidade.

Campos (2017) afirma que essa mudança foi uma proposta estratégica para se avançar nos estudos sem causar tanta resistência. Segundo Campos (2017, apud DEL PRIORE, 1989, p.224):

A solução foi mudar a abordagem. Tornava urgente abraçar o campo histórico como um todo, sem restringi-lo ao território do

feminino. Era preciso interrogar as fontes documentais sobre as mulheres de outra maneira. Doravante, a divisão sexual dos papéis é que seria sublinhada.

Gênero e mulheres não são sinônimos, e, tampouco categorias antagônicas. Se pode estudar as duas categorias de forma complementar, vez que a temática gênero envolve as multiplicidades de sujeitos e a diversidade de relações entre os sujeitos. Não há a figura da *mulher universal* (HARDING, 1993), assim como não há homogeneidade nas relações que permeiam esses sujeitos. Os estudos de gênero para serem mais completos e abrangentes precisam ter o compromisso com a emancipação das mulheres e a sustentação de teorias sociais (CISNE, 2005).

As relações de gênero são permeadas por relações assimétricas de poder. Há poder nos dois polos (masculino e feminino), mas de forma desigual (SAFFIOTI, 2015). A história mostra que as mulheres ficaram relegadas a condição de menor poder em função das diferenças físicas, sexuais e biológicas (LUNA, 2003; HARDING, 1993; SAFFIOTI, 2015). As mulheres, conscientes dessa desigualdade, vêm questionando essa balança de poderes que sempre pende mais alto para o lado masculino. A divisão sexual do trabalho é um quesito, dentro do rol das desigualdades, que as mulheres não aceitam mais. Segundo Harding (1993, p.27):

(...) à medida que a mulher se sente atraída pelo trabalho dos homens e o procura - do direito e elaboração de políticas à medicina e à pesquisa científica - nosso trabalho e nossa experiência social rompem com as tradicionais distinções entre trabalho de homem e trabalho de mulher, permitindo que a maneira feminina de compreender a realidade comece a conformar as políticas públicas.

A partir dos questionamentos e da não aceitação, pelas mulheres, de que a elas cabem apenas os trabalhos realizados no âmbito doméstico ou no entorno de suas casas, ligados a esfera privada (diretamente relacionados com os cuidados com a casa e a família) - trabalhos reprodutivos - essas mulheres

migram para a esfera pública, a esfera do trabalho produtivo. Esse movimento é uma resposta ao patriarcado que atribui ao homem a responsabilidade de realizar as tarefas fora da área privada, fora do espaço doméstico. O trabalho externo é considerado o mais importante para a sobrevivência da família. O patriarcado naturalizou o papel da mulher como mãe e esposa, definindo que cabe a ela a responsabilidade pela reprodução biológica e espiritual do núcleo familiar, assim como a manutenção da moral e dos bons costumes (SANTOS, 2016). Essa rebeldia sadia de não mais aceitar os limites impostos pela cultura patriarcal leva a mulher a “explodir a noção de fixidade” (SCOTT, 1990, p. 22). No espaço rural equivale dizer que as mulheres saem das casas e quintais e começam a ocupar e produzir em outros espaços, os espaços públicos. As mulheres ocupam espaços nos estabelecimentos rurais, antes privativos aos homens, como as lavouras, as agroindústrias, a criação intensiva de animais, dentre outros. São mudanças que as mulheres rurais provocam em seus cotidianos. Segundo Santos (2016, p.334):

O cotidiano é o espaço onde ocorrem as tensões e disputas por poder e recursos entre as diferentes classes, grupos e gêneros. É nele que ocorre, também, a mediação entre a produção e a reprodução – especialmente no que tange à agricultura familiar - evidenciando como as dimensões pública e privada da vida se articulam e complementam-se reforçando práticas, hábitos, preconceitos e ideologias dominantes.

As mulheres estão nos espaços privados e em migração para os espaços públicos, porém não se observa, com a mesma intensidade, a migração dos homens em sentido contrário – dos espaços públicos para os espaços privados. Os cuidados continuam, majoritariamente, sendo feitos pelas mulheres.

O ato de cuidar sempre existiu. O estudo do ato, ação, sujeitos envolvidos, contextos, são mais recentes. O termo *care*<sup>6</sup> surge para debate mundial na

---

<sup>6</sup> Hirata esclarece que ainda não há uma tradução completa para o termo. HIRATA, Helena. Teorias e práticas do *Care*: estado sucinto da arte, dados de pesquisa e pontos em debate. **Cuidados, trabalho e autonomia das mulheres**. FARIA, Nalu e MORENO, Renata (Orgs.). SOF, São Paulo/SP. 2010

década de 2000. Ressurge na França, mas já estava em discussão nos países anglo saxões desde a década de 1980. As primeiras referências ao termo *Care* no Brasil foram na década passada. O primeiro conceito foi apresentado em um documento da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), na XI Conferência Regional sobre a Mulher da América Latina e do Caribe, realizada em Brasília (DF), em 2010. O documento trazia um conceito apresentado por Joan Tronto, em obra de 1993, que ainda não foi traduzida para o português<sup>7</sup> (HIRATA. 2010).

Segundo Hirata (2010), as primeiras publicações foram na área da Saúde, com publicações na área da Enfermagem. *Care* possui conceituação complexa porque o estudo dos cuidados requer uma visão ampliada para os vários aspectos embutidos no termo. As referências aos cuidados, inicialmente, estavam mais no âmbito do espaço privativo dos cuidados com a casa, a família, a prole, como um ato (incondicional) de amor pela família. Colocando as mulheres nesse papel de *eterna doadora*. Estado esse já questionado desde os primórdios dos movimentos feministas. A atenção para os cuidados, nos estudos mais atuais, faz referência ao conceito ampliado de cuidados, que pode ser entendido como: cuidado consigo própria/o, com outros/as, com a humanidade e com o planeta.

Os cuidados se situam também nas escalas emocionais, aquelas pouco discutidas. Segundo Hirata (2010, p.44): “o amor, o afeto e as emoções não parecem ser de domínio exclusivo das famílias, das cuidadoras (...)”. O cuidado é um tema transversal e tem aplicação no campo dos direitos individuais, do cuidar de si própria/o; dos direitos trabalhistas; migra para a humanidade, suas relações entre si e com a natureza (HIRATA, 2010). A discussão acerca da temática dos Cuidados nos leva a refletir sobre a necessária quebra do dogma do *doar-se incondicionalmente* e alivia a sobrecarga que é imposta à mulher

Hirata situa o conceito de *Care* no campo moral e político ao fazer referência à “irresponsabilidade dos privilegiados quanto à realização do *Care* e à necessidade de sua real democratização” (HIRATA, 2010, p.45). A autora reitera que moral e política são tratadas conjuntamente e as questões das desigualdades de gênero, classe e raça se tornam dimensões centrais (HIRATA,

---

<sup>7</sup> Afirmação feita pela autora em 2010.

2010). Portanto, buscar a igualdade de direitos nas relações de gênero não é querer que todos os sujeitos sejam iguais. A democracia exige igualdade de direitos e não pessoas iguais (SAFFIOTI, 2015).

## **2.4 – Políticas Públicas**

As políticas públicas são respostas das instituições públicas à uma situação social inaceitável. Uma política pública é um conjunto de decisões tomadas por agentes públicos para mudar o comportamento de um grupo-alvo, de modo que um problema coletivo seja resolvido. A noção de políticas públicas inclui três grandes dimensões: um quadro normativo, uma expressão do poder público e uma ordem local. A ordem local diz respeito às inter-relações entre as organizações e os atores para gerir os conflitos (GUÉNEAU, SABOURIN, ÀVILA, 2017). O ciclo de políticas públicas, de forma geral, é constituído por cinco etapas: proposta, formulação, execução, aplicação e resultados (PINILLA E ADIB, 2017).

Decorrida a implementação do ciclo de políticas públicas, começa a fase de avaliação. Trevisan e Van Bellen (2008, apud ALA-HARJA e HELGASON, 2000), esclarecem que a avaliação de políticas públicas é um conceito onde não há consenso, pois, o conceito admite múltiplas definições, algumas com contradições. A falta de consenso reside no fato de que a área de políticas públicas possui grande complexidade, é perpassada por uma gama de disciplinas diversas, instituições e executores, aliada as questões como as necessidades e as pessoas que estão na área de abrangência dessas políticas. Segundo Trevisan e Van Bellen (2008, apud ALA-HARJA e HELGASON, 2000, p.535), se pode definir avaliação de políticas públicas “em termos simples como a avaliação de resultados de um programa em relação aos seus objetivos.”

Ao elaborar políticas públicas para a agricultura familiar o governo federal (mesmo que não tenha conseguido obter todos os resultados esperados) teve como foco a articulação de temáticas intersetoriais, a construção de modelos de gestão pública com coordenação entre os entes federativos e a sociedade civil, e a busca de enraizamento nos contextos locais de implementação das políticas públicas. Porém, o Brasil é muito heterogêneo e complexo. Existem muitas variáveis que interferem na implementação das políticas com cunho vertical e

horizontal. Uma delas é o interesse de quem tem o poder de decisão para a execução das políticas. A execução é diferente de autonomia decisória para definir políticas públicas. A descentralização precisa ser analisada sob a ótica política, fiscal e de competências. Ou seja, a política é planejada em nível federal, há o aporte de recursos federais, mas cabe aos entes federativos a execução local (LOTTA e FAVARETO, 2016). Na concepção de políticas públicas para a Agricultura Familiar houve um novo recorte para dar visibilidade às mulheres na esfera produtiva. Esse reconhecimento se deu a partir do momento que as mulheres não se restringiram apenas à esfera reprodutiva, mas alcançaram outros espaços de diálogo e de negociação com o Estado. Siliprandi (2011) considera que o aparecimento das mulheres rurais em ações de impacto político é parte de um processo de afirmação de identidades.

As políticas públicas com recorte de gênero representam muitos avanços. Elas se traduzem em orçamento próprio bem como ações diferenciadas para as mulheres rurais. Segundo Butto e Leite (2010), esse reconhecimento por parte do Estado se deu com a implementação de uma agenda contendo um conjunto de políticas e programas para as mulheres rurais, a partir da década de 2000, que objetivavam a superação das desigualdades de gênero no campo e a promoção da autonomia econômica e à inclusão das mulheres no desenvolvimento rural, como meio de garantir seus direitos como cidadã e a sua autonomia econômica.



## **CAPÍTULO 03 – POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR COM RECORTE DE GÊNERO**

As políticas públicas visam responder a demandas, principalmente dos setores marginalizados da sociedade, considerados como vulneráveis. Essas demandas são interpretadas por aqueles/as que ocupam o poder, influenciadas por uma agenda que se cria na sociedade civil por meio da pressão e mobilização social. As políticas públicas também são orientadas para ampliar e efetivar direitos de cidadania, também gestados nas lutas sociais e que passam a ser reconhecidos institucionalmente. As políticas públicas para o rural, historicamente, foram planejadas tendo como objetivo o desenvolvimento rural centrado no modelo conservador desenvolvimentista (GRISA e SCHNEIDER, 2014). Essas políticas privilegiavam o modelo agrário exportador, com grandes produções oriundas da monocultura e das produções intensivas de animais. A agricultura familiar, responsável pela produção de alimentos básicos e geradora de empregos no campo (IBGE, 2009), na maioria das vezes não era contemplada por essas políticas públicas. A agricultura familiar sem políticas públicas específicas, submetida a um mercado desigual, se tornou não competitiva e foi relegada a um quadro de desigualdades sociais e econômicas. Esse foi um quadro comum em toda América Latina e no Brasil não foi diferente (PINILLA E ADIB, 2017). Até meados da década de 1990 as políticas públicas focavam nos médios e grandes projetos. Segundo Grisa e Schneider (2014, p.125):

Historicamente, a agricultura familiar ou “os pequenos agricultores” – como eram denominados até cerca de duas décadas atrás – sempre estiveram às margens das ações do Estado brasileiro, não raro incrementando sua fragilidade diante das opções de desenvolvimento perseguidas no País.

Esses autores descrevem três gerações de políticas públicas para o rural no Brasil, que consideram referenciais de política pública para a agricultura familiar. A primeira geração se deu a partir da metade da década de 1950 e foi pautado pelo fortalecimento do viés agrícola e agrário, a partir de um modelo que privilegiava a industrialização no campo e na cidade com uma estratégia nacional

desenvolvimentista que excluía a agricultura familiar; a segunda geração iniciada na década de 1990 teve com foco políticas sociais e assistenciais. A partir do referencial global do neoliberalismo que privilegiava a liberalização do mercado. No Governo do presidente Fernando Collor de Melo<sup>8</sup> (1990-1992) há a extinção da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (Embrater), empresa que organizava e disponibilizava, por meio de parcerias estaduais, os serviços de assistência técnica e extensão rural com gratuidade às comunidades rurais com base na produção familiar (GRISA e SCHENEIDER, 2014).

Em 1995, no Governo do presidente Fernando Henrique Cardoso (1995 - 2002) foi criado o Pronaf marcando o reconhecimento de que no campo as agriculturas não são homogêneas, e que há uma categoria que precisa de políticas públicas específicas. Com o Pronaf tem início um período que contribui com melhorias na infraestrutura rural e, conseqüentemente, na qualidade de vida das famílias rurais. A terceira geração de políticas públicas para a agricultura familiar tem início no ano 2000 e representa uma ruptura com os padrões desenvolvimentistas de liberalização dos mercados, das gerações passadas. Essa nova geração de políticas públicas tem como diferencial a construção de um referencial pautado na segurança alimentar e nutricional e na sustentabilidade ambiental. Esse marco se dá a partir de 2003, com a assunção de Lula na Presidência da República (2003 – 2010). Os temas da fome e da segurança alimentar e nutricional ganham novo ímpeto. Há a construção de mercados institucionais, como o PAA e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae), assim como a implementação das políticas de desenvolvimento territorial rural (GRISA e SCHENEIDER, 2014).

### **3.1 – Lutas das mulheres rurais por reconhecimento**

As políticas públicas para agricultura familiar das primeira e segunda gerações não possuíam nenhum mecanismo que provocasse ou incentivasse mudanças nas desigualdades de gênero no campo. As mulheres rurais continuavam na invisibilidade produtiva. Esse panorama desigual impulsionou a

---

<sup>8</sup> Fernando Collor de Melo foi eleito para o período de 1990 até 1994, mas renunciou em dezembro de 1992 após sofrer um impeachment. O vice-presidente Itamar Franco governou até dezembro de 1994.

organização das agricultoras, em movimentos mistos ou apenas de mulheres, que passaram a reivindicar políticas públicas diferenciadas que atendessem suas demandas.

Na passagem da década de 1970 para a de 1980 o Brasil iniciava o processo de abertura democrática, que culminou com a promulgação da Constituição Federal em 1988, e as agendas governamentais estavam abertas para as reformas sociais. Acompanhando o cenário mundial que era de organização e luta dos movimentos sociais por causas identitárias, o cenário brasileiro estava propício para a organização da sociedade civil e suas lutas reivindicatórias, assim como para as reivindicações específicas das mulheres. Os movimentos de mulheres e os movimentos feministas passaram a incorporar a temática gênero às agendas de políticas sociais. Contemplando áreas como saúde, violência e geração de trabalho e renda.

A organização das mulheres rurais se deu a partir da década de 1980 em consonância com as primeiras manifestações dos movimentos de mulheres e movimentos feministas (CARNEIRO,1994; FARAH, 2004; HEREDIA e CINTRÃO, 2006; SILIPRANDI, 2011). As mulheres rurais cobravam do Estado o seu papel como protagonistas no desenvolvimento rural e o reconhecimento como sujeitos de direitos no campo (BUTTO e LEITE, 2010).

As mulheres rurais, acompanhando as tendências dos movimentos urbanos e internacionais, foram buscando suas próprias formas de organização. Segundo Carneiro (1994), antes de 1980 muitas mulheres rurais já participavam das lutas em movimentos sindicais, mas se integrando em movimentos mistos juntamente com seus companheiros. Em alguns casos, as mulheres assumiram a liderança em movimentos sindicais após a morte destes<sup>9</sup>. A partir de 1980, a participação das mulheres nos movimentos sociais do campo se deu de forma mais qualificada, com uma característica singular, uma vez que passaram a se organizar, como autônomas e como sindicalizadas, em movimentos específicos, com pautas construídas a partir dos problemas vivenciados em seu cotidiano (CARNEIRO, 1994). As primeiras organizações de mulheres rurais começaram

---

<sup>9</sup> É o caso de Elizabeth Teixeira, Margarida Alves e Maria Oneide, dentre outras. Fonte: CARNEIRO, Maria. J. Mulheres no campo: notas sobre sua participação política e a condição social do gênero. **Estudos, Sociedade e Agricultura**.1994. nº 2, junho, p 11-22. UFRRJ/CPDA. Rio de Janeiro/RJ.

nos estados do Nordeste (NE), com a fundação do Movimento da Mulher Trabalhadora Rural do Nordeste (MMTRNE), em 1986, e no Rio Grande do Sul (RS) com o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Rio Grande do Sul (MMTR-RS), em 1989 (FARAH, 2004). Ao longo do tempo deu-se a unificação de alguns movimentos que formaram outras organizações com novas denominações, como o Movimento das Mulheres Camponesas (MMC) ligado à Via Campesina e o Movimento Interestadual de Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB), na década de 1990. Foram organizados, igualmente, movimentos de mulheres dentro dos próprios movimentos sociais como no Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) e no Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA); assim como de representações específicas, tais como de pescadoras, de mulheres indígenas e de mulheres quilombolas, entre outras. (SILIPRANDI, 2011).

O movimento sindical rural começou a organizar os *Gritos da Terra* no início da década de 1990. Essa organização se deu no formato de mobilizações nacionais que culminavam em um grande ato público em Brasília e nas capitais dos estados, onde era negociada uma pauta de reivindicações com os governos estaduais e federal. Inicialmente, não havia uma pauta específica para as questões relativa a gênero, mas, progressivamente, com o aumento da participação das mulheres, estas questões passaram a integrar as pautas de negociação dos *Gritos*. No último *Grito da Terra*, realizado em 2015, a pauta reivindicatória aparece sob o nome de *Pauta de Reivindicações do Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (MSTTR)* (FARAH, 2004; CONTAG, 2015).

A maior mobilização de mulheres rurais já realizada no Brasil aconteceu a partir dos anos 2000 com a *Marcha das Margaridas*. Constitui-se de uma ação estratégica das mulheres do campo, das águas e da floresta que integra a agenda permanente do MSTTR, de movimentos feministas e de mulheres. É uma ação com coordenação conjunta da Confederação Nacional de Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares (CONTAG), as Federações de Trabalhadores/as na Agricultura (FETAGs), os Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTRs) e outras organizações de mulheres que se somam como parceiras (FARAH, 2004). A *Marcha das Margaridas* já aconteceu em 5 (cinco) edições, (2000, 2003, 2007, 2011 e 2015)

e recebe este nome em homenagem a Margarida Maria Alves, sindicalista de Alagoa Grande, Paraíba, assassinada em decorrência de conflitos fundiários, no dia 12 de agosto de 1983. A data se tornou referência para a realização das Marchas. A grande concentração de mulheres acontece em Brasília, mas edições estaduais acontecem em todos os estados brasileiros. Com o passar dos anos, as mulheres do campo, das águas e da floresta foram construindo pautas por região, além da pauta nacional (MOBILIZAÇÕES, 2018). A cada edição, a Marcha das Margaridas revela uma maior capacidade de mobilização das mulheres rurais, um maior amadurecimento político e amplia seu caráter feminista. Já alcançou importantes conquistas, tais como a titulação da terra em nome do homem e da mulher, Projeto de Saúde Reprodutiva da Mulher, participação na construção da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO) e do Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo), dentre outras. Na última edição reuniu cerca de 100 mil mulheres nas ruas do Brasil. Apesar de receber o nome de Marcha, as ações não acontecem apenas no ato da marcha, mas durante todo o ano, com reuniões de associações, sindicatos e demais entidades. Pelo seu caráter formativo, de denúncia e pressão, nessas reuniões são discutidos problemas que atingem as mulheres e são incentivados atos públicos e manifestações voltadas para reivindicações específicas nos estados e municípios, além do ato da Marcha (MOBILIZAÇÕES, 2018).

Por meio de suas lutas e reivindicações a partir do 4º Congresso da Contag, realizado no ano de 1985, as mulheres rurais conquistaram seu reconhecimento como *trabalhadoras rurais* pelo movimento sindical (CONTAG, 1985). O reconhecimento legal foi oficializado na Constituição Federal de 1988. Foi um reconhecimento estatal após décadas de atraso em relação ao reconhecimento dos homens.

Todas organizações e mobilizações das mulheres rurais possuem um caráter de luta que têm como principais bandeiras: a igualdade de direitos com os homens, igualdade de gênero nas relações de poder e maior visibilidade e reconhecimento do trabalho produtivo das mulheres. Siliprandi (2011) destaca a pauta de lutas das mulheres rurais pela terra, pela autonomia sindical e direitos previdenciários. A luta pela visibilidade no trabalho rural e nas operações econômicas coloca a mulher como sujeito de direito e reivindica parte do

protagonismo no desenvolvimento rural. Carneiro (1994) destaca que a luta das mulheres trabalhadoras rurais, além de uma pauta geral em comum com os trabalhadores rurais homens, também incorpora outras duas formas de luta, que é o reconhecimento de sua identidade como trabalhadoras mães e como trabalhadoras esposas. Segundo a autora, as lutas por reconhecimento das diferentes identidades são formas de resistência à exploração a que são submetidas (CARNEIRO, 1994).

### **3.2. Políticas Públicas para a agricultura familiar com recorte de gênero**

As mulheres agricultoras são parte integrante e importante nos estabelecimentos rurais e realizam diversos tipos de trabalho. Elas atuam ativamente na esfera reprodutiva e produtiva, gerando renda e contribuindo com a segurança alimentar e nutricional da família (IBGE, 2009). No entanto, o reconhecimento do seu trabalho não acompanha a sua efetiva contribuição nas unidades produtivas. Segundo Siliprandi e Cintrão (2015, p 574):

É importante ressaltar que essas duas dimensões da desvalorização do seu trabalho na agricultura familiar estão profundamente vinculadas: a dimensão concreta, material (de não acesso a renda do seu trabalho) e a simbólica (o não reconhecimento da sua contribuição econômica a renda familiar), com consequências práticas importantes para a vida das mulheres, como dificuldades ou impedimentos ao exercício da sua autonomia.

Uma das formas de reconhecimento pelo Estado, do trabalho produtivo das mulheres rurais e de sua importância no desenvolvimento rural, se dá pela implementação de políticas públicas que contemplem especificamente as agricultoras. Na Constituição Federal de 1988, o Estado Brasileiro já havia reconhecido os direitos das mulheres como trabalhadoras rurais. A partir daí, passou a implementar políticas públicas, por meio de programas de transferência de renda, orientadas para a promoção da igualdade entre homens e mulheres

(HERNANDEZ, 2009), que representaram as primeiras respostas do Estado Brasileiro ao processo de organização e luta das mulheres rurais.

Dentro do contexto de reconhecimento das mulheres como trabalhadoras rurais foi construída uma agenda institucional com políticas diferenciadas e estabelecidas as políticas públicas com recorte de gênero para a agricultura familiar (BUTTO e LEITE, 2010). A partir de 2003, parte dos recursos dos planos safras<sup>10</sup> para a agricultura familiar destinados com linhas específicas, às mulheres rurais. O diagrama abaixo ilustra esse processo.

**Figura 1: Dinâmica de formação das políticas públicas com recorte de gênero na agenda institucional.**



Fonte: elaboração própria.

É possível identificar a origem das políticas com recorte de gênero a partir de três formações. Algumas foram adaptadas legalmente em algum artigo ou diretriz, como é o caso do PAA, outras foram criadas para as mulheres rurais, a partir de uma política macro já existe, como o Pronaf Mulher, por último aquelas criadas especificamente para as mulheres. As políticas públicas são as mais variadas e garantem os direitos e o acesso à documentação, à terra, ao crédito, à organização produtiva, à produção agroecológica, aos serviços de assistência técnica e extensão rural, à comercialização e agregação de valor à produção, à participação na gestão, ao desenvolvimento territorial e à manutenção da memória coletiva e dos conhecimentos tradicionais. A partir dessas políticas foram lançados, pelo governo federal, editais específicos para as mulheres.

<sup>10</sup> O Plano Safra é um conjunto de ações nacionais, com recursos financeiros disponíveis para o fortalecimento da agricultura familiar.

O quadro abaixo apresenta uma cronologia das políticas públicas com recorte de gênero

**Quadro 02 –Cronologia das políticas públicas com recorte de gênero no Brasil.**

<b>POLÍTICA PÚBLICA COM RECORTE DE GÊNERO</b>	<b>ANO DE CRIAÇÃO</b>
Pronaf Mulher	2003
Titulação Conjunta ou individual de lotes da reforma agrária	2004
Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural/DNDTR	2004
Programa de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais/Pronat	2004
Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural/Pnater	2010
Programa de Aquisição de Alimentos/PAA	2011
Plano Nacional de Agroecologia e Agricultura Orgânica/Planapo	2012
Fomento Mulher	2015

Fonte: elaboração própria a partir de dados extraídos das referências utilizadas.

Todas as políticas públicas para a agricultura familiar com algum recorte de gênero representam avanços no desenvolvimento rural. Se constituem em estímulo para a inserção das mulheres rurais nos arranjos produtivos, e, possivelmente, contribuem para o reconhecimento e valorização do trabalho produtivo dessas mulheres. O foco desta pesquisa foi investigar as contribuições do Pronaf Mulher e o PAA, portanto, apenas essas duas políticas públicas foram estudadas nesta dissertação.

### 3.2.1 Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar

O Pronaf foi criado a partir de um esforço coletivo e por reivindicações do segmento rural de base familiar. Representando uma das primeiras respostas às reivindicações dos movimentos sociais do campo, é considerado um marco na



política de crédito agrícola. Grisa (2010) discorre sobre a formação do Pronaf e o relaciona como o resultado de um compromisso estabelecido entre o fórum da agricultura familiar, o fórum científico, o fórum da comunicação política e as ideias institucionalizadas. Foi um coletivo com participação dos sujeitos sociais do campo, das representações da agricultura familiar e parceiras, da academia, classe política e instituições públicas. Segundo Grisa (2010, p. 84):

A criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) em 1995, ofertando crédito rural em condições distintas, marcou o reconhecimento do Estado à agricultura familiar e à necessidade de delinear políticas diferenciadas de desenvolvimento rural que contemplassem as suas especificidades socioeconômicas.

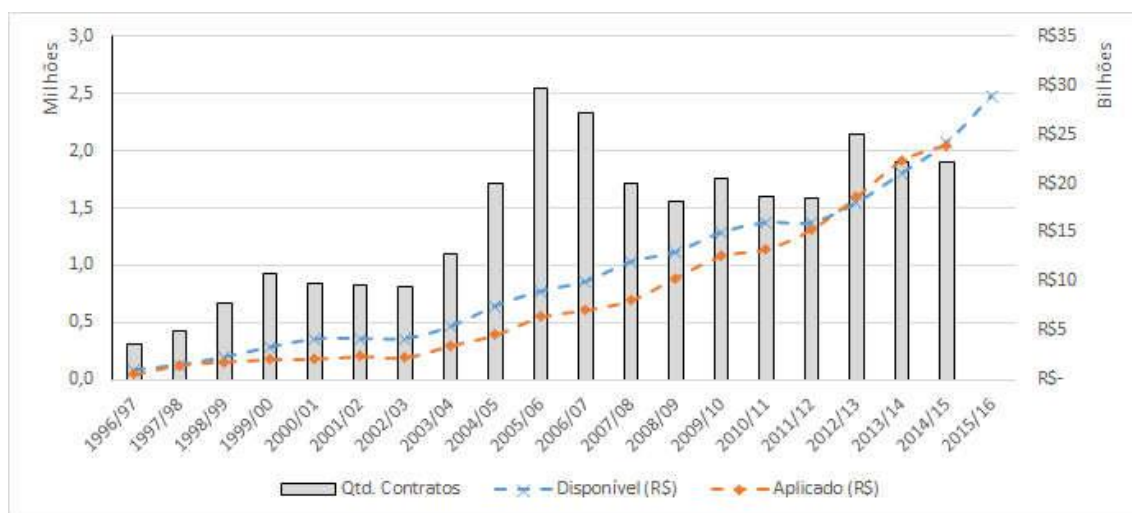
O Pronaf é uma política pública que visa apoiar o desenvolvimento rural sustentável e garantir a segurança alimentar e nutricional por meio de financiamento de atividades agrícolas e não agrícolas destinado a agricultores e agricultoras familiares e suas organizações representativas como associações e cooperativas. Destina-se a estimular a geração de renda e melhorar o uso da mão de obra familiar, por meio do financiamento para o custeio e o investimento de atividades e serviços rurais desenvolvidos em estabelecimento rural ou em áreas comunitárias próximas (BRASIL, 1996). Em sua origem, o Pronaf era uma política generalista, não havia uma destinação específica de recursos para determinados segmentos, como as mulheres, por exemplo.

Schneider, Cazella e Mattei (2004, p.23), afirmam que o Pronaf nasceu “com a finalidade de prover crédito agrícola e apoio institucional aos pequenos produtores rurais que vinham sendo alijados das políticas públicas até então existentes e encontravam sérias dificuldades de se manter no campo.” No entanto, a execução do Pronaf não atingiu o objetivo esperado quando disponibilizado aos beneficiários/as. Em 1997 foi criada uma linha especial, o Pronafinho, para contemplar agricultores/as que enfrentavam dificuldades para o acesso (GRIZA, 2017). Esta foi a primeira de muitas mudanças no Pronaf. Em 2001, como forma de incentivo e para ampliar a inclusão das mulheres ao Pronaf, o Governo Federal lançou uma portaria que destinava, no mínimo 30% dos

recursos do Pronaf de cada Plano Safra para as mulheres (SPANEVERLO e BOSCARDIN, 2016).

Desde a sua criação, o Pronaf foi ampliado em várias linhas ou subprogramas. Se destinam a custeio e à investimento. Atualmente conta com doze (doze) subprogramas: Agroindústria, Custeio e Comercialização de Agroindústria, Mulher, Agroecologia, Eco, Mais Alimentos, Jovem, Pronaf Microcrédito, Pronaf Cota Partes, Custeio, Floresta e Semiárido (SEAD, 2019). O montante de crédito disponível também foi sendo acrescido, conforme o gráfico abaixo:

**Figura 2: Evolução do montante total de recursos disponibilizado, aplicado e quantidade de contratos realizados pelo Pronaf.**



Fonte: Barbosa, 2015.

As maiores disponibilidades de recursos aconteceram nos anos 2005 e 2006, durante o Governo Lula. Ao longo dos anos, a disponibilidade de recursos se mostrou superior ao montante de recursos aplicados, com exceção dos três últimos períodos. Essa diferença entre recursos disponíveis e montante de recursos aplicado pode se dar em decorrência de muitos fatores, como as dificuldades de acesso, pouca divulgação da política pública entre seus beneficiários/as, insuficiência de documentação para o acesso, inadimplência, assistência técnica e extensão rural insuficientes, haja vista que para todo acesso é necessário um projeto técnico que contemple a atividade pleiteada. Esse projeto, geralmente, fica a cargo de agentes de Ater.

Antes da criação do Pronaf Mulher, as mulheres já acessavam o Pronaf, porém seus acessos sempre foram bem menores do que os acessos feitos pelos agricultores. Na publicação *As Mulheres nas Estatísticas Agropecuárias* (BRASIL, 2012) foi construída uma tabulação estatística a partir dos dados do Censo Agropecuário de 2006. A partir dessas tabulações, foi elaborado um quadro com o número de operações de crédito acessado via Pronaf por homens e mulheres até o Censo Agropecuário de 2006.

### Quadro 03: Número de operações de crédito via Pronaf

Finalidade	Mulheres	Homens
Investimento	37.762	306.105
Custeio	25.394	380.332
Comercialização	1.094	7.194
Manutenção do Empreendimento	11.709	62.096
<b>*Total de operações de crédito</b>	<b>75.959</b>	<b>755.727</b>

Fonte: adaptações próprias a partir de dados obtidos em Butto, Dantas e Hora (2012).

Observa-se que é grande a diferença entre as operações de crédito realizadas pelas mulheres e pelos homens. Em termos totais de obtenção de crédito, as mulheres obtiveram 9,2% enquanto os homens obtiveram 90,8%. É grande a diferença em operações de crédito realizadas pelas mulheres e por homens. O Pronaf, segundo os dados apresentados, é um crédito que beneficia quase que exclusivamente aos homens; o que, por si só, justifica o recorte de gênero nas políticas de crédito agrícola.

#### 3.2.1.1 Pronaf Mulher

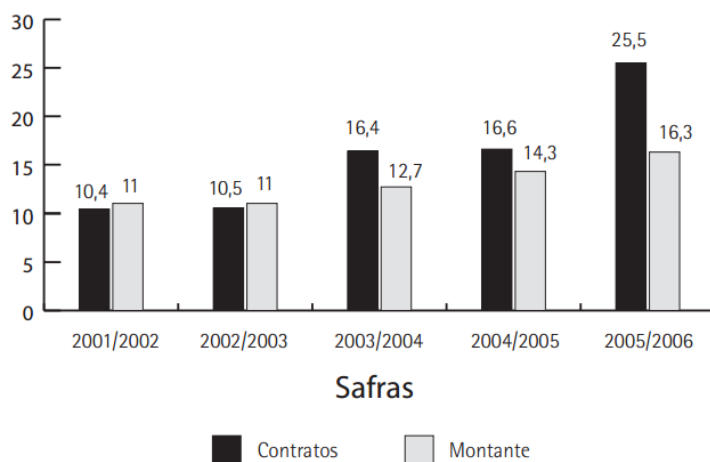
O Pronaf Mulher, um subprograma do Pronaf, foi criado em 2003. Segundo Hernandez (2009, p.18):

O Pronaf Mulher tem como objetivo aumentar a capacidade produtiva das mulheres e melhorar sua qualidade de vida, ampliando o exercício de sua cidadania, a partir da ampliação de sua autonomia, com participação econômica e política, no contexto familiar e social.

A partir da criação do Pronaf Mulher, no Plano Safra 2003/2004, a participação de mulheres no número de contratos de financiamento aumentou. Na safra agrícola de 2005/2006, o número de contratos realizados pelas mulheres chegou a 487.924, enquanto os homens atingiram o montante de 1.420.353 contratos. No que diz respeito ao montante dos financiamentos, o aumento do número de contratos destinados a mulheres foi acompanhado pela diminuição relativa dos valores por elas recebidos, o que resulta de sua maior participação nos contratos de valores mais baixos (microcrédito) (BRUMER e SPANEVELLO, 2011).

Ainda que haja mecanismos como portarias e subprogramas para facilitar o acesso das mulheres ao Pronaf, os dados demonstram que não há equilíbrio entre os acessos feitos pelos homens e pelas mulheres. É possível observar no gráfico abaixo o crescimento do número de mulheres que acessou o Pronaf Mulher, mas esse número não diminuiu a diferença entre número de contratos em relação ao montante de recursos, fato esse observado desde os primeiros anos de acesso ao Pronaf, antes da criação do Pronaf Mulher.

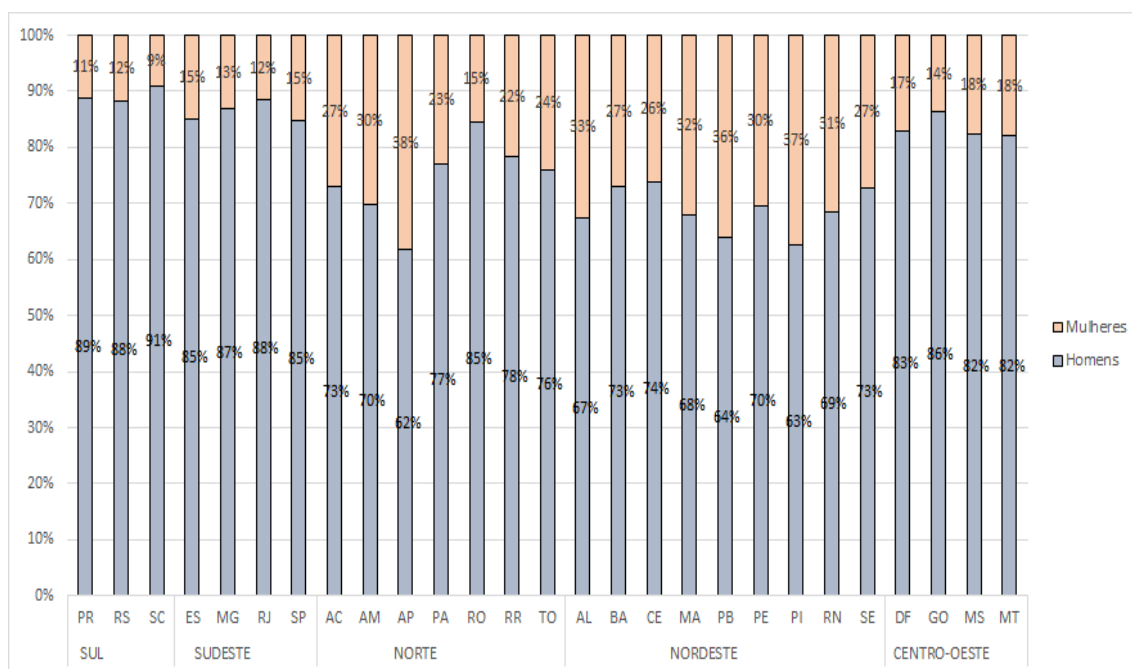
**Figura 3: Evolução da participação das mulheres no número de contratos e no montante de recursos do Pronaf, em percentagem.**



Fonte: Brumer e Spanevello, (2011).

Barbosa (2015), apresentou dados acerca dos acessos ao Pronaf realizados por homens e mulheres, em 2014, por regiões e estados brasileiros. O gráfico considera todos os acessos em todos os subprogramas do Pronaf.

**Figura 4: Alocação dos recursos por gênero e unidade da federação –2014**



Fonte: Barbosa, 2015.

Observa-se que o percentual de mulheres continua muito desigual ao dos homens. Mesmo em regiões como a região Sul, que está entre as que mais acessaram o Pronaf, o índice de acesso por mulheres é bem inferior aos dos homens. Os estados das regiões Norte e Nordeste foram os que apresentaram os melhores índices de acesso das mulheres ao Pronaf. Porém, em nenhum estado este índice chega a casa dos 40%. Na região Sudeste, no Espírito Santo, estado onde esta pesquisa foi realizada, as mulheres alcançaram um pequeno patamar de 15%. São vários os fatores que contribuem para esse resultado insatisfatório em relação às mulheres rurais. Conforme Spanevello, Matte e Boscardin (2016), os fatores perpassam pelo núcleo familiar, como as questões relativas à desigualdade de poder entre os gêneros, tendo sempre o homem como o dominante na família e no estabelecimento rural, insuficiência ou ausência de informação, e até fatores mais estruturantes como Ater insuficiente e falta de documentação pessoal básica para acesso ao crédito pelas mulheres.

Ao se comparar o objetivo inicial e os resultados do Pronaf, percebe-se que os mesmos não foram alcançados a contento. Não há uma distribuição de recursos federais equitativa entre as regiões, e nem entre os gêneros. Aquino e Schneider (2011) fizeram uma avaliação do Pronaf no período de 1996 a 2008.

Segundo os autores, além de o Pronaf não conseguir ter o alcance desejado, também reforça o modelo produtivista: “ao que tudo indica o programa mantém e incentiva entre os agricultores familiares o viés setorial e produtivista do modelo convencional, ou, em outros termos, está fazendo mais do mesmo” (AQUINO e SCHNEIDER, 2014, p.70). Os dados apresentados neste capítulo corroboram a análise efetuada pelos pesquisadores.

O Pronaf se constitui na maior política de crédito para a agricultura familiar. No Plano Safra 2017-2020 houve a disponibilidade de 30 (trinta) bilhões de reais para o Pronaf (SEAD, 2017). Porém há um longo caminho para que esses recursos realmente cheguem em todas as regiões e estabelecimentos familiares que dele necessitam. Esse caminho passa por um maior envolvimento dos órgãos responsáveis por sua execução, como agências de crédito e as entidades governamentais e da sociedade civil que disponibilizam assistência técnica e extensão rural para as comunidades rurais. Há carência de informações para o público beneficiário quanto a existência das linhas de crédito, quanto as formas de acesso, bem como a insuficiência de instrumentos para o acesso como documentação pessoal e Declaração de Aptidão ao Pronaf dos/as agricultores/as familiares. São necessários ajustes para que seja diminuído o hiato existente entre os recursos oferecidos e os recursos executados.

### 3.2.2 – Programa de Aquisição de Alimentos

A origem do PAA está no Programa Fome Zero e foi criado pelo artigo 19, da Lei nº 10.696, de 02 de julho de 2003. Possui duas finalidades básicas: promover o acesso à alimentação e incentivar a agricultura familiar. Para o alcance desses dois objetivos, o PAA compra alimentos produzidos pelos/as agricultores/as familiares, com dispensa de licitação, e os destina às pessoas atendidas pela rede socioassistencial e pelos equipamentos públicos de segurança alimentar e nutricional. O Programa também contribui para a constituição de estoques públicos de alimentos produzidos por agricultores/as familiares e para a formação de estoques pelas organizações da agricultura familiar. Além disso, o PAA promove o abastecimento alimentar por meio de compras governamentais de alimentos; fortalece circuitos locais e regionais e redes de comercialização; valoriza a biodiversidade e a produção orgânica e

agroecológica de alimentos; incentiva hábitos alimentares saudáveis e estimula o cooperativismo e o associativismo. A execução do Programa pode ser feita por meio de seis modalidades: Compra com Doação Simultânea, Compra Direta, Apoio à Formação de Estoques, Incentivo à Produção e ao Consumo de Leite, Compra Institucional e Aquisição de sementes. O orçamento do PAA foi composto por recursos do então Ministério do Desenvolvimento Social (MDS)<sup>11</sup> e do Ministério do Desenvolvimento Agrário /MDA<sup>12</sup> (MDS, 2017). É executado pela Conab, empresa pública, vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, responsável por gerir as políticas agrícolas e de abastecimento. A modalidade Compra Institucional é executada pelos estados e municípios.

Grisa (2010, p.104) destaca a importância do processo de criação do PAA:

É importante destacar que o processo de institucionalização das ideias do PAA, notadamente a construção das suas modalidades, contou com a contribuição de gestores e técnicos governamentais, sobretudo daqueles vinculados à CONAB, os quais traziam consigo a bagagem de outras experiências e, por meio do processo de aprendizado orientado pelas políticas públicas, contribuíram com a construção do Programa. Assim, foram as ideias e o acúmulo histórico dos fóruns da comunicação política, de segurança alimentar e nutricional, científico, da agricultura familiar e agroecológico, com a contribuição de gestores e técnicos governamentais, que possibilitaram a construção do PAA. Como mencionou um entrevistado, “não foi por acaso que o primeiro ato público do governo Lula foi reinstalar o CONSEA<sup>13</sup> e que um dos primeiros atos do CONSEA foi o PAA.”

---

<sup>11</sup> Hoje Secretaria Especial do Desenvolvimento Social contida na estrutura do Ministério da Cidadania.

<sup>12</sup> O MDA foi extinto em maio de 2016 em virtude de uma ruptura no processo democrático brasileiro. Em seu lugar foi criada a Secretaria de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário (Sead), atualmente contida na estrutura do Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

<sup>13</sup> Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. O Consea foi extinto em janeiro de 2019 pelo governo do presidente Jair Messias Bolsonaro (eleito para o período de 2019-2022).

O PAA é um programa que foi concebido com originalidade e introduziu aspectos inovadores como as relações comerciais diretas entre governo e sociedade civil. A compra dos produtos agrícolas por meio do PAA dispensa licitação e é feita diretamente com os sujeitos sociais da agricultura familiar. Outro aspecto importante é que o PAA contribui para a diversidade regional, cultural, social, produtiva e alimentar do rural brasileiro pois faz aquisição de produtos de extrativistas, quebradeiras de coco babaçu, pescadores/as artesanais, quilombolas, catadoras de mangaba, produtos do Cerrado, dentre outros (GRISA, 2017). O Programa foi sendo fortalecido com aportes de recursos durante as décadas de 2000 e 2010, porém sofreu uma redução a partir de 2015, com valores decrescentes até 2017, como pode ser visto na Tabela 01.

**Tabela 1: Recursos federais aplicados na aquisição de produtos do PAA de 2003 a 2017**

Ano	Recursos Totais (R\$)	Sudeste		Espírito Santo	
		R\$	%	R\$	%
2003	81.541.207,00	7.603.665,00	9,32	3.220.000,00	42,34
2004	107.185.826,00	8.903.396,00	8,30	780.014,88,	8,76
2005	112.791.660,00	13.876.678,00	6,91	285.519,00	2,05
2006	200.667,394,00	32.440.707,00	16,16	219,40	0,0006
2007	228.352.963,00	42.080.968,00	18,42	836,69	0,001
2008	272.929.439,00	73.486.284,00	26,92	891,50	0,001
2009	363.964.228,00	78.842.348,00	21,66	980.180,00	1,24
2010	379.735.466,00	79.151.714,00	20,84	4.985.010,00	6,29
2011	451.036.204,00	111.741.714,00	25,00	10.049.842,00	8,99
2012	586.567.131,00	131.776.716,00	22,46	10.613.777,00	8,05
2013	224.517.124,00	67.812.376,00	30,20	4.853.679,00	6,78
2014	338.004.942,00	128.709.065,00	38,07	14.067.608,00	10,92
2015	287.515.216,00	77.902.561,00	27,00	9.461.637,71	12,14



Ano	Recursos Totais (R\$)	Sudeste	Espírito Santo		
		R\$	%	R\$	%
2016	197.576.718,00	41.313.390,00	20,91	5.361.055,71	2,97
2017	124.708.502,00	19.644.592,00	15,75	2.263.178,26	11,52

Fonte: elaboração própria a partir de dados extraídos da Conab (CONAB, 2017).

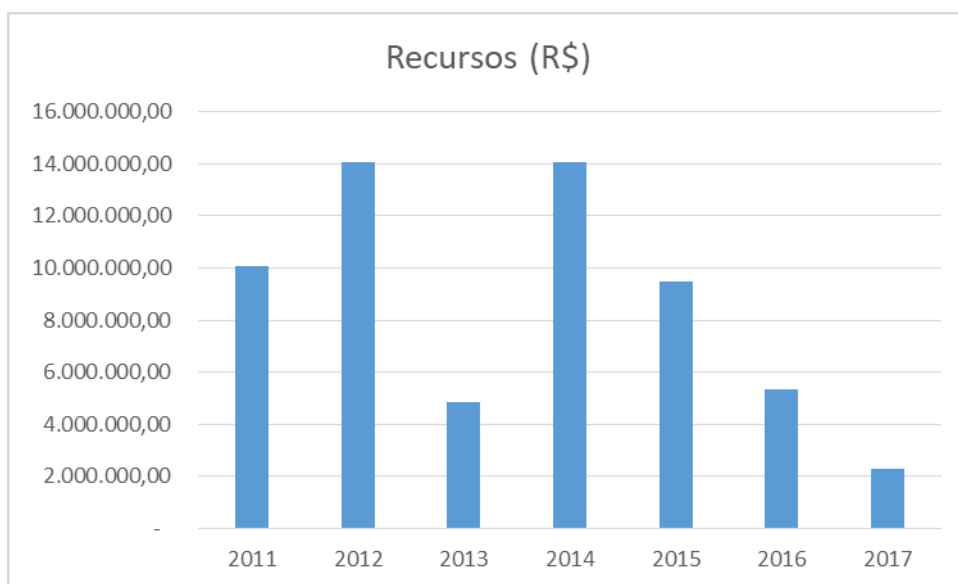
**Tabela 2: Número de beneficiários fornecedores do PAA e recursos totais por ano no ES.**

Ano	Nº fornecedores	Recursos (R\$)
2011	2.381	10.049.842,00
2012	2.453	10.613.777,00
2013	892	4.853.879,00
2014	2290	14.067.608,00
2015	1235	9.461.637,71
2016	720	5.361.055,71
2017	346	2.263.178,26
<b>TOTAL</b>	<b>10.317</b>	<b>60.124.808,68</b>

Fonte: elaboração própria a partir dos dados da Conab (CONAB, 2017)

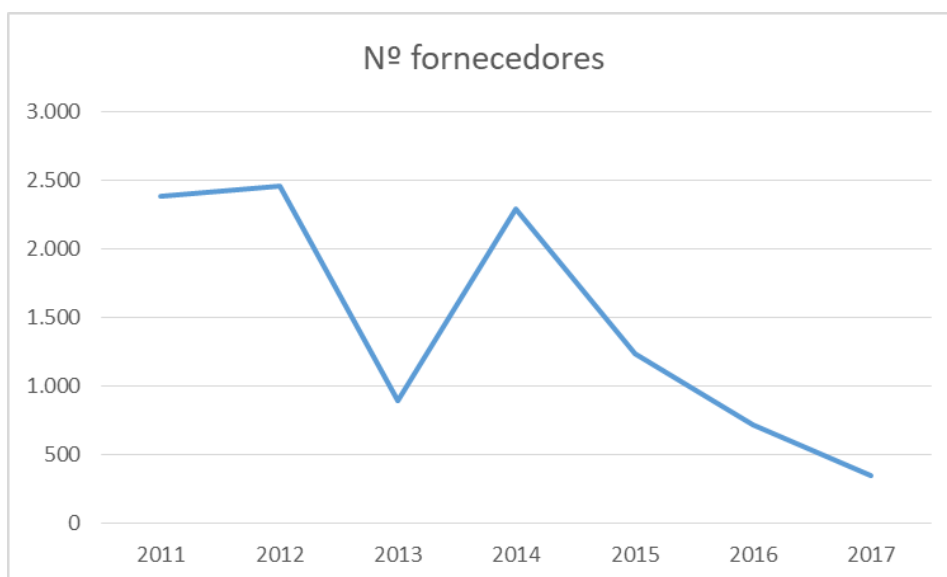
Os recursos constantes nas tabelas fazem referência aos recursos totais disponibilizados para o PAA a cada ano. Com exceção de 2013, havia um crescimento até 2014. A partir de 2015 os recursos foram decrescendo, até 2017, ano de corte mais profundo nos recursos.

**Figura 5: Recursos totais disponibilizados anualmente para o ES**



Fonte: elaboração própria a partir dos dados da Conab (CONAB, 2017)

**Figura 6: Número de fornecedores/as do PAA no E**



Fonte: elaboração própria a partir dos dados da Conab (CONAB, 2017)

Não foi possível, a partir dos dados trabalhados, extrair o número de mulheres fornecedoras do PAA no ES. A Conab disponibiliza números totais (homens e mulheres) por estados e regiões.

O recorte de gênero foi implementado em agosto de 2011 pela Resolução nº 44 do Grupo Gestor do Programa de Aquisição de Alimentos (GGPAA), que em seu artigo 2º prioriza a participação das mulheres em todas as modalidades, e no artigo 4º determina um percentual de 40% dos recursos na modalidade

Doação Simultânea e 30 % na modalidade de Formação de Estoques, entre outras determinações<sup>14</sup>.

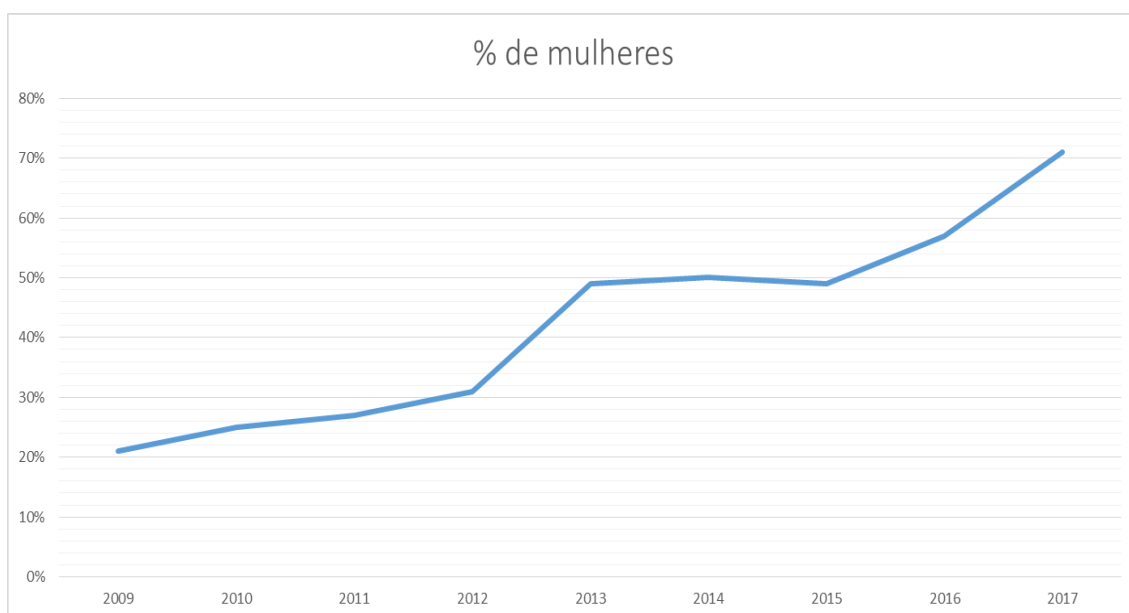
As mulheres acessavam o PAA antes do recorte de gênero ser implementado no Programa. No entanto, como observaram Siliprandi e Cintrão (2011) em pesquisa acerca do acesso ao PAA pelas mulheres, no ano de 2008, com dados fornecidos pela Conab, nem sempre elas apareciam como as responsáveis pela produção comercializada. A pesquisa mostrou um descompasso entre o trabalho produtivo das mulheres na esfera privada e na esfera pública. Ou seja, nos estabelecimentos familiares elas estavam diretamente envolvidas com a produção, mas quem aparecia nas operações de comercialização eram os homens, por serem os titulares da DAP. A mulher, que em grande parte dos casos analisados era a principal responsável pela produção e comercialização, continuava na invisibilidade uma vez que sua produção era contabilizada como produção dos homens (SILIPRANDI e CINTRÃO, 2011). A criação de um recorte de gênero mudou esta situação, propiciando que as mulheres tivessem prioridade nas propostas e também que suas produções fossem contabilizadas em seu próprio nome.

No Gráfico a seguir, com os dados nacionais, é possível visualizar a porcentagem de mulheres que acessaram o PAA entre os anos de 2009 até 2017. Como pode ser observado, mesmo antes do recorte de gênero a participação das mulheres no PAA teve uma linha crescente. Porém, a partir de 2011, os percentuais de participação cresceram em relação aos anos anteriores. A modalidade mais acessada pelas mulheres é a Compra Direta com Doação Simultânea, ou Doação Simultânea, como é mais conhecida (SILIPRANDI e CINTRÃO, 2011), modalidade que permite a aquisição de produtos variados.

---

<sup>14</sup> Para maior detalhamento ver a Resolução nº44, de 08/2011, que consta nas referências desta dissertação.

**Figura 7: Percentagem de participação de mulheres no PAA de 2009 até 2017**



Fonte: Conab, 2017.

A Tabela 03 abaixo resume o gráfico de participação das mulheres. Não foi possível, a partir dos dados disponibilizados, extrair o valor em recursos financeiros acessado pelas mulheres.

**Tabela 3: Participação das mulheres no PAA de 2009 até 2017**

Ano	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
% de mulheres	21%	25%	27%	31%	49%	50%	49%	57%	71%

Fonte: Conab, 2017.

O crescimento foi constante, com exceção do ano de 2015, que apresentou crescimento igual ao ano de 2013. Ainda que em 2016 e 2017 tenha havido redução no montante de recursos para o PAA, o acesso pelas mulheres continuou a crescer. Esse crescimento pode ser explicado em decorrência da priorização das propostas das mulheres nas propostas contratadas. De uma forma geral percebe-se que, a partir da implementação do recorte de gênero no Programa, os percentuais de crescimento foram maiores, o que reforça a importância da construção de políticas públicas específicas para as mulheres.

Atualmente o panorama das políticas públicas para a agricultura familiar não tem se mostrado positivo. Após a ruptura do processo democrático, em

2016, houve cortes bruscos nos recursos. Esta ruptura, denominada golpe por parte da população brasileira e da academia (SOUZA, 2016), interrompeu o projeto político até então desenvolvido pelo Partido dos Trabalhadores, com a extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário, responsável pelas políticas públicas para a agricultura familiar e por grande parte dos recursos para a execução das mesmas.

Em substituição do MDA foi criada de uma secretaria especial, a SEAD, inicialmente ligada à Casa Civil, no atual governo está sob o escopo do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. São caminhos tortuosos para a agricultura familiar, que, além de ter uma diminuição de recursos financeiros e humanos, agora se encontra na estrutura de um ministério cujo foco maior é a produção agrícola para exportação. O reflexo desse corte de recursos atinge políticas como o PAA e o Pronaf Mulher, podendo levar à extinção dessas políticas e, conseqüentemente, elevando o grau de incertezas e de recuo econômico das famílias rurais que acessam esses programas. Schimitz, Mota e Souza (2016, p.21) indicam as mudanças que a extinção do acesso ao PPA trouxe para as mulheres extrativistas de Sergipe:

Desde a finalização do PAA, as catadoras dependem dos tradicionais canais de comercialização cujos atores também enfrentam vulnerabilidades e têm pouco poder de compra. Ademais, mediante a diminuição do acesso aos recursos crescentemente devastados e cerceados, as catadoras dependem crescentemente da pluriatividade e de mercados de trabalho, cujas relações são precárias. Intensificam assim, a participação em atividades que corroboram para a ampliação das incertezas.

O Pronaf e o PAA representam um grande avanço para a Agricultura Familiar e o recorte de gênero dessas políticas foi fundamental para que as mulheres, agentes ativos na produção e comercialização, pudessem se inserir nos arranjos produtivos. O crédito específico com taxas de juros acessíveis e o acesso a canais de comercialização com preços justos proporcionam mudanças estruturantes no cotidiano das mulheres rurais.

## **CAPÍTULO 4 - PRONAF MULHER E PAA NO COTIDIANO DAS MULHERES RURAIS DE ARACRUZ**

“Todo dia ela faz tudo sempre igual” (HOLANDA, 1971). O primeiro verso que compõe a primeira estrofe da canção de Chico Buarque – *Cotidiano* – retrata bem o cotidiano das mulheres rurais entrevistadas nesta pesquisa.

Acordam entre 05 (cinco) e 06 (seis) horas da manhã, iniciam as tarefas laborais rotineiras dentro de casa e se preparam para o intenso dia de trabalho nas atividades produtivas. Muitas se deitam após as 22 horas. Em dias de atividades que extrapolam a rotina diária, como a entrega de produtos, dias de feira ou participação em eventos, essa jornada pode começar às 02 (duas) horas da madrugada. No cotidiano dessas mulheres tem muito trabalho e pouca poesia.

As mulheres rurais de Aracruz que foram entrevistadas possuem faixa etária entre 32 e 61 anos e, com exceção de uma, são casadas. A mulher solteira divide o lar e a unidade de produção familiar com o pai e um irmão. A escolaridade varia entre ensino fundamental incompleto, completo a ensino médio completo. Se reconhecem como: agricultoras, produtoras rurais, extrativistas, pescadoras artesanais e professora de ensino médio. Esta última, trabalha meio período na escola rural e meio período em suas atividades agrícolas, se reconhece como professora e agricultora. Outras também acumulam mais de uma atividade. Uma se reconhece como agricultora e pescadora artesanal, outra como agricultora, pescadora artesanal e extrativista (atividade aquícola). Dentre todas, apenas uma se autodenominou doméstica e agricultora. Quase todas residem nos estabelecimentos rurais. Há uma mulher que é meeira, e duas assentadas da reforma agrária que residem na agrovila do assentamento, mas trabalham em seus lotes. Todas residem na área rural de Aracruz.

As entrevistadas acessaram uma das duas políticas públicas objeto desta pesquisa: Pronaf Mulher ou PAA. Não houve nenhum caso de mulheres que tenham acessado as duas políticas. O maior contingente acessou o PAA, uma vez que o número de mulheres que acessou o PAA foi superior ao número que acessou o Pronaf Mulher.

Aracruz é um município capixaba<sup>15</sup>, com 81.832 (oitenta e um mil, oitocentos e trinta e dois) habitantes, sendo que 71.451 (setenta e um mil, quatrocentos e cinquenta e um ) habitam em área urbana e 10.381 (dez mil, trezentos e oitenta e um) em área rural. Dentre a população rural, 4.973 ( quatro mil, novecentos e setenta e três) são mulheres (BRASIL, 2010b).

O extrato social rural de Aracruz é formado por famílias de agricultores/as familiares, médios produtores/as rurais, empresas agropecuárias, extrativistas, pescadores/as artesanais, assentados/as da reforma agrária, acampados/as quilombolas, arrendatários/as, posseiros/as e população indígena (BRASIL, 2018). Aracruz é o único município capixaba que possui índios aldeados no estado do Espírito Santo, com duas etnias: Tupinikim e Guarani. Os Guaranis, que vieram do sul do País na década de 1960 (sessenta), mantêm suas características como: a língua, a religião, o artesanato e manifestações culturais. Já os Tupinikins, que são remanescentes do próprio município de Aracruz, devido ao contato com a população branca, perderam algumas de suas características, porém mantiveram os grupos culturais como referência da sua cultura. Atualmente são 09 aldeias, sendo 04 guaranis e 05 tupinikuins (BRASIL, 2010a).

Os dados do Censo Agropecuário de 2017 revelam que houve um acréscimo do número de estabelecimentos rurais em Aracruz. A seguir quadros com os dados dos censos agropecuários de 2006 e 2017. Não foi possível estabelecer um comparativo entre todos os dados apresentados tendo em vista que o Censo Agropecuário de 2017 usou metodologia para coleta de dados diferente da metodologia usada em 2006.

**Quadro 04: Dados comparativos entre os Censos Agropecuários de 2006 e 2017**

<b>Censo Agropecuário</b>	<b>2006</b>	<b>2017</b>
Área dos Estabelecimentos Agropecuários (ha,)	87.277	89.263
Número de Estabelecimentos Agropecuários (un)	758	1.036

Fonte: Brasil (2006, 2017b).

O quadro 04 apresenta um acréscimo em número de estabelecimentos e em área rural (há) no município.

<sup>15</sup> Capixaba se refere ao que ou a quem pertence ao estado do Espírito Santo.

**Quadro 05: Estabelecimentos por condição legal dos/as proprietários/as.**

Número de estabelecimentos por condição do produtor (un)	
Arrendatário	5
Assentado sem Titulação Definitiva	44
Ocupante	2
Parceiro	5
Produtor sem área	3
Proprietário	699
Total	758

Fonte: Brasil, 2006

**Quadro 06: Número de estabelecimentos familiares e condição legal do estabelecimento**

Nº de estabelecimentos por condição legal de produtor/a (unidade)	Censo Agropecuário	
	2006	2017
Condomínio, consórcio ou sociedade	42	74
Cooperativa	21	não consta
Governo federal, estadual ou municipal	44	não consta
Instituição de utilidade pública	01	não consta
Proprietário individual	633	927
Sociedade anônima ou por cotas de responsabilidade limitada	07	03
Outra condição	10	32
Total	758	1.036

Fonte: Brasil, 2006; 2017b

**Quadro 07: Área do estabelecimento rural por condição legal do produtor/a**

Área do estabelecimento por condição legal do produtor (ha)	Censo Agropecuário	
	2006	2017
Condomínio, Consórcio ou Sociedade De Pessoas	5.500	2.552
Cooperativa	847	Não consta



Área do estabelecimento por condição legal do produtor (ha)	Censo Agropecuário	
	2006	2017
Governo Federal, estadual ou Municipal	343	Não consta
Proprietário Individual	21.752	34.925
Sociedade Anônima ou por cotas de Responsabilidade Limitada	58.578	48.276
Outra Condição	248	3.511
Total	87.268	89.264

Fonte: elaboração própria a partir dos dados do IBGE (Brasil, 2006; 2017b).

No município de Aracruz há uma grande agroindústria de papel e celulose, proprietária de extensas áreas rurais com plantios de eucalipto. Essa empresa, sociedade anônima, anteriormente denominada Aracruz Celulose, depois passou a se chamar Fibria quando foi vendida para o Grupo Votorantim. Atualmente faz parte do Grupo Suzano.

#### Quadro 08: Uso da terra e área ocupada

Utilização das Terras (ha)	Censo Agropecuário	
	2006	2017
Construções, Benfeitorias ou Caminhos	4.796	Não consta
Lavouras	9.328	10.224
Matas e Florestas	56.045	51.593
Pastagens	15.535	21.273
Sistemas Agroflorestais	76	158
Tanques, Lagos, Açudes e/ou Área de Águas Públicas para Exploração da Aquicultura	1.139	Não consta
Terras Degradadas (Erodidas, Desertificadas, Salinizadas, Etc.)	71	Não consta
Terras Inaproveitáveis para Agricultura ou Pecuária (Pântanos, Areais, Pedreiras, Etc.)	287	Não consta

Fonte: Brasil, 2006; 2017b.

Não houve parâmetros para comparação de outras informações relevantes a exemplo de áreas desertificadas. As áreas de lavouras aumentaram

em detrimento da diminuição das áreas ocupadas com matas e florestas. É possível que os plantios de monoculturas de eucalipto tenham sido computados como *florestas*, uma vez que se trata de plantio de árvores, conhecido como *florestas plantadas*. As matas, possivelmente, se referem às áreas de reserva legal e áreas de preservação permanente, a exemplo das matas ciliares e outras.

**Tabela 4: Número de estabelecimentos rurais por sexo.**

Censo Agropecuário	Estabelecimento Rurais/Sexo				
	Mulheres		Homens		Total
	Nº	%	Nº	%	Nº
2006	55	7,3	703	92,7	758
2017	107	9,8	894	90,2	1001

Fonte: elaboração própria a partir dos dados do IBGE (BRASIL, 2006 ;2017b)

Observa-se que houve um aumento do número de estabelecimentos rurais de propriedade das mulheres, porém a discrepância entre os estabelecimentos de propriedade dos homens e das mulheres ainda é alta.

O município de Aracruz possui 09 (nove) associações rurais : Associação dos Produtores Rurais de Córrego do Índio, Associação dos Pescadores e Catadores Indígenas, Associação dos Apicultores de Aracruz, Associação de Produtores Rurais de Cachoeiro do Riacho, Associação de Agricultores Familiares de Boa Vista, Associação de Produtores Rurais de Mata Limpa, Associação de Produtores e Moradores do Assentamento Nova Esperança, Associação de Moradores e Agricultores de Brejo Grande, Associação Comunitária de Pescadores e Catadores de Caranguejo de Lajinha; e 01 (uma) cooperativa, a Cooperativa Agrária de Produtores da Região de Aracruz. (SEAD, 2017).

#### **4.1 –Cotidiano de mulheres que acessaram o Pronaf Mulher**

Foram entrevistadas 02 (duas) mulheres que acessaram o Pronaf Mulher na década de 2007. Não foi possível ter acesso ao quantitativo total de mulheres que acessou o Programa, tendo em vista a não existência de registros na

agência local do Banco do Brasil, executora do mesmo. Segundo o gerente responsável pelas operações do Pronaf, a agência só mantém o cadastro ativo enquanto está sendo efetuado o pagamento das parcelas. Foram realizadas buscas nos sites do Banco do Brasil Central e no Banco Central, mas não foram localizados os dados referentes ao cadastro de mulheres que acessaram o Pronaf Mulher em Aracruz.

As entrevistadas tiveram conhecimento da existência do Pronaf Mulher por meu intermédio, conforme já relatado na Introdução deste trabalho. Pela dificuldade de informações sobre o Programa na agência executora, percebe-se que o Pronaf Mulher é uma política pública pouco acessada no município. Também não há, atualmente, nenhuma mulher com acesso, vez que não há nenhum cadastro ativo. Os dois casos de mulheres que acessaram o Programa serão analisados neste Capítulo de forma exemplificativa, não podendo ser, portanto, generalizados.

O acesso ao Pronaf Mulher em Aracruz merece estudo pela sua importância histórica, vez que este acesso representa a entrada de uma política pública com recorte de gênero no município. Também é enriquecedor para a pesquisa ter como uma das entrevistadas - a mulher pioneira em acesso à essa política. Seu histórico e sua experiência fornecem importantes indícios e dados de como se dá a execução de políticas públicas diferenciadas no campo.

As duas mulheres entrevistadas receberão doravante, as alcunhas de “*entrevistada 1 (E1) e entrevistada 2 (E2)*”<sup>16</sup> nos relatos e explicações. Ambas possuem fortes semelhanças culturais, de descendência e modos de vida. Possuem propriedades rurais em uma mesma localidade. Ambas, à época do acesso, desenvolviam atividades ligadas ao agroturismo. A E1 permaneceu no agroturismo, enquanto E2 continua com a atividade agroindustrial, objeto do fomento, mas não está mais ligada ao agroturismo.

A duas entrevistadas possuem relação de parentesco, mas desenvolvem atividades em separado. Segundo seus relatos individuais, iniciaram juntas as atividades, comercializando os produtos caseiros já fabricados em suas residências para o consumo da família e de visitantes, como amigos/as e parentes. O hábito de oferecer produtos caseiros de origem vegetal como pães

---

<sup>16</sup> Assumi o compromisso com as entrevistadas, de manter o anonimato das mesmas no decorrer do texto. Fui autorizada a nomeá-las nos agradecimentos.

e biscoitos às visitas domésticas foi adquirido com as gerações passadas, com a mãe e as avós. À época elas fabricavam pães, biscoitos, mentiras (espécie de biscoito caseiro) e massas caseiras. As entrevistadas esclareceram que foram motivadas pela percepção de que seus produtos eram bastante apreciados quando oferecidos aos visitantes e parentes. A partir da necessidade de um incremento à renda familiar, as mesmas viram nos produtos de fabricação caseira uma oportunidade de comercialização. Começaram juntas a comercializar seus produtos em pontos de comércio em beiras de estrada e a fornecer para terceiros. Comercializavam juntas, mas a produção sempre foi individual. Meses após o início da comercialização, as entrevistadas participaram de palestras com uma turismóloga ligada ao poder público municipal, cujo objetivo era criar uma rota de agroturismo<sup>17</sup> nas comunidades da região.

Foi criada a Associação de Agroturismo de Aracruz (Agrotur), à qual E1 e E2 se associaram, o que possibilitou a organização da produção agroindustrial de pequeno porte de várias famílias locais. Em decorrência, elas incrementaram a produção para atender aos visitantes e turistas que percorriam a rota de agroturismo. Todas estas atividades foram desenvolvidas antes do acesso ao Pronaf Mulher.

Atualmente, as entrevistadas continuam a desenvolver a atividade agroindustrial e a comercializar, mas de forma individual e em separado. A E1 mantém a fabricação de biscoitos e massas caseiras e a E2, a produção de queijos. O Pronaf Mulher foi acessado por ambas para impulsionar as atividades, antes exercidas de modo informal e em locais inapropriados. A partir dos acessos, foram realizados investimentos na infraestrutura, sendo que a pioneira (E1) no acesso ao Pronaf Mulher construiu uma cozinha industrial e a E2, uma queijaria.

Pelos relatos de suas histórias de vida se pode perceber que atividades constantes no rol do trabalho reprodutivo – cuidar da alimentação da família – se transformou em uma atividade produtiva. As atividades agroindustriais

---

<sup>17</sup> O Estado do Espírito Santo incentiva as atividades de turismo rural na agricultura familiar (Agroturismo) através da Lei Estadual nº 9.297 de setembro de 2009. A lei veio regular a atividade, que já era exercida há décadas no estado. O município pioneiro em Agroturismo no ES é Venda Nova do Imigrante.

alimentícias, nos dois casos estudados, são desenvolvidas em extensão à residência da família (cozinha industrial) e no quintal da residência (queijaria). Além da proximidade física entre os espaços de trabalho reprodutivo e produtivo, há uma proximidade subjetiva entre essas atividades. Uma atividade que foi desenvolvida por gerações como reprodutiva se torna, por uma necessidade ou por uma ação empreendedora, em uma atividade produtiva. Esse entrelaçamento das esferas produtiva e reprodutiva no cotidiano das mulheres é muito comum quando se desenvolve atividades agroindustriais familiares.

O trabalho reprodutivo possui uma característica de produção de bens (nos casos estudados, biscoitos, massas e pães) e serviços para o círculo familiar, não destinados a comercialização, por isso não é remunerado e, na maioria das vezes, não é reconhecido como trabalho. É uma produção para o autoconsumo, diferentemente do trabalho produtivo, que tem como uma característica principal a geração de renda. O trabalho nas atividades agroindustriais, quando exercidas em agroindústrias familiares que estejam situadas na extensão da casa ou mesmo no quintal, pode tornar tênue o limite entre o trabalho reprodutivo e produtivo.

A pesquisa desenvolvida por Boni (2005) acerca da atividade agroindustrial em Santa Catarina discute essa questão. A autora esclarece que (BONI, 2005, p.91):

A agroindústria vem facilitar a conciliação destas atividades não produtivas (o doméstico, o cuidado com crianças e idosos, a lida com o leite) com as atividades produtivas (agroindústria). Outro fator interessante se deve à caracterização do que é considerado produtivo e reprodutivo. O beneficiamento de certos produtos (como geleias, doces, conservas e queijos) e a confecção de outros (como pães, bolachas, massas) sempre foram desconsiderados como produtivos, pois eram feitos para o consumo da família. Quando esses produtos passam a fazer parte de uma das mais importantes atividades lucrativas nas propriedades, sua elaboração é transferida para o campo produtivo. As mulheres que sempre fizeram este trabalho, e continuam fazendo, viram sua produção ser transportada para o campo produtivo.

A história de vida e trabalho das entrevistadas traz muita semelhança com o estudo de Boni. A proximidade física entre a área de desenvolvimento do trabalho produtivo e reprodutivo faz com essas mulheres realizem os dois trabalhos de forma bastante integrada. Percebe-se, pelos relatos, que há acúmulo dos trabalhos – produtivo e reprodutivo – que geralmente acontecem de maneira concomitante durante todo o dia, e que as mulheres se desdobram para realizar os dois. Segundo as entrevistadas, elas se organizam de tal forma que os trabalhos da casa são intercalados com as etapas de trabalho na agroindústria, e vice-versa, o que implica em uma sobrecarga de trabalho que acarreta, além de jornadas extensas, um *aprisionamento*, pois permanecem durante todo o dia, se dividindo entre as duas atividades.

Conforme relatam essas mulheres, a carga de trabalho ficou maior com uma rotina extenuante. Há dias em que se dividem entre 03 jornadas. Quando há acúmulo de tarefas domésticas e produtivas, a rotina começa a partir das 04:00 horas da manhã e termina após as 21:00 horas.

Em algumas etapas de vida as mulheres são auxiliadas pelas filhas no trabalho reprodutivo (enquanto solteiras e residentes junto a família), enquanto os filhos auxiliam o pai no trabalho produtivo (solteiros ou casados continuam residentes nos estabelecimentos rurais). Assim, as filhas representam um reforço nos trabalhos reprodutivos e os filhos, no trabalho produtivo. Os dois casos estudados ilustram bem essa conformação familiar, que perpetua e reforça por gerações a desigualdade na divisão sexual do trabalho, segundo o que é socialmente considerado como responsabilidade *do homem e da mulher* (SANTOS, 2016).

A rotina de trabalho das duas entrevistadas é muito semelhante durante a fase da produção; porém, na etapa de comercialização o caminho é diferente. A E1 comercializa seus produtos em conjunto com o companheiro, em feiras e outros pontos comerciais. Além da comercialização, participa da gerência dos recursos, mas não do planejamento da produção e da contabilidade. Essas etapas ficam sob a responsabilidade do companheiro. Segundo a E1, ela prefere que seja assim para que possa desenvolver a tarefa de produção e comercialização. A E2 não participa e não tem autonomia para comercializar e nem para utilizar a renda advinda de sua atividade. A comercialização e a

utilização da renda são efetuadas totalmente pelo companheiro, do qual ela fica na dependência total. Segundo a E2, essa foi uma decisão tomada pelo companheiro e, mesmo que ela não concorde, segue desta forma.

Para obtenção do crédito por meio do Pronaf Mulher é necessário que a mulher tenha a DAP que a legaliza perante as normas vigentes do Pronaf. A DAP pode ter titulação conjunta (em nome do casal) ou apenas uma titularidade (homem ou a mulher). Quando a DAP tem o homem como titular único, a mulher pode tirar uma DAP acessória<sup>18</sup>. A E1 fez a DAP em nome dela, a E2 não se recorda como foi feito este procedimento. A E1 não relatou nenhuma dificuldade de acesso ao crédito, porém relatou que encontrou dificuldades ao tentar acessar novamente o Pronaf Mulher, em função do pouco interesse do órgão de Ater responsável para a elaboração do projeto bem como de agentes de crédito, que incentivam outras linhas do Pronaf em detrimento do Pronaf Mulher. Ela não acessou mais esta ou qualquer outra linha de crédito.

Para acessar o Pronaf Mulher não há necessidade de estar ligada a nenhuma organização da agricultura familiar, o que facilita a obtenção do crédito, mas também pode levar a um isolamento dos/as agricultores/as familiares no desenvolvimento da atividade rural. Nos casos pesquisados, as entrevistadas já pertenciam a Agrotur e desenvolviam atividades comunitárias religiosas. Para a E1, o acesso ao Pronaf Mulher foi um divisor em seu cotidiano porque passou a participar de mais eventos de formação, comercialização, como feiras e exposições, e outros, a exemplo de eventos ligados ao agroturismo, onde é convidada para relatar sua experiência do *antes* e do *depois* de fazer parte de um Circuito de Agroturismo. Nesses relatos, está inclusa a sua profissionalização na atividade a partir da construção da cozinha industrial (por meio do acesso ao Pronaf Mulher – fato que ela faz questão de citar em todos os eventos) para adequação e ampliação das atividades, e maior variedade de produtos ofertados.

O acesso ao Pronaf Mulher possibilitou para a E1, a construção de novas amizades, novos contatos e novos mercados. O fato de comercializar os produtos junto com o companheiro mudou a sua rotina. Aos sábados o casal participa da feira livre, que acontece na sede do município, com a

---

<sup>18</sup> DAP utilizada para identificação dos (as) filhos (as) e das mulheres agregadas à uma unidade familiar de produção rural e devem, obrigatoriamente, estar vinculada a uma DAP Principal

comercialização dos produtos agroindustriais. Inicialmente, segundo ela, quando saía para participar de eventos, havia pequenos conflitos entre o casal, mas com o tempo e o aumento de sua participação houve uma maior compreensão por parte do companheiro.

Particpei de um evento (anterior a pesquisa de campo) onde a E1 relatou suas experiências e observei que os depoimentos sobre sua vida e as transformações pelas quais passou eram carregados de sentimento de satisfação. Seu companheiro acompanhava esses depoimentos e consentia com acenos positivos e um misto de orgulho. Atualmente a E1 desenvolve ações como tesoureira da associação de moradores de sua comunidade e continua como membro atuante da Agrotur. Ela recebeu convite para concorrer ao cargo de diretora na Agrotur, do qual ela declinou por não se sentir *preparada ainda*, mas estuda a possibilidade para o futuro.

Ainda em relação a E1, pode-se dizer que o acesso ao Pronaf trouxe mudanças positivas significativas em seu trabalho produtivo, propiciou e qualificou sua participação em eventos e organizações representativas, e alterou para melhor, ainda que de forma tímida, a divisão sexual do trabalho na família. E1 relata que, mesmo que raramente, o companheiro desenvolve alguma tarefa no âmbito do trabalho reprodutivo para que ela possa desenvolver suas atividades produtivas, segundo ela, em alguns dias de acúmulo de tarefas nas duas atividades (produtiva e reprodutiva), *ele lava algumas vasilhas*. Antes do acesso ao Pronaf Mulher não era assim.

No caso da E2, o acesso ao Pronaf Mulher não acarretou grandes mudanças em seu cotidiano. Ela era membro da Agrotur, porém não atuante, apenas ouvia, sem se manifestar, conforme relatou. A carga de trabalho aumentou a partir do acesso, O que propiciou a ampliação da queijaria. Atualmente ela produz, diariamente, em torno de 8 a 14 queijos. A atividade produtiva é desenvolvida concomitantemente com toda a carga do trabalho doméstico, dos cuidados com pequenos animais - como aves e suínos -, e, quando necessário, com a alimentação das vacas de leite, tarefa usualmente desenvolvida pelos homens da família, que também desenvolvem outras atividades agrícolas. Quando há acúmulo de várias tarefas do trabalho reprodutivo e do produtivo, a rotina pode ultrapassar 16 horas de trabalho diário.



Quando questionada se houve algum conflito por sua participação na Agrotur, a entrevistada relatou que sempre havia quando saía de casa e deixava alguma tarefa doméstica sem ser realizada. Para manter sua participação, passou a realizar todas as tarefas domésticas antes de sair. Os conflitos diminuíram, mas ela logo deixou de participar das reuniões, que aconteciam à noite, porque necessitava de transporte para o deslocamento. Ela não dirige por dificuldades colocadas pelo marido à época que planejou se habilitar para tal. Tanto o companheiro quanto o filho adulto (casado e residente próximo) se negaram a continuar levá-la para as reuniões. Ficou claramente evidenciada a falta de apoio da família para que a entrevistada continuasse a participar da Associação. Desde então não frequenta mais as reuniões da Agrotur e nem faz parte de nenhum outro coletivo representativo da agricultura familiar, frequenta apenas a igreja local. Nos poucos eventos em que participou após o acesso ao Pronaf Mulher, como eventos de visitação em outras queijarias, a companhia do marido foi presença obrigatória. Quando convidada a participar em outros eventos, só consegue ir se o marido se dispuser a ir junto. Caso ele não tenha interesse, ela não tem permissão para participar (ainda que seja com outros membros da família). Suas saídas sem a companhia do marido se resumem a pequenas saídas à sede do município para a aquisição de produtos no comércio e para visitar a filha.

A E2 não participa do planejamento das atividades do estabelecimento rural, da comercialização e de qualquer gestão sobre os recursos advindos da atividade produtiva que desenvolve. É totalmente ignorada quando tem a iniciativa de contribuir com ideias ou emitir qualquer opinião. Entretanto, ainda que não tenha autonomia financeira, não participe de organizações representativas ou não seja incluída nas decisões acerca das atividades rurais, a entrevistada tem percepção da realidade. A E2 tem conhecimento do seu direito a renda. Segundo a entrevistada:

Se fosse de pagar uma pessoa, seria de um salário pra cima, né? Tinha que ser porque eu faço, eu lavo as vasilhas todinhas. É um trabalho danado. Limpar a prensa, lavar os panos, todo dia. Eu acho que só por eles cortarem o capim e colocar para as

vacas comerem, valeria menos do que o trabalho que eu tenho. Porque eu, praticamente, fico presa o dia todo nesse serviço.

A E2 tem consciência do machismo do marido (não faz referência ao filho), mas mantém uma atitude conformista para que não aconteçam conflitos na família, caso ela se rebele contra as atitudes dele. Segundo ela,

Eu gostava assim. O que eu fizesse era meu, o que ele fizesse era dele, só que aqui é dá tudo na mão dele. Mas não é dizer que ele é ruim, ele não me deixa faltar as coisas, não. Ele fala que não precisa, que quando eu precisar ele me dá. Ele acha que é aquele tempo antigo, né? Antigamente era assim, nesse jeito, então ele quer continuar naquele ritmo de antigamente. Mas, na verdade, as coisas mudaram, então a gente também deveria mudar, né? (...) eu acho que é melhor ficar quieta do que reagir. Pra não ter problemas depois, né? Eu falo, não me ouviu, também fico quieta, vou pro meu canto e não falo mais nada. Ele mais o menino que resolvem as coisas.

Casos semelhantes ao da E2, nos quais a mulher participa ativamente com sua força de trabalho nas agroindústrias, mas suas atividades não se traduzem em autonomia financeira e nem gerencial também foi relatada por Boni (2005, p 91) ao fazer referência à pouca visibilidade das mulheres nas agroindústrias catarinenses, “mas ela, sujeito da produção, permaneceu no reprodutivo”. Segundo a E 2: *eu tenho que pedir o dinheiro a ele (o marido). Todo o dinheiro que eu fizer, eu passo o dinheiro para a mão dele. E quando eu preciso de alguma coisa então eu peço a ele.* Quando perguntada qual o seu sentimento em relação a essa situação, respondeu: *eu não me sinto bem assim. Eu queria assim, como que eu trabalho, eu queria ter as minhas coisas, né? Meu dinheiro, para eu gastar na hora que eu precisar, na hora que eu quero gastar.*

É interessante destacar aqui que agentes da assistência técnica e extensão rural, que poderiam contribuir para o reconhecimento da desigualdade de gênero no campo e apresentar propostas para sua diminuição, em muitos casos colaboram para acentuá-las. O comportamento de uma servidora do poder público municipal que realiza o serviço de vigilância sanitária na queijaria é

ilustrativo disso. Segundo E 2, a servidora acompanha (para fins de fiscalização sanitária) todo o trabalho da fabricação do queijo e sabe que é a mulher a responsável por todas as etapas de trabalho na queijaria. Esse conhecimento, porém, não é traduzido em momentos de se visibilizar o trabalho produtivo desta mulher. Houve um concurso municipal de qualidade de queijos e a servidora, ao inscrever o queijo da família, colocou o nome do marido no concurso, mesmo tendo o conhecimento de que é a mulher a responsável pela produção.

Ainda que a E2 não tenha relatado alterações na estrutura desigual de poder refletida em sua relação com o companheiro e divisão sexual do trabalho, e mesmo com o aumento da carga de trabalho, a mesma afirma que percebe uma *certa melhora* em seu cotidiano e se sente feliz pois teve a oportunidade de conhecer outras pessoas, conhecer algumas experiências e conheceu locais novos, o que não teriam acontecido se não tivesse acessado o Pronaf Mulher. A análise do relato desta mulher deixa claro que a mesma tem consciência de que é explorada em seus direitos trabalhistas e percebe o grau de submissão em que se encontra. Seus relatos são entremeados com suspiros profundos, como a antever outra situação em que poderia se encontrar, caso houvesse uma relação de poder mais igualitária com o companheiro. Porém, ante as opções de reagir ou calar e consentir, a entrevistada opta pela segunda para que não haja conflitos em sua relação. Este quadro de submissão e silêncio remete à advertência indignada de Harding (1993, p.10):

Em resposta, nos perguntamos como é possível não querer proclamar **a realidade das coisas** diante dos nossos “dominadores” e de nós mesmas, expressando assim nossa oposição aos silêncios e mentiras emanados dos discursos patriarcais e de nossa consciência domesticada.

As entrevistadas do Pronaf Mulher relatam que os seus companheiros permanecem com os mesmos comportamentos das gerações passadas, ou seja, as mulheres trabalham, mas as mesmas não possuem autonomia para gerenciar esta renda. Em algumas expressões essa herança machista vem à tona, como: *sempre foi assim em minha casa; em famílias de italianos é assim que acontece*. Segundo essas mulheres, elas, mesmo tendo a percepção que não deveria ser

assim, continuam reproduzindo o modo de vida das gerações passadas das mulheres da família. Foi observado, através dos relatos, que as filhas ou noras já não perpetuam este comportamento em seus relacionamentos.

Vários fatores interagem para que algumas mulheres se submetam, por décadas, a situações de extrema submissão. Os fatores podem estar associados a educação, a cultura patriarcal de décadas, a classe social, o mercado de trabalho, o nível de escolaridade, dentre outros. Não se pode apenas relegar a submissão a que as mulheres se encontram e a sua falta de reação apenas as questões estritamente de parentesco. Não se pode querer responder ao problema da submissão das mulheres apenas focando o olhar no âmbito doméstico. Seria uma análise muito simplista, já realizada anteriormente, segundo Scott (1993), mas que deixou a desejar. A autora cita que alguns antropólogos e outros pesquisadores fizeram esta análise reducionista das relações de gênero. Centraram seu olhar apenas no universo doméstico para explicar a organização social. Segundo Scott (1993, p. 22):

Precisamos de uma visão mais ampla que inclua não só o parentesco, mas também (em particular, para as sociedades modernas complexas) o mercado de trabalho (um mercado de trabalho sexualmente segregado faz parte do processo de construção do gênero), a educação (as instituições de educação socialmente masculinas, não mistas ou mistas fazem parte do mesmo processo), o sistema político (o sufrágio masculino universal faz parte do processo de construção do gênero). Não tem muito sentido limitar essas instituições à sua utilidade funcional para os sistemas de parentesco, ou sustentar que as relações contemporâneas entre homens e mulheres são produtos de sistemas anteriores de parentesco.

A afirmação de Scott encontra eco em casos como o da agente de Ater que contribuiu para reforçar o modelo patriarcal, que coloca o homem na centralidade das ações públicas. No processo de produção patriarcal, independente da esfera de atuação das mulheres, o homem sempre estará na esfera produtiva e as mulheres na esfera reprodutiva (SANTOS, 2016). Dessa

forma, agentes públicos continuam reforçando a desigualdade nas relações entre os gêneros e contribuindo para a invisibilidade produtiva das mulheres.

Ainda que a mulher se sinta parte do desenvolvimento rural, que ela reconheça o valor de sua produção, ela, por si só, não consegue quebrar a invisibilidade produtiva e a submissão que está exposta há tempos. Elas aceitam esta situação com a lacônica afirmação *sempre foi assim*.

No caso da entrevistada 01, que relatou que o companheiro começou a *auxiliar* em serviços considerados *da mulher*, como lavar utensílios (em casa e na linha de produção), e também virar massa para os produtos na agroindústria (pela quantidade produzida é necessário mais força física), é possível supor que os fatores propulsores não sejam o reconhecimento e a valoração do trabalho produtivo e reprodutivo das mulheres. E, sim, o valor econômico. Esses homens, que nunca realizaram tarefas domésticas em seus lares, passam a realizar algum serviço no âmbito doméstico e nas agroindústrias em virtude da remuneração advinda da atividade produtiva realizada pelas mulheres.

#### **4.2 – Cotidiano de mulheres rurais que acessaram o PAA**

O PAA foi iniciado, em Aracruz, no ano de 2013. A primeira proposta apresentada foi da Associação Comunitária de Pescadores e Catadores de Caranguejo de Lajinha. Os membros da associação, além das atividades aquícolas, que desenvolvem de forma artesanal, também possuem atividade na agricultura com produção de alimentos e criação de pequenos animais. A produção é para o autoconsumo e comercialização dos excedentes. O PAA se apresentou como uma alternativa de renda, principalmente no período do defeso, onde a pesca fica suspensa. A articulação do PAA, em 2013, foi feita através de um projeto do Instituto Capixaba de Assistência Técnica e Extensão Rural (Incaper), o Projeto Tecsocial, que desenvolvia ações nas áreas de produção, comercialização e gestão. A primeira proposta de venda da associação foi composta por 06 (seis) mulheres e 02 (dois) homens. Uma dessas mulheres pioneiras no acesso ao PAA foi entrevistada. Em 2014 a associação apresentou nova proposta, mas em decorrência de uma seca prolongada na região (a comunidade não tem acesso à irrigação), a produção foi comprometida

pela falta de água e não houve o cumprimento da proposta com a entrega dos produtos contratados.

Em 2014, a articulação do PAA passou a ser realizada através de ações de um projeto da Fibria, Indústria de Papel e Celulose. O projeto era parte de um programa de relacionamentos - Programa de Desenvolvimento Rural Territorial (PDRT) - que a empresa mantém com as comunidades rurais que se localizam no entorno. É uma ação de compensação social para comunidades mais próximas e que são mais afetadas pelas ações da empresa. Além da parte industrial, a empresa possui extensos plantios com monocultura de eucalipto, utilizado como matéria prima para a fabricação da celulose. O PDRT trabalha os eixos: produção, comercialização e gestão, e apoia atividades agrícolas para as famílias que vivem em seu entorno, tanto para as famílias proprietárias de terras quanto para as famílias que não possuem terras.

As famílias rurais que vivem no entorno das áreas rurais da empresa, e não são proprietárias de áreas rurais, recebem da empresa, em forma de comodato, uma parcela de terras agricultáveis para desenvolverem as atividades produtivas. Essas famílias geralmente vivem na condição de meeira, posseira ou arrendatária de terceiros. Essas áreas cedidas como comodato recebem o nome de *áreas de recuo*. São áreas onde a empresa deixa de plantar o eucalipto (recuam o plantio de eucalipto) para as famílias as utilizarem. Há uma mulher entrevistada na pesquisa, nesta condição. Nas áreas atendidas pelo PDRT, as comunidades rurais são atendidas com Ater, insumos e capacitadas em práticas agrícolas. Existe um direcionamento no Programa para as práticas agrícolas dentro dos preceitos agroecológicos. A equipe técnica do PDRT, contratada por uma empresa terceirizada, trabalha com planos de transição agroecológica. Durante as entrevistas, algumas mulheres declararam que os estabelecimentos rurais estão em processo de transição.

A Prefeitura Municipal de Aracruz, a quem cabe estimular ações para a agricultura familiar, não realiza nenhuma ação de estímulo para acesso ao PAA. Ainda que seja uma configuração atípica de acesso às políticas públicas – uma empresa do agronegócio estimulando ações para a agricultura familiar; uma empresa que se utiliza de plantios de monocultura incentivando práticas agrícolas agroecológicas - caso não fosse oferecido esse projeto à essas comunidades, não haveria nenhum acesso ao PAA pelas famílias rurais de

Aracruz. Não há registro de nenhum acesso articulado pela prefeitura municipal. A partir do PDRT houve acessos nos anos de 2014 e 2017.

No período de 2013, ano do primeiro acesso, até 2017, ano limite da pesquisa, o acesso ao PAA foi efetuado por 05 associações. Todas associações são compostas por homens e mulheres.

#### Quadro 09: Quantitativo de mulheres que acessaram o PAA em Aracruz

Associações	Ano de acesso	Nº mulheres que acessaram	Nº de mulheres entrevistadas
Lajinha	2013	07	01
Agribovis	2014	03	02
	2017	07 <sup>19</sup>	
Nova Esperança	2017	04	02
Cachoeiro do Riacho	2017	07	02
Asprumata	2017	07	01
<b>Total:</b>		<b>32</b>	<b>09</b>

Fonte: elaboração própria a partir dos dados das propostas de vendas (CONAB, 2014;2017).

Houve acesso em 03 (três) anos, sendo 2017 o ano mais representativo. O ano de 2017 foi o único onde a articulação do PAA estabeleceu que apenas as mulheres acessariam o Programa. Todos os acessos foram feitos na modalidade Doação Simultânea.

A pesquisa revela que o cotidiano dessas mulheres foi transformado para melhor. Quando convidadas a avaliar o Programa, a avaliação positiva foi unânime. As expressões mais comuns utilizadas pelas entrevistadas foram: *pra mim foi muito bom porque eu não saia de casa, agora eu saio, faço cursos, um bocado de coisa; tivemos mudança total na vida; o PAA contribuiu muito, total; o PAA é familiar, e é uma coisa pra ajudar mesmo a gente*. O PAA foi uma política pública que retirou as mulheres de dentro de casa e as transportou para novos horizontes, dentro e fora dos estabelecimentos rurais. Nos estabelecimentos

<sup>19</sup> As 03 mulheres que acessaram em 2014, repetiram o acesso em 2017, portanto o quantitativo final é 32.

rurais, elas foram desenvolvendo novas culturas agrícolas, utilizando novas técnicas, e externamente participaram de diversos eventos. Foram muitos os relatos de participação em cursos, palestras, intercâmbios e compartilhamento de experiências.

As primeiras entregas foram feitas a partir de plantios já existentes em seus quintais, hortas ou pequenos pomares. Eram espaços que, na maioria dos casos, as mantinham no entorno de suas residências. Muitas até nem acreditavam que tinham algum produto para a entrega, mas após as orientações da articulação do PAA, as mesmas se surpreenderam com a quantidade de produtos: *pensei que não tinha nada, mas quando comecei a juntar o que tinha, deu um caminhão cheio*. Além do incremento de uma nova renda, houve uma percepção de que suas produções agrícolas tinham valor para o mercado.

A partir das primeiras entregas, com a renda da venda dos produtos, foi possível diversificar a produção e a fazer um maior aproveitamento da área de cultivo. Siliprandi e Cintrão (2011) relatam que a primeira oferta com produtos já existentes acontece por todo o país e que a modalidade Doação Simultânea é mais acessada pelas mulheres. O PAA em Aracruz segue o mesmo padrão (usual) nacional observado por essas autoras.

Muitas mulheres se surpreenderam ao perceberem que suas experiências, suas histórias de vida recebiam atenção e reconhecimento nos eventos onde foram convidadas a participar. Alguns eventos aconteceram em outros estados. Segundo elas, antes se sentiam até *semianalfabetas*, mas no meio daquelas *pessoas importantes*, se sentiam muito bem porque eram ouvidas, aplaudidas, e até abraçadas. A maioria nunca havia falado em público anteriormente à essas experiências. O empoderamento pessoal é inegável.

Há mulheres com experiências mais modestas, porém não menos importante do ponto de vista de melhoria da autoestima e da autonomia econômica. Houve melhoria na qualidade de participação nas associações pelas entrevistadas. Algumas relataram que antes do acesso ao PAA participavam como ouvintes, mas depois foram se interessando mais, e com a experiência adquirida em novos espaços ou mesmos com novas práticas e técnicas aprendidas a partir do acesso, começaram a emitir suas opiniões e passaram a ser ouvidas. Uma agricultora com mais de 50 anos relata que: *eu participo das reuniões (...), as vezes eu só escutava, mas agora se eu tiver o que falar, eu falo*



e eles param para me ouvir. Ela relata que sempre foi trabalhadora rural, mas só se sentiu valorizada, após décadas de trabalho produtivo, quando começou a receber o recurso financeiro advindo diretamente das entregas ao PAA. Ela adquiriu mais confiança em si própria. Atualmente é convidada para relatar sua experiência em outras associações. Esse relato exemplifica como a experiência com o PAA trouxe reconhecimento para essas mulheres.

As principais mudanças relatadas no cotidiano das entrevistadas, em suas atividades produtivas foram:

- Maior diversificação de produtos cultivados;
- Nova fonte de renda;
- Organização da produção;
- Organização da comercialização;
- Organização pessoal e contábil;
- Atividade desenvolvida em conjunto com a família e/ou com o companheiro;
- Atividade que as mulheres desenvolvem sem sair de suas propriedades rurais (antes algumas trabalhavam como diaristas em propriedades alheias);
- Conhecimento de novas práticas agrícolas, como a produção orgânica e outras formas de manejo agrícola.

Cada mulher entrevistada possui uma rotina um pouco diversa, mas há características muito comuns em todos os relatos. A rotina de trabalho é sempre grande para todas. Acordam entre 05:0 e 06:00 horas da manhã e se deitam entre 21:00 a 22:00 horas da noite. Todas desenvolvem parte de seu trabalho reprodutivo nas primeiras horas da manhã, vão para seus cultivos, e, ao retornarem ainda dão continuidade aos afazeres domésticos. Algumas contam com a *ajuda* (conforme elas falam) do companheiro ou da prole, geralmente das filhas. Houve três relatos em que a figura do homem (marido, filho ou irmão) dividia os cuidados com a casa e a família, e apenas um caso em que a divisão de tarefas com o companheiro é de 50%, tanto no trabalho reprodutivo quanto no trabalho produtivo.

Em dias de entrega de produtos ou em dias onde há ausência dos parceiros/as para o trabalho produtivo, a jornada fica um pouco mais extenuante. Em comunidades mais distantes, há mulheres que acordam ainda na madrugada para organizar toda a rotina de entrega dos produtos. Há um caminhão que recolhe os produtos por região e os transporta até os locais de distribuição. O trabalho de carregar o caminhão, com os produtos acondicionados em caixas de madeira, é realizado pelos homens da família. Em caso de ausência desses, há outros homens (associados ou não) que fazem o trabalho de carregamento do caminhão. A falta de manutenção nas estradas rurais dificulta a vida dessas mulheres, alterando seus horários de descanso. Com as estradas em difíceis condições de tráfego, o caminhão que coleta os produtos (que em outras condições chegaria em torno das 06:00 horas) adianta seu horário para a coleta nos estabelecimentos rurais para às 04:00 horas, tendo em vista o cumprimento do horário da entrega nos pontos de distribuição, que é por volta das 08:00 horas. Para atender o horário adiantado de entrega de produtos, as mulheres se levantam por volta das 02:00 horas, em plena madrugada. Esse caso é um exemplo de como o poder público municipal, ao ser relapso com as vias de escoamento da produção, dificulta a vida das famílias rurais, e, conseqüentemente, das mulheres rurais.

De forma quase unânime, as mulheres só param o trabalho no momento que se deitam para o descanso noturno. Porém, se houver algum tipo de problema de saúde com algum membro da família, ou se a rotina for transformada por filhos/as menores, a jornada de trabalho continua até um pouco mais tarde. A mulher, de forma geral, é a última a se deitar, mas será, provavelmente, a primeira a levantar, no dia seguinte, para preparar o café da manhã para a família.

Na execução do PAA em Aracruz foram desenvolvidas ações que contribuíram para o empoderamento das mulheres. Em 2017, com a aguda diminuição dos recursos para o Programa, a articulação do PAA orientou às associações que elaborassem apenas as propostas de venda das mulheres, tendo em vista o recorte de gênero que prioriza as propostas das mulheres perante o PAA. As associações também foram orientadas a realizar o pagamento dos produtos diretamente às mulheres, por meio de depósito bancário ou cheques, em seus nomes. Algumas mulheres relataram (exultantes) que foi a

primeira vez que tomaram posse de cheque ou cartão em seus próprios nomes. Tais ações foram preponderantes para que fosse diminuída a resistência de alguns companheiros no tocante a participação das mulheres no Programa. As entrevistas apontam que muitos homens incentivaram suas companheiras a participarem do PAA, tendo em vista a questão econômica, uma vez que somente as mulheres apresentaram propostas.

O PAA se mostrou uma política pública com recorte de gênero com maior potencial para romper as desigualdades nas relações de gênero no campo. As mulheres que fizeram o acesso relataram que estabeleceram novas relações com outras mulheres com experiências semelhantes, e que esse compartilhamento de experiências contribuiu para efetivar mudanças positivas nas relações familiares, sociais e econômicas. A pesquisa encontrou um maior número de mulheres que realizou os acessos ao PAA em relação ao Pronaf Mulher, e essas participam mais ativamente em associações e outros coletivos. Para realizar os acessos, as mulheres obrigatoriamente devem estar associadas em entidades de representação da agricultura familiar como associação ou cooperativa, enquanto o Pronaf Mulher é um crédito mais solitário pois é acessado individualmente.

Muitos ajustes por parte dos poderes públicos, entidades de Ater e organizações representativas da agricultura familiar precisam ser realizados para que caiam as barreiras ainda existentes no tocante aos acessos às políticas públicas com recorte de gênero. O número pequeno de acessos ao Pronaf Mulher relacionados na pesquisa alerta para a pouca divulgação da política, assim como a dificuldade para obtenção dos dados e informações correlatas. Em relação ao PAA, não houve dificuldade para obtenção de dados relativos aos acessos porque a articulação local os disponibilizou. A ausência de informações acerca das políticas públicas com recorte de gênero foi constatada também com as entrevistadas. Dentre as 09 (nove) mulheres que acessaram o PAA, apenas uma conhecia o Pronaf Mulher, informação obtida em município vizinho por meio do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST).

As políticas públicas com recorte de gênero são ferramentas importantes para visibilizar as mulheres agricultoras. A partir dos acessos e das contribuições positivas advindas, o cotidiano dessas mulheres pode ser transformado para melhor. Entretanto, muitas mulheres deixam de fazer uso dessas ferramentas

em decorrência da (quase) ausência de ações de diversas entidades que têm como público beneficiário as/os agricultoras/os familiares, como os poderes públicos (federal, estadual e municipal), as entidades representativas da agricultura familiar e as entidades de assistência técnica e extensão rural, bem como o perfil técnico de agentes que intermediam esses processos.

## CAPÍTULO 5 - CONTRIBUIÇÕES DO PRONAF MULHER E DO PAA NAS RELAÇÕES DE GÊNERO

Em três décadas de trabalho desenvolvido para as famílias rurais, presenciei muitas cenas que me chamaram a atenção para as relações desiguais de poder no campo. Era cena comum em muitos eventos onde havia a participação de casais, após a apresentação do homem, a mulher se apresentava como *esposa do Fulano*. Essa forma invisibilizada de a mulher se apresentar reflete a submissão a que as mulheres estão relegadas e a naturalização desta submissão. A maioria, muito timidamente, respondia em um tom de voz baixo e inseguro. Essas mulheres que pouco se pronunciavam nas reuniões, quando em seus estabelecimentos rurais, desenvolviam um intenso e exaustivo trabalho. Tanto nas atividades produtivas quanto em suas residências. Porém não se reconheciam como sujeitos de direito e se mantinham no papel de submissão que a cultura patriarcal sempre as delegou há gerações.

A invisibilidade da mulher não está somente em eventos em seu cotidiano. Harding (1993) aborda que a invisibilidade é estabelecida na teorização patriarcal onde a figura do *homem universal* foi usada para se fazer referência a *mulher universal* (a autora também contesta a figura da mulher universal porque esta figura não contempla a diversidade que existe). A teorização patriarcal a que se refere Harding é perceptível, ainda, na masculinização textual presente em documentos e publicações atuais dirigidos à Agricultura Familiar. Um exemplo que ilustra bem essa realidade é a cartilha de orientação para o Plano Safra 2017-2019. A publicação reafirma a invisibilidade do trabalho produtivo das mulheres logo na apresentação do Plano (BRASIL, 2017, p.03): “Para o *agricultor produzir*<sup>20</sup> não basta apenas crédito. É preciso ir além, é necessário um conjunto de ações para fortalecer o setor” [...]. A ilustração que acompanha o texto mostra um homem sorridente. O texto deixa margem para interpretação de que a produção agrícola se resume a produção masculina. Não é um mero acaso a linguagem excludente utilizada para se fazer referência aos sujeitos sociais do campo. Na expressão *homem do campo* em textos, discursos e outras formas de comunicação utilizada ainda na atualidade, ao se fazer referência às

---

<sup>20</sup> Destaque de minha autoria.

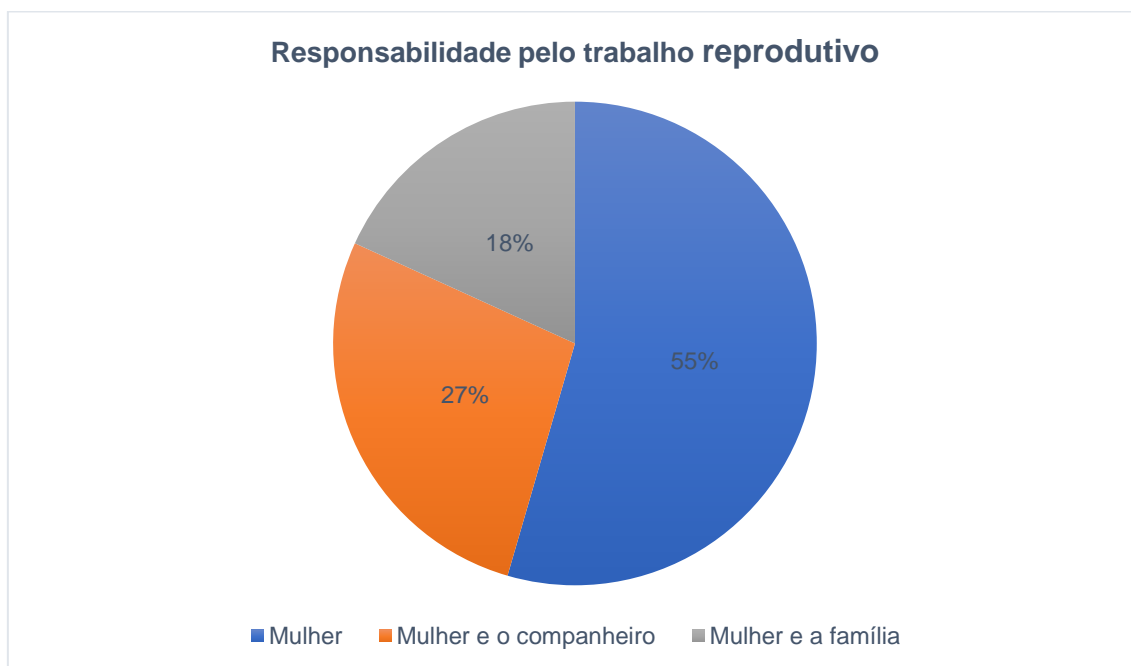
famílias rurais (compostas de homens e mulheres) transparece todo o domínio patriarcal que está posto nas relações de gênero, no campo e na cidade. Com tamanha ênfase apenas na produção masculina, repetida diuturnamente, não causa estranheza que as mulheres rurais não se sintam representadas e nem fortalecidas o suficiente para proclamarem auto e bom som seus nomes, suas posições, seu verdadeiro papel no desenvolvimento rural.

### 5.1 – Análise e interpretação dos dados extraídos da pesquisa de campo

Cada eixo de análise tem representação em gráficos, porém não há uma uniformidade em números de gráficos por eixos. Os gráficos foram construídos com fidelidade ao relato das entrevistadas.

Eixo 01 – Divisão Sexual do Trabalho

**Figura 8: Responsabilidade pelo trabalho reprodutivo**

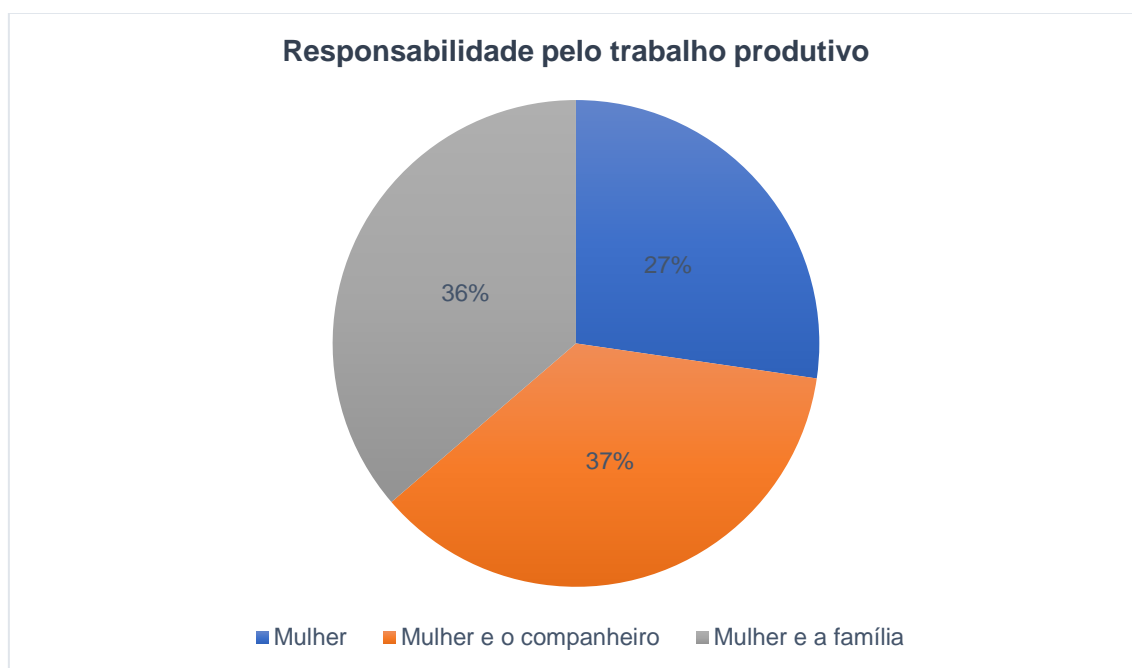


Fonte: dados extraídos das entrevistas, 2018

A responsabilidade pelos trabalhos reprodutivos recai sobre as mulheres. Elas estão presentes em 100% dos cuidados com a casa e com a família. Em menos de 50% há algum tipo de auxílio nas tarefas. Foi constatado apenas 01

(um) caso onde há divisão justa de trabalho, ou seja, o casal divide de forma igualitária o trabalho reprodutivo, em seu cotidiano. Em relação a divisão entre os membros da família, geralmente são as filhas que desenvolvem o trabalho. Foi constatado apenas 01 (um) caso onde filhos e filhas ficam com responsabilidades no trabalho reprodutivo. Percebe-se que, quando são apenas as filhas, persiste a divisão sexual do trabalho. Repete-se o mesmo padrão patriarcal de gerações passadas.

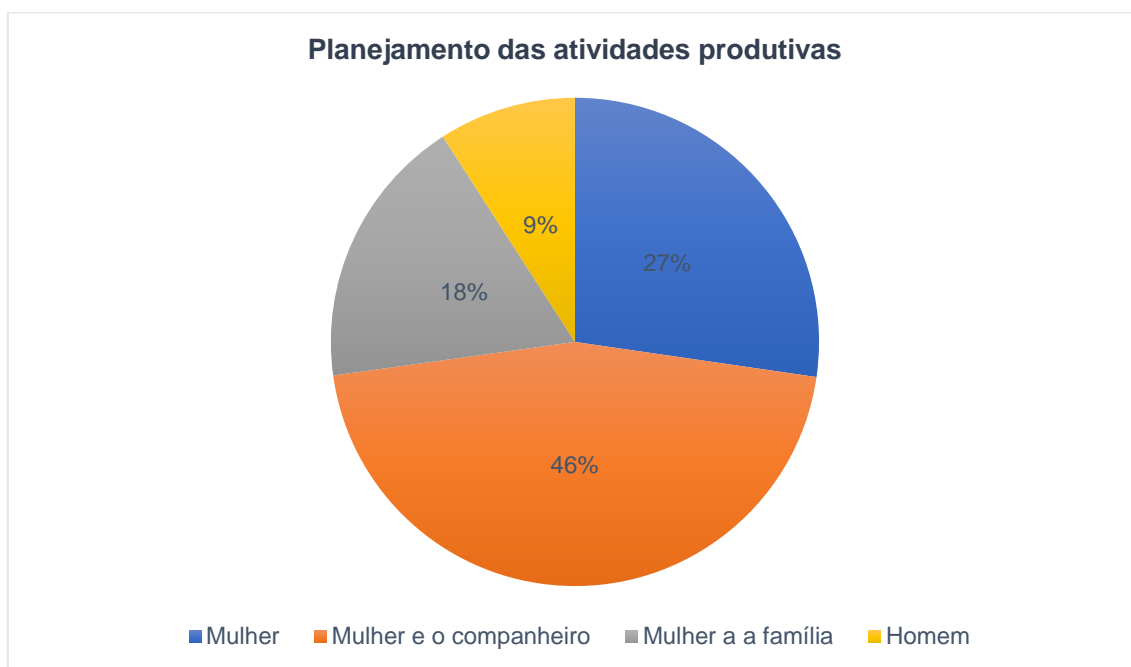
**Figura 9: Responsabilidade pelo trabalho produtivo**



Fonte: dados extraídos das entrevistas, 2018

Na esfera produtiva a mulher tem a responsabilidade total ou parcial. A maior porcentagem desenvolve a atividade em conjunto com seus companheiros. Em alguns casos, como nas agroindústrias, o marido desenvolve a parte mais pesada do trabalho manual, se responsabiliza pela parte contábil e pela comercialização. Nas atividades do PAA, quando em conjunto com o companheiro ou família, as atividades são desenvolvidas de acordo com a aptidão e força física de cada membro. Em muitos casos, tanto mulheres quanto homens, desenvolvem atividades semelhantes. Nos casos em que as mulheres desenvolvem sozinhas, os companheiros desenvolvem atividade laboral em outras propriedades, como diaristas, para aumentar a renda familiar.

**Figura 10: Planejamento das atividades produtivas**



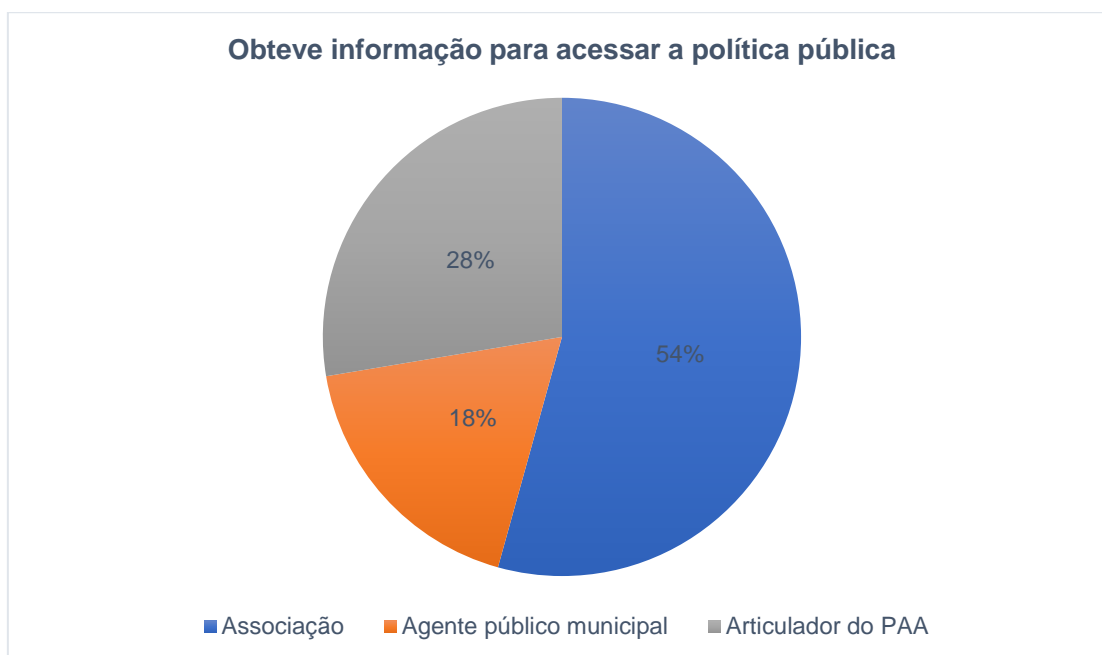
Fonte: dados extraídos das entrevistas, 2018

Em relação às atividades produtivas a mulher participa do planejamento das atividades. Há um caso apenas onde a mulher somente executa. Nos casos onde o planejamento é realizado apenas pelas mulheres, acontecem três situações diferentes: o homem desenvolve atividade como trabalhador rural em propriedade de terceiro; a mulher possui maior conhecimento e experiência em agricultura em relação ao companheiro, e no terceiro caso, a mulher possui maior iniciativa nas atividades laborais. Neste último caso, a entrevistada se autodenomina como *a cabeça do casal*. Em todas as situações apresentadas, as entrevistadas relatam impulsionar seus companheiros para que esses também se envolvam mais no planejamento.

Eixo 02- Acesso às Políticas Públicas (PAA e Pronaf Mulher)



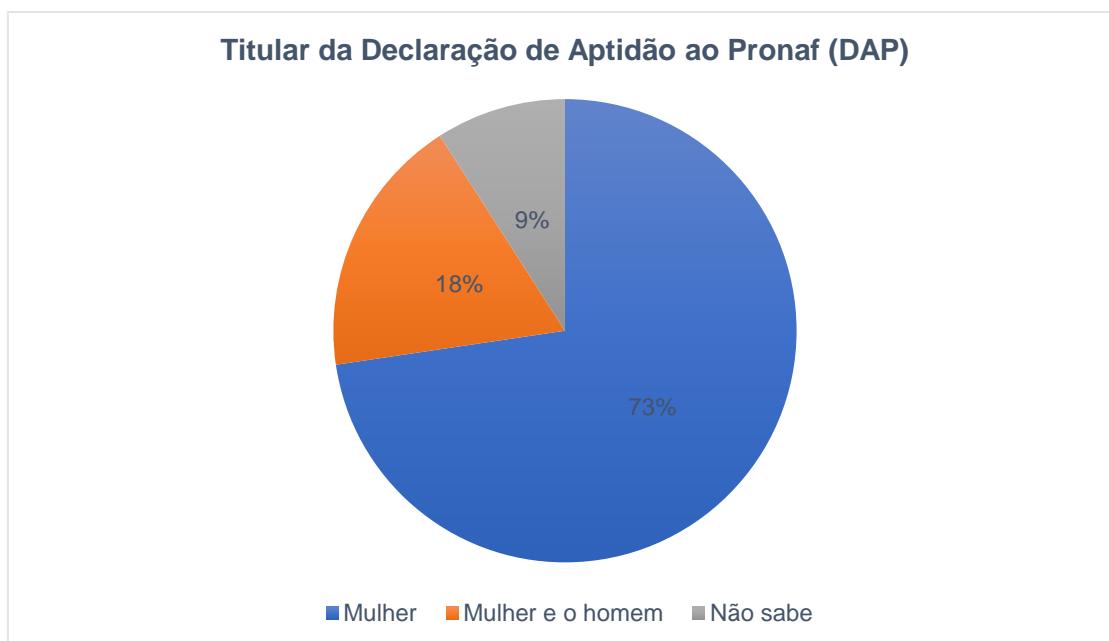
**Figura 11: Obtenção da informação para acessar a política pública**



Fonte: dados extraídos das entrevistas, 2018

As associações representam o principal meio de acesso das famílias rurais às informações sobre as políticas públicas. Nos acessos ao PAA houve a figura do articulador, que desenvolve um papel de intermediação com as associações, e diretamente nos estabelecimentos rurais. A Agente pública foi a divulgadora do Pronaf Mulher.

**Figura 12: Titulação da Declaração de Aptidão ao Pronaf**

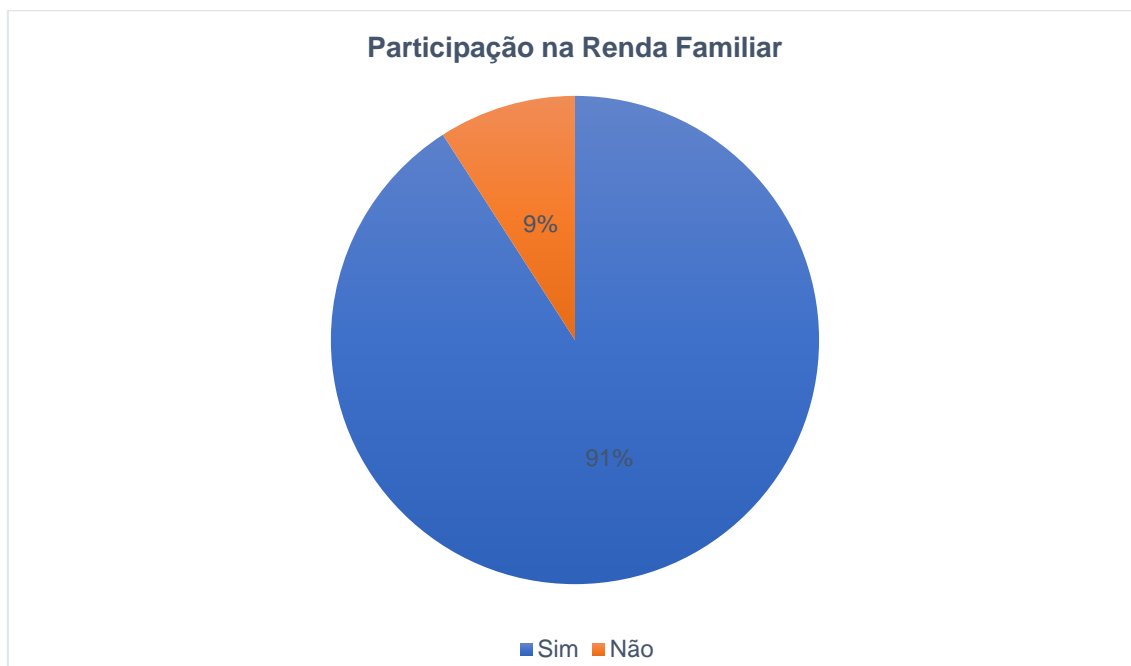


Fonte: dados extraídos das entrevistas, 2018

Em relação a DAP, a maioria das mulheres entrevistadas são as titulares. Houve um único caso em que a entrevistada não soube responder.

### Eixo 03 – Autonomia Econômica

**Figura 13 – Participação da renda familiar**

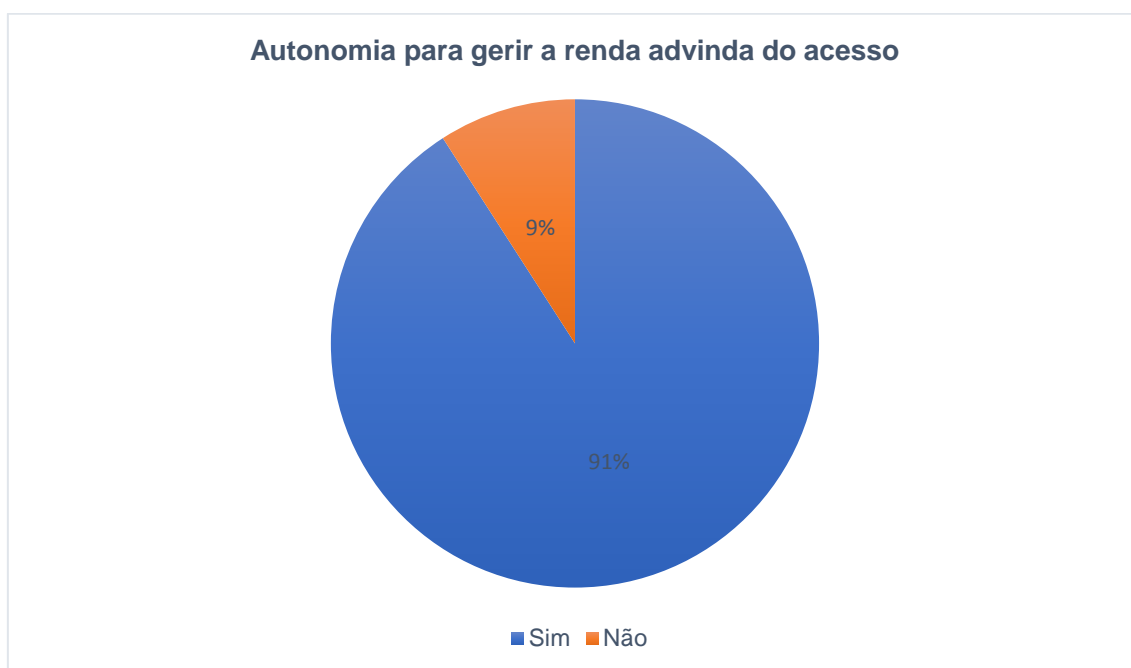


Fonte: dados extraídos das entrevistas, 2018

Com exceção de uma, todas responderam que participam da renda familiar. Mesmo antes do acesso à política pública, grande parte já contribuía pois desenvolvia alguma atividade na propriedade rural ou mesmo recebe provento advindo de aposentadoria rural. Em apenas um caso a mulher relata que não contribui com a renda familiar. Esta é a percepção dela. Porém, pelo relato dessa mulher, fica evidente que ela não se percebe como contribuinte da renda familiar porque não tem nenhuma gerência sobre o recurso financeiro advindo de sua atividade. Ela realiza todo o trabalho agroindustrial sozinha, mas é o companheiro quem comercializa e retém o dinheiro. Desta forma, ele possui a gestão dos recursos advindos do trabalho produtivo da mulher, e aplica o dinheiro como ele decide. Portanto, ela participa porque há entrada de dinheiro advindo de seu trabalho. Ela não possui autonomia para gerir esse recurso. Quando precisa de dinheiro (advindo do fruto de seu trabalho ou de outra renda

da propriedade), ela precisa pedir ao companheiro. Sempre é questionada para qual finalidade quer utilizar e demais questionamentos. Segundo ela, é comum o companheiro indagá-la *para que quer o dinheiro se ela não paga nada, se ela não compra nada*. Segundo ela *para comprar qualquer coisa para mim, eu tenho que pedir a ele também*.

**Figura 14: Autonomia para gerir a renda advinda do acesso às políticas públicas.**



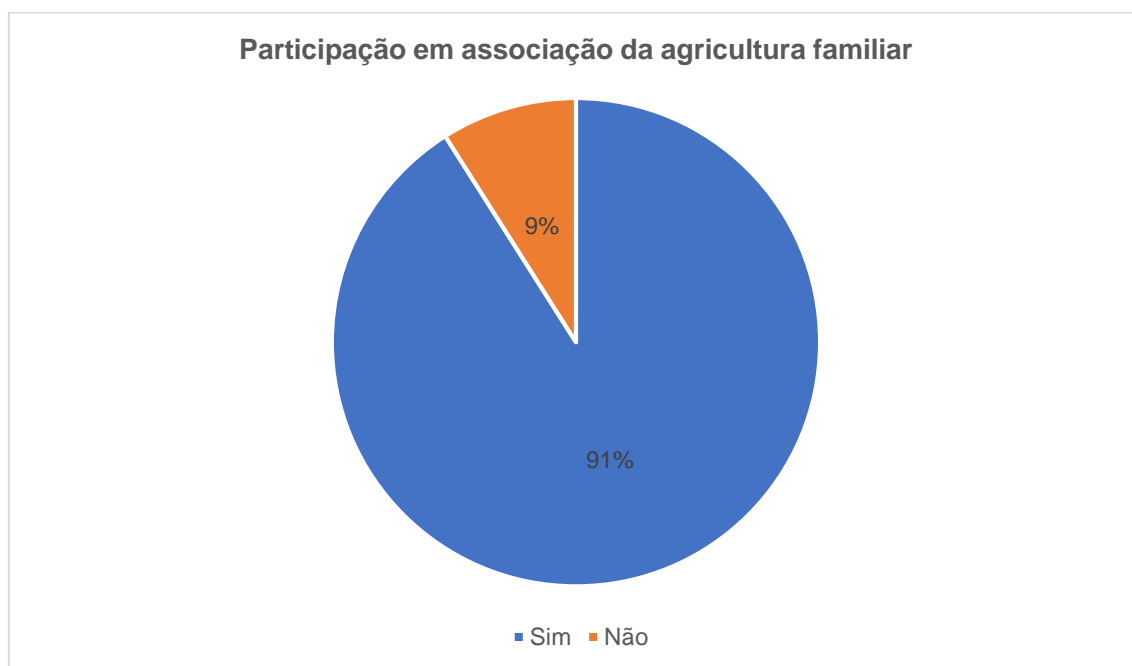
Fonte: Fonte: dados extraídos das entrevistas, 2018

Com exceção de uma mulher (relatado no gráfico 13), todas as outras possuem autonomia para a utilização do recurso financeiro advindo de seu trabalho produtivo. Todas investem parte deste recurso com a própria família. Seja na manutenção da casa, seja na construção ou melhoria da moradia. A maioria delas tem autonomia para utilizar uma parte consigo próprias. Elas decidem se guardam ou se gastam. Não foi sempre assim. Há casos em que as mulheres só conquistaram esta autonomia após o acesso a política pública. Há relatos que demonstram a diferença entre o *antes* e o *depois* do acesso. Chama atenção um caso onde a mulher conquistou sua autonomia após o acesso ao PAA. Segundo ela *eu sempre trabalhei na roça, agora que estou fazendo 50*

*anos é que estou tendo a possibilidade de plantar o meu café. Ela enfatizou o meu com um forte sentimento de satisfação na voz.*

#### Eixo 04 – Empoderamento e Organização

**Figura 15: Participação em associação da agricultura familiar**

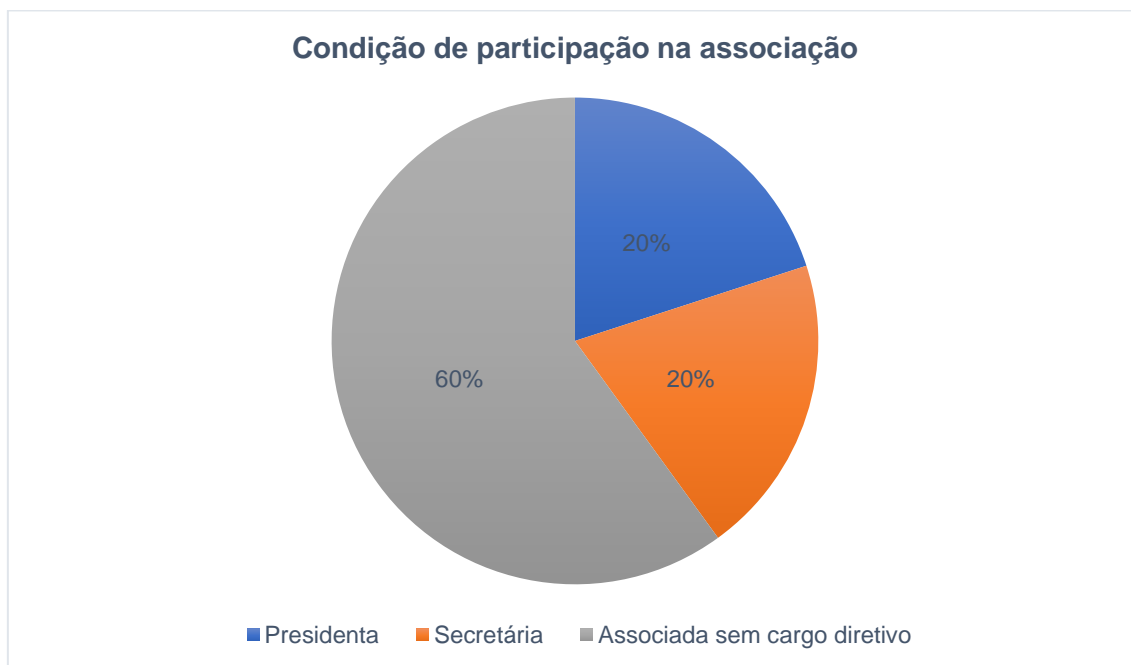


Fonte: dados extraídos das entrevistas, 2018

Quase todas as mulheres, com exceção de 01, participam de alguma associação da agricultura familiar. O PAA é um Programa que requer, obrigatoriamente, que a beneficiária esteja organizada em associação ou em cooperativa. O Pronaf Mulher não tem esta exigência. Dentre as associadas, 04 (quatro) participam de outros coletivos: uma assentada da reforma agrária participa do MST; uma agricultora participa de três coletivos diferentes, além da associação. São eles: Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável (Condersul), Conselho Popular de Aracruz (Conspar) e da Federação de Apicultores do ES. Outras duas fazem parte da Colônia de Pescadores Z7 Manoel Miranda. A mulher que não participa atualmente de nenhuma organização, já fez parte da Associação de Agroturismo de Aracruz, mas por dificuldades impostas pelos familiares para o comparecimento às

reuniões, se afastou. Todas entrevistadas que participam de alguma associação, frequentam as reuniões com média a alta assiduidade.

**Figura 16<sup>21</sup>: Condição de participação na associação**



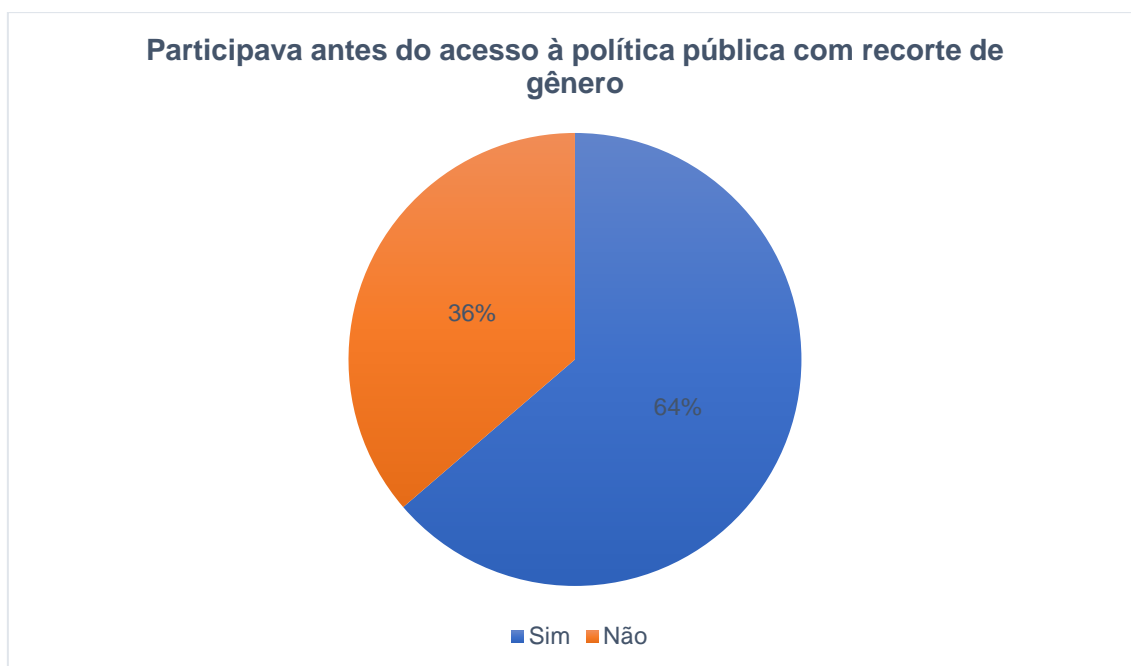
Fonte: dados extraídos das entrevistas, 2018

Dentre as entrevistadas, há duas mulheres presidentas e duas secretárias. Vale destacar que algumas já exerciam cargo diretivo antes do acesso à política pública. Todas mulheres em cargo diretivo acessaram o PAA. Entre as associadas sem cargo diretivo, há duas (01 acessou o PAA a outra Pronaf Mulher) que foram convidadas para compor chapa em cargos diretivos, mas alegam não se sentirem preparadas para tal. Uma alega ter dificuldade com leitura, a outra alega falta de tempo. Outra associada (acessou o PAA) relatou que irá concorrer ao cargo de presidenta no próximo pleito da associação. As duas agricultoras que estão como presidenta da associação relatam que há muitas mulheres com capacidade e preparadas para assumirem cargos diretivos em suas respectivas associações, porém elas não demonstram vontade de participar. Quando convidadas sempre alegam que é falta de tempo ou falta de experiência. Quando questionadas por mim se não seria em virtude de

<sup>21</sup> Até o gráfico 15 o universo de 100% de mulheres rurais foi constituído de 11 mulheres entrevistadas. Vez que 01 (uma) não participa de nenhuma associação, ela está excluída dos dados referentes aos gráficos 16 a 18. Portanto, o universo de 100% dos referidos gráficos perfaz um total de 10 mulheres rurais.

resistência de seus companheiros que elas não participavam, as presidentas relataram que, segundo suas percepções, era mais por acomodação, por não quererem dispor de seu tempo para a resolução de problemas da associação ou outros compromissos advindos dos cargos diretivos.

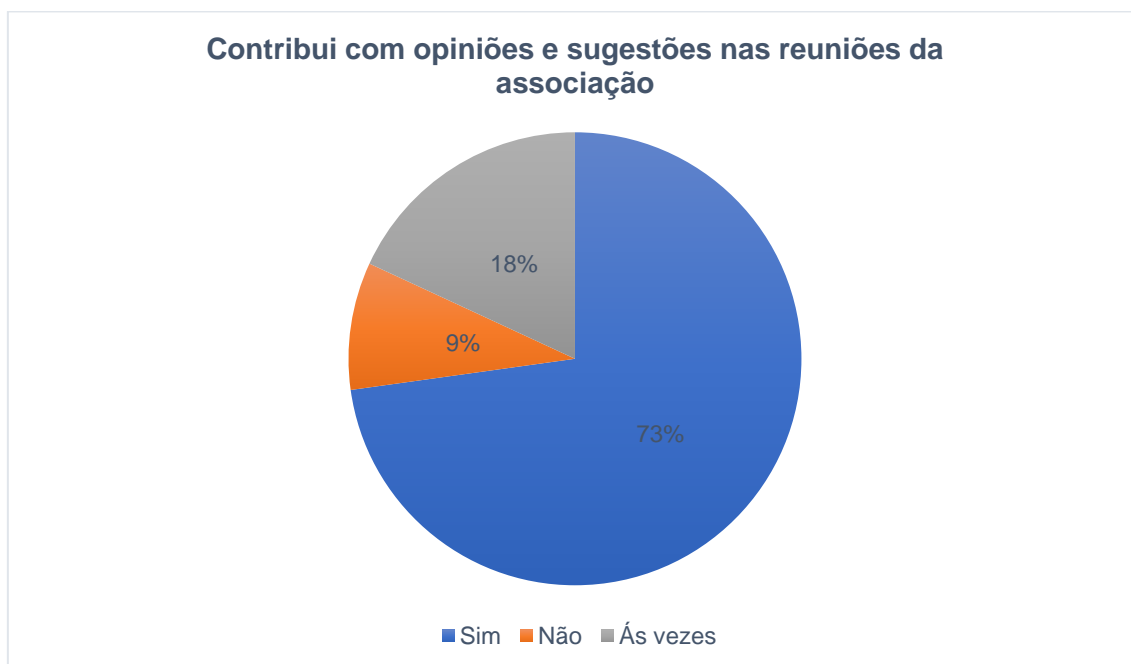
**Figura 17: Participação em organização de representação da agricultura familiar antes do acesso a política pública com recorte de gênero**



Fonte: dados extraídos das entrevistas, 2018

O percentual de 36% não participava de nenhuma organização antes de acessar a política pública com recorte de gênero, mas se organizaram para acessar a política. No caso das agricultoras que acessaram o Pronaf Mulher, elas relatam que a adesão à Agrotur se deu antes do acesso. Entre as agricultoras que já estavam associadas, algumas relatam que passaram a ser mais assíduas às reuniões quando despertaram o interesse em participar do PAA, e continuam assíduas após o acesso.

**Figura 18: Contribuição com opiniões e sugestões nas reuniões da associação**

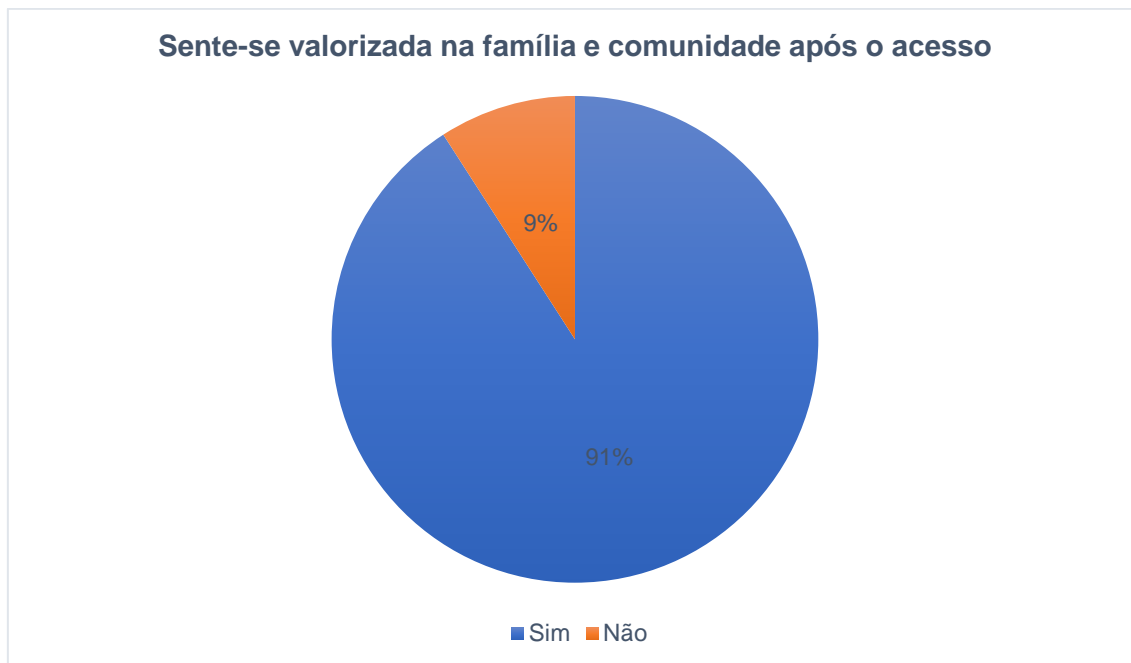


Fonte: dados extraídos das entrevistas, 2018

Entre as mulheres que participam nas reuniões das associações, a maioria se sente à vontade para emitir opinião, discordar, sugerir, entre outros posicionamentos. Entre as que responderam *às vezes*, elas relataram que só participam quando dominam o tema em discussão. Quem não emite opinião ou sugestão, é devido a não se sentir com segurança para opinar. Entre as que emitem suas opiniões há uma, hoje secretária da associação, que relatou sua posição antes do acesso. Segundo a entrevistada, antes do acesso ao PAA sua participação era apenas como ouvinte. Fato esse devido ao companheiro que a proibia de falar nas reuniões. Muitas vezes ela se intimidava também porque ele, em casa, desqualificava suas opiniões e sugestões. Após o acesso ao Programa, ela participou de outros eventos onde se sentiu valorizada por outros grupos. Desde então ela qualificou sua participação. Ainda que ele venha a criticá-la, ela não se sente mais intimidada e se posiciona. No início essa mudança de postura lhe causou alguns conflitos familiares, mas por sua persistência em continuar participando e emitindo sua opinião, esses conflitos diminuíram. Pelo relato dessa entrevistada fica perceptível que, para que sua opinião fosse respeitada, a sua persistência, sua autonomia econômica e seu empoderamento pessoal,

que se deram a partir do acesso ao PAA, foram fatores fundamentais para a mudança de postura do companheiro.

**Figura 19: Valorização na família e comunidade**



Fonte: dados extraídos das entrevistas, 2018

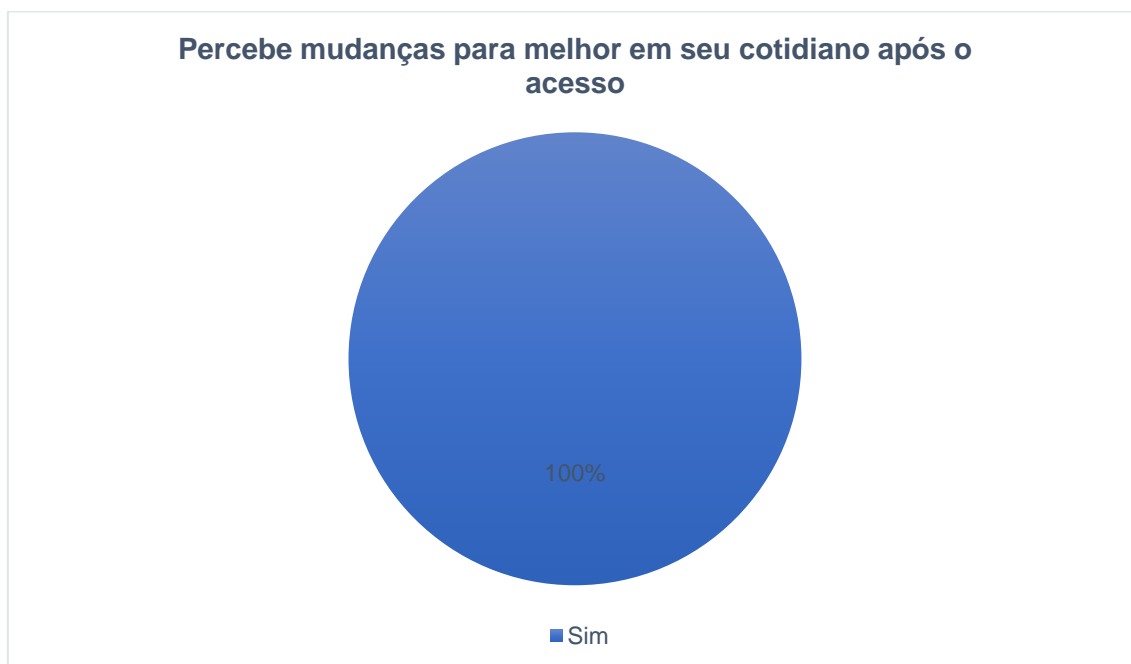
As mulheres que compõem os 91% que se dizem valorizadas, se reconhecem valorizadas no núcleo familiar, na comunidade, em eventos que participam e nas organizações representativas. Algumas começaram a participar de eventos onde relatam suas experiências após o acesso às políticas públicas com recorte de gênero. Algumas agricultoras receberam a Certificação de Agricultura Familiar<sup>22</sup>. Apenas 01 (uma) não se sente valorizada em seu núcleo familiar por se sentir totalmente sem autonomia pessoal e financeira.

---

<sup>22</sup> Certificação concedida pela SEAD comprovando o pertencimento a categoria Agricultura Familiar.



**Figura 20: Mudanças para melhor em seu cotidiano após o acesso às políticas públicas**



Fonte: dados extraídos das entrevistas, 2018

Foi unânime a percepção das mulheres rurais que o acesso às políticas públicas trouxe mudança, para melhor, em seus cotidianos. Ainda que haja uma entrevistada (já comentada nos gráficos anteriores) que não alcançou a autonomia econômica desejada e nem o grau de empoderamento pessoal que outras obtiveram, esta relata que, nos poucos eventos que participou, se sentiu muito bem e aprendeu novas técnicas de trabalho. A entrevistada relata *eu acho que mudou, sim, para melhor. Se eu não estivesse nessa área do queijo, eu não tinha dado esse passeio (...) é bom a gente ver as ideias dos outros*. Dentre as outras, muitas citam as novas amizades, as novas técnicas de agricultura que aprenderam, o reconhecimento de órgãos e pessoas, segundo elas, *importantes* (políticos, dirigentes de entidades públicas e privadas) que as parabenizam nos eventos. É senso comum a todas que foi muito importante conhecer outras mulheres, de outras organizações e que desenvolvem atividades semelhantes.

Dentre as onze mulheres entrevistadas, há uma que não sentiu as contribuições das políticas públicas com recorte de gênero em seu cotidiano, exceto pela aquisição de novos conhecimentos. As relações de gênero, tanto na

esfera produtiva quanto na reprodutiva, para ela, continuam muito desiguais. Ela continua realizando grandes jornadas de trabalho, produtivo e reprodutivo, mas não obteve autonomia econômica e nem aumento da autoestima. Este foi um caso isolado nesta pesquisa. Isso não quer dizer que ele seja único nos diversos estabelecimentos rurais em Aracruz ou no Brasil. Ainda que esse caso represente menos de 10% do montante, não pode ser desprezado ou tido como não relevante.

Ao final das entrevistas, por meio da articulação do PAA em Aracruz, fui informada que, dentre 05 (cinco) propostas de venda apresentadas pelas mulheres para acessar o PAA, no ano de 2018, apenas uma foi contratada pela entidade executora. A associação contemplada com a contratação da proposta de venda foi a Associação Comunitária de Pescadores e Catadores de Lajinha, a mesma que iniciou o acesso em Aracruz, em 2013. Oxalá não seja a última proposta aceita no município.

## 6.0 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

As políticas públicas com recorte de gênero existem, estão sendo acessadas e possuem um poder de transformação na vida das mulheres rurais.

Os resultados desta pesquisa comprovaram a hipótese de que o acesso ao PAA e ao Pronaf Mulher pelas mulheres de Aracruz contribuiu para alavancar suas atividades agrícolas e não agrícolas, assim como para fortalecer sua participação nos arranjos produtivos locais. Essa inserção e/ou fortalecimento são percebidos como positivos no cotidiano dessas mulheres, especialmente no que se refere ao aumento da renda, à diversificação produtiva, ao acesso aos mercados, à autonomia econômica e ao empoderamento por meio da participação em espaços coletivos de representação e de tomada de decisões.

As primeiras mudanças observadas no cotidiano das mulheres entrevistadas se referem à autonomia econômica e ao aumento da autoestima. As mulheres conquistaram direitos civis e produtivos com a titularidade única ou conjunta do Bloco do Produtor Rural e da Declaração de Aptidão ao Pronaf e, conseqüentemente, obtiveram maior visibilidade enquanto agricultoras rurais; expandiram suas atividades produtivas, diversificaram e melhoraram, em qualidade e quantidade, sua produção agrícola e não agrícola.

O acesso às políticas públicas com recorte de gênero, como o Pronaf Mulher e o PAA, abriu caminho para essas mulheres participarem mais ativamente de um ambiente antes dominado pelos homens, como é o caso da comercialização. Elas se organizaram para ingressar nos mercados institucionais, o PAA e o Programa Nacional de Alimentação Escolar, e em outros mercados, como feiras livres e supermercados.

Contribuiu, igualmente, para que ocupassem espaços de decisão em entidades representativas da agricultura familiar, seja na condição de membros votantes, seja exercendo cargos diretivos, e possibilitou a ampliação e a qualificação da participação dessas mulheres em outros espaços, como eventos relativos à agricultura familiar, intercâmbios locais, regionais e nacionais com trocas de experiências e socialização de conhecimentos.

Todas as entrevistadas reconhecem suas atividades produtivas como atividades profissionais e usam parte de sua renda para ampliá-las. A maioria

delas participa do planejamento das atividades nos estabelecimentos rurais e possui autonomia para gerir a renda advinda das mesmas.

Pode-se afirmar que, apesar de o PAA e o Pronaf Mulher terem contribuído para diminuir a invisibilidade produtiva de mulheres rurais de Aracruz, a hipótese de que o acesso a essas políticas contribuiria para a diminuição das desigualdades de gênero no campo não se sustentou frente aos resultados da pesquisa, uma vez que os avanços evidenciados não foram suficientes para alterar a divisão sexual do trabalho, especialmente no âmbito doméstico.

Grande parte das entrevistadas continua realizando duas a três jornadas diárias de trabalho e sente a sobrecarga que isso acarreta. Entretanto, como estão satisfeitas e não querem abrir mão dos progressos econômicos obtidos com as atividades produtivas, não cobram da família ou do companheiro a divisão justa do trabalho, especialmente do trabalho reprodutivo, pois sabem que isto pode acarretar conflitos.

Dentro dos lares, na maioria dos casos, a palavra final ainda é dos homens. Estes, por sua vez, considerando a renda extra proveniente do trabalho das mulheres, interferem pouco ou não interferem em suas atividades produtivas, mas colocam como condição para sua continuidade a não intervenção na rotina doméstica. Em alguns relatos, as entrevistadas buscaram reproduzir a posição do companheiro: se reclamar da sobrecarga de trabalho, a *escolha* será abrir mão da atividade produtiva em prol da atividade reprodutiva.

Assim, para conciliar o trabalho produtivo com o reprodutivo e dar conta da pesada e extenuante carga das atividades diárias, as mulheres precisam abdicar dos horários de lazer e de descanso, utilizando, muitas vezes, os finais de semana com esse objetivo. Em nenhum relato foi citado o lazer como algo que faça parte do cotidiano das entrevistadas. O lazer se resume a visitas aos familiares e encontros religiosos, e algumas mulheres consideram como *passeio*, as visitas técnicas ou os cursos de formação.

As entrevistadas se sentem e são reconhecidas no coletivo como parte importante do desenvolvimento rural e, mesmo nos casos em que não há reconhecimento por parte da família, o sentimento de crescimento pessoal e de empoderamento existe entre essas mulheres.

Um fator que precisa ser ressaltado é a importância de uma assistência técnica e extensão rural adequada às questões de gênero. O perfil comportamental de agentes públicos e de mediadores/as das políticas públicas pode gerar efeitos positivos e negativos nas estruturas patriarcais existentes no campo. Suas ações possuem caracteres objetivos e subjetivos. Em relação a objetividade se pode citar a intermediação com novos conhecimentos, informações etc. A subjetividade está em reforçar ou reproduzir comportamentos sexistas. Na pesquisa foram observados os efeitos objetivos e subjetivos de agentes e intermediários. Houve a objetividade desses sujeitos para o acesso às políticas públicas, bem como efeitos subjetivos positivos e negativos quanto a visibilidade produtiva das mulheres. Reforçando comportamentos machistas se pode citar a agente de vigilância sanitária, que desprezou todo o trabalho da agricultora e inscreveu a produção desta como se fosse do marido. Comportamento oposto se pode citar de articuladores/as das políticas públicas com recorte de gênero. Seja na priorização das propostas das mulheres para o PAA, seja incentivando o acesso ao Pronaf Mulher. Entretanto, essas ações, tanto subjetivas quanto objetivas, se deram no campo produtivo, no espaço público. Não foi citado pelas entrevistadas nenhuma abordagem (por intermediários/as, em eventos ou reuniões que participaram) em relação às desigualdades de gênero a que estão submetidas em seus cotidianos, principalmente em relação aos cuidados. Ao que parece, todos os esforços de agentes públicos e de articuladores/as de políticas públicas se resumem à esfera produtiva, evidenciando com esse comportamento, a pouca importância que se dá às formas injustas de relações de trabalho reprodutivo, dos cuidados, no cotidiano das mulheres rurais de Aracruz. Cabe aqui a *mea culpa* vez que eu também desempenhei esse papel de articulação de políticas públicas para as duas mulheres que acessaram o Pronaf Mulher. Atribuo, em meu caso, o pouco conhecimento e a pouca experiência à época envolvendo as relações desiguais de gênero, bem como a minha própria origem e educação machista. Essa educação se deu tanto na família quanto no meio social e acadêmico. Foram necessários anos de trabalho e de formação acadêmica complementar para que meu comportamento e percepção fossem transformados. Portanto, esta pesquisa se revelou um valioso instrumento de avaliação e análise de minha trajetória pessoal e profissional.

Finalmente, a pesquisa demonstrou que, apesar dos esforços das mulheres e dos avanços alcançados por meio do acesso às políticas públicas, a igualdade de gênero no campo está longe de acontecer. As mudanças positivas se deram de forma mais efetiva na esfera do trabalho produtivo e pouco afetaram o trabalho reprodutivo, tradicionalmente conferido às mulheres; restando, portanto, praticamente inalterada a divisão sexual do trabalho – um dos fundamentos das desigualdades de gênero.

Espera-se que, na medida em que as políticas públicas com recorte de gênero sejam efetivadas e ampliadas, haja mudanças positivas em todos os aspectos da vida das mulheres rurais e que essas mudanças possam quebrar as estruturas patriarcais e mudar a cultura machista, historicamente presentes na sociedade brasileira. Há relatos nas entrevistas indicando que, apesar das dificuldades, esse é um caminho possível de ser percorrido.

## 7.0 - REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. Agricultura e desenvolvimento territorial- **Reforma Agrária**. Vols.28e 29, nº 1:49-67, 1999. Disponível em > <http://ufpel.edu.br/ppgdttsa/files/2014/10>. Acesso em 04 de dezembro de 2017.

\_\_\_\_\_. O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural, in: ABRAMOVAY, R. **O Futuro das regiões rurais**, Porto Alegre: UFRGS, 2003, p.83-100. Disponível em <http://ricardoabramovay.com/o-capital-social-dosterritorios-repensando-o-desenvolvimento-rural/>> Acesso em nov./2017

AQUINO, Joacir.R. e SCHNEIDER, Sergio.12 anos da política de crédito do PRONAF no Brasil (1996-2008):Uma reflexão crítica. **Revista de Extensão e Estudos Rurais**.v.1, n 2, p.309-347.jul-dez.2011.

ARAUJO, Maria; GLINFSKOI, Ana.; THEÓPHILO, Carlos.; SANTOS, Eliana. Pronaf Mulher e o empoderamento de trabalhadoras rurais. In V CONGRESSO EM DESENVOLVIMENTO SOCIAL. **Anais**. 2016. Disponível [http://congressods.com.br/anais/gt\\_06/pronaf%20mulher%20e%20o%20empoderamento%20de%20trabalhadoras.pdf](http://congressods.com.br/anais/gt_06/pronaf%20mulher%20e%20o%20empoderamento%20de%20trabalhadoras.pdf). Acesso em 03 de outubro de 2017.

BARBOSA, Felipe D. **Crédito Rural para a Agricultura Familiar: o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf)**. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Estadual de Campinas. Limeira/SP. 2015. Disponível em ><http://biblioteca.digital.unicamp.br/document/?down=000959449>. Acesso em 15 de janeiro de 2019

BONI, Valdete. **Produtivo e Reprodutivo: o trabalho das mulheres nas agroindústrias familiares -um estudo na região Oeste de Santa Catarina**.2005.99f. (Dissertação). Mestrado em Sociologia Política. Universidade de Santa Catarina. Florianópolis/SC.2005.

BUTTO, Andrea: Políticas para as mulheres rurais: Autonomia e cidadania In: **Autonomia e cidadania: Políticas de organização produtiva para as mulheres no meio rural**. MDA; 2011; Disponível em: [http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/anexos/livro\\_mulher\\_e\\_autonomia\\_0.pdf](http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/anexos/livro_mulher_e_autonomia_0.pdf); Acesso e 07 novembro/2017.

BUTTO, Andrea e LEITE, Renata. Políticas para as mulheres rurais no Brasil: avanços e desafios. IN VIII CONGRESSO LATINOAMERICANO DE SOCIOLOGIA RURAL.2010. **Anais**. Porto de Galinhas/PE.2010.

BUTTO, Andrea; DANTAS, Isolda; HORA, Karla (Org.). **As mulheres nas estatísticas agropecuárias: experiências em países do Sul**. MDA. Brasília/DF.2012.

BRASIL. Resolução GGPAA nº 44 de 16 de agosto de 2011. Fomenta o acesso das mulheres ao Programa de Aquisição de Alimentos.**Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**,Brasília, DF, 17 ago. 2011. Disponível em

<[https://www.legisweb.com.br/legisweb\\_novo/legislacao/?id=115529](https://www.legisweb.com.br/legisweb_novo/legislacao/?id=115529). Acesso em 13 novembro de 2017.

BRASIL.Lei nº 10.696 de 02 de julho de 2003. Dispõe sobre a repactuação e o alongamento de dívidas oriundas de operações de crédito rural, e dá outras providências. Brasília, DF,. Disponível em <<https://conab.gov.br/conabweb/agriculturaFamiliar/arquivos/livretoDigem%20-%20PUBLICO%20EXTERNO%20-%20V10JUL.pdf>. Acesso em 13 novembro de 2017.

BRASIL.Decreto nº 1.946 de 28 de julho de 1996. Cria o Programa Nacional de Fortalecimento Agricultura Familiar PRONAF. Disponível em [http://planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/d1946.htm](http://planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d1946.htm). Acesso em 13 novembro 2017.

BRUMER, Anita e SPANEVELLO, Rosani M.: Entre o sonho e a realidade: **O crédito rural para mulheres da agricultura familiar na Região Sul do Brasil**. Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA 1ª Edição Brasília, 2011; Disponível em: [http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/anexos/livro\\_mulher\\_e\\_autonomia\\_0.pdf](http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/anexos/livro_mulher_e_autonomia_0.pdf); Acessado em 20 de novembro de 2017.

CAMPOS, Mariana L. Feminismo e Movimentos de Mulheres no Contexto Brasileiro: a constituição de identidades coletivas e a busca de incidência nas políticas públicas. **Revista Sociais e Humanas**. 2017. v.30, n.2, p.35-54.

CARNEIRO, Maria J. Mulheres no campo: notas sobre sua participação política e a condição social do gênero. **Estudos, Sociedade e Agricultura**.1994. nº 2, junho, p 11-22. UFRRJ /CPDA. Rio de Janeiro/RJ.

CINTRÃO, Rosângela e SILIPRANDI, Emma. O Progresso das Mulheres Rurais. ONU Mulheres (Org.) **O progresso das Mulheres Rurais no Brasil: 2003 -2009**. V. 2010.

CISNE, Mirla. Marxismo: Uma teoria indispensável à luta feminista. Disponível em: <<http://www.unicamp.br/cemarx/ANAIS%20IV%20COLOQUIO/comunica%E7%F5es/GT4/gt4m3c6.PDF>>. Acesso em: 12 mai. 2019.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES RURAIS AGRICULTORES E AGRICULTORAS FAMILIARES (CONTAG). **Pauta de Reivindicação do Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (MSTTR)**. 2015. Disponível em // <http://contag.org.br/index.php?modulo=portal&acao=interna&codpag=429&dc=1&nw=1>>acesso em 30 de março de 2018.

\_\_\_\_\_. 4º CONGRESSO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA. 1985. Brasília. **Anais**. Brasília, DF.1985.



COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO. **Programa de Aquisição de Alimentos-PAA: Resultados das Ações da Conab em 2017.** Compêndio de Estudos Conab.v.13. Brasília /DF.2018.

\_\_\_\_\_. **Proposta de Participação.** Doação Simultânea. Aracruz/ES. 2014

\_\_\_\_\_. **Proposta de Participação.** Doação Simultânea. Aracruz/ES. 2017

DUARTE, Laura M. G. Agricultura familiar... Mas afinal, do que e de quem estamos falando? 18º CAFÉ CIENTÍFICO. Brasília/DF.2014.

ESTÉS, P. Clarisse. **A Ciranda das Mulheres Sábias.** Rocco. Rio de Janeiro/RJ.2006.

ESPÍRITO SANTO. Lei nº 9.297 de 16 de setembro de 2009. Incentiva o desenvolvimento do turismo rural na agricultura familiar no Estado e dá outras providências. Disponível em: <http://al.es.gov/arquivo/documents/legislacao> Acesso em 04 de maio de 2019.

FARAH, Martha. Gênero e Políticas públicas. **Revista Estudos Feministas.** V.12, n.1. Florianópolis, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ref/v12n1/21692.pdf>. Acesso em 03 de agosto de 2017.

FREITAS, Henrique. Técnica inovadora para análise de dados qualitativos. SIMPÓSIO BRASILEIRO DE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO. UFRGS. Porto Alegre. 2004  
Porto. 2004. Disponível em [researchgate.net/publication/237399441\\_tecnica\\_inovadora\\_para\\_analise\\_de\\_dados\\_qualitativos](http://researchgate.net/publication/237399441_tecnica_inovadora_para_analise_de_dados_qualitativos). Acesso em 20 de janeiro de 2019.

FLICK, Uwe. **Designing Qualitative Research.** London, Sage Publications, 2007.

GERHARDT, T. Engel; SOUZA, Aline C. Aspectos Teórico-conceituais. In: GERHARDT, T.; SILVEIRA, D. (Orgs.). **Métodos de Pesquisa.** 1. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. p. 11-29.

GIL, Antônio. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social.** Atlas. 6ª Edição. São Paulo/SP .2008.

GOMES, Gisele A. História, mulher e gênero. **Revista Virtú.** Nº 10, jul-dez de 2010. Não paginado. Disponível em <http://www.ufjf.br/virtu/files/2011/09/HIST%C3%93RIAMULHER-E-G%C3%8ANERO.pdf>. Acesso em 12 de dezembro de 2018.

GUÉNEAU, Stephane; SABOURIN, Eric; ÀVILA, Mário. **Introdução à análise de políticas públicas 2: a construção social da ação pública.** MADER/UNB. Brasília/DF.2017. Slides.

GRIZA, Cátia. As políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil: um ensaio a partir da abordagem cognitiva. **Desenvolvimento em Debate**.v.1, n2, p.83-109. jan.-abr. e mai.-ago. 2010

\_\_\_\_\_. A agricultura familiar nas políticas para a agricultura familiar. **Agricultura Familiar Brasileira: desafios e perspectivas para o futuro**. MDA. Brasília/DF. 2017. p. 291-313.

GRIZA, Cátia. e SCHNEIDER, Sérgio. Três Gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e estado no Brasil. **Revista de Sociologia e Economia Rural**, 2014, vol.52, p.125-146.

HARDING, Sandra. A instabilidade das categorias analíticas na teoria feminista. **Estudos Feministas**. V. 1 n.1. 1993. CIEC/ECO UFRJ. p. 07-32.

HEREDIA, Beatriz M; CINTRÃO, Rosangela P. Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural brasileiro. **Revista Nera – Ano 9, n. 8 – janeiro-junho / 2006**.

HERNÁNDEZ, Carmen O. **Política de Crédito Rural com Perspectiva de Gênero: um meio de “empoderamento” para as mulheres rurais?** Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2009.249 f. Dissertação. Porto Alegre/rs.2009.

HIRATA, Helena. Teorias e práticas do *Care*: estado sucinto da arte, dados de pesquisa e pontos em debate. **Cuidados, trabalho e autonomia das mulheres**. FARIA, Nalu e MORENO, Renata (Orgs.). SOF, São Paulo/SP. 2010

HOLLANDA, Chico. B. **Construção**. Phonogram/Philips. Rio de Janeiro/RJ.1971. Disco sonoro.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA/IBGE (Brasil). **Censo Agropecuário de 2006**: Regiões e Unidades da Federação.2009.Disponível em : [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/51/agro\\_2006.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/51/agro_2006.pdf). Acesso em 06 de agosto de 2017.

\_\_\_\_\_.(Brasil) **Conheça cidades e estados do Brasil**. 2017a. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/es/aracruz/panorama>. Acesso em 09 de setembro de 2018.

\_\_\_\_\_. (Brasil) **Os Indígenas no Censo Demográfico de 2010**. 2010a Disponível em > [https://ww2.ibge.gov.br/indigenas/indigena\\_censo2010.pdf](https://ww2.ibge.gov.br/indigenas/indigena_censo2010.pdf). Acesso em 03 de janeiro de 2019.

\_\_\_\_\_. (Brasil). **Censo- Amostra, Característica da população**; IBGE; 2010b ; Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/es/aracruz/pesquisa/23/25888?detalhes=true>; acessado em 04 de fevereiro de 2019.

\_\_\_\_\_. (Brasil). **Censo Agro 2017**.2017b. Disponível em <http://censos.ibge.gov.br/agro/2017>. Acesso em 04 de fevereiro de 2019.

\_\_\_\_\_. **Programa por Amostragem em Domicílios/Pnad**.2016 Disponível em: [http://ibge.gov.br/home/estatistica/pesquisas/pesquisa\\_resultados.php?id\\_pesquisa=40](http://ibge.gov.br/home/estatistica/pesquisas/pesquisa_resultados.php?id_pesquisa=40). Acesso em 05 de setembro de 2017

KAGEYMA, Angela. **Desenvolvimento rural: conceito e um exemplo de medida**-2004. Disponível em <http://www.sober.org.br/palestra/12/12O506.pdf>. Acesso em 10 de janeiro de 2019.

LOTTA Gabriela; FAVARETO Arilson. Desafios da integração nos novos arranjos institucionais de políticas públicas no Brasil. **Revista de Sociologia e Política**. vol.24 no.57 Curitiba Mar. 2016 Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1678-987316245704> [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-44782016000100049](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782016000100049). Acesso em 10 de novembro de 2018.

LUNA, Lolla. G. Histórias, Gênero y Política. V CONGRESSO INTERNACIONAL E INTERDISCIPLINÁRIO DE LA MUJER. **Anais**. San José. Costa Rica.1993.Disponível em: <http://www.ub.edu/SIMS/pdf/HistoriaGenero/HistoriaGenero-03.pdf> Acesso em 03 de dezembro de 2017.

MINAYO, Maria S. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. (Org.) Vozes. Ed. 28. Petrópolis/RJ. 2002.

MINISTÉRIO DA CIDADANIA. (Brasil). **Relatório de Informações Sociais; SAGI; MDSA; 2018**; Disponível em: <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/Rlv3/geral/relatorio.php#> ; acessado em 04 de fevereiro de 2019.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO (Brasil). **Políticas Públicas para Mulheres Rurais no Brasil**; DPMR/MDA; [s.d]; Disponível em: [http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/ceazinepdf/POLITICAS\\_PUBLICAS\\_PARA\\_MULHERES\\_RURAIIS\\_NO\\_BRASIL.pdf](http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/ceazinepdf/POLITICAS_PUBLICAS_PARA_MULHERES_RURAIIS_NO_BRASIL.pdf) ; Acessado em 07 de novembro de 2017.n

MOBILIZAÇÕES. **Marcha das Margaridas**. Disponível em <http://fetase.org.br/mobilizações/marcha-das-margaridas>> Acesso em 30 de março de 2018.

NAVARRO, Zander. Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. **Revista Estudos Avançados**.Vol.15, n 43. Set-Dez. 2001.Disponível em [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40142001000300009](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142001000300009). Acesso em 10 de janeiro de 2019.

PINILLA, Ana E.; ADIB, Alberto R. **Guia para La Generacion Participativa de Políticas Públicas Diferenciadas para La Agricultura Familiar**. IICA. Santiago, Chile. 2017.

SAFFIOTI, Heleieth. Primórdios do conceito de gênero. **Cadernos Pagu**, n.12, p.157-163. São Paulo, 1999. Disponível em > <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8634812/2731>. Acesso em: 20 de janeiro de 2019.

\_\_\_\_\_. **Gênero, patriarcado e violência**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2015.

SANTOS, Nilma A. A divisão sexual do trabalho na agricultura familiar: entre a invisibilidade e a desvalorização do trabalho (re) produtivo de mulheres trabalhadoras rurais do município de Brejo/MA frente à expansão da monocultura de soja. **Revista de Políticas Públicas**. UFM São Luis /MA, p.331-337. 2016.

SECRETARIA ESPECIAL DE AGRICULTURA FAMILIAR E DO COOPEATIVISMO (Brasil). **Plano Safra da Agricultura Familiar 2017/2020**. Brasília/DF. 2017.

\_\_\_\_\_. Pronaf. Disponível em : <http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/saf-creditorural/sobre-o-programa>. Acesso em 10 de fevereiro de 2019.

SECRETARIA ESPECIAL DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL.PAA. Disponível em [mda.gov.br/assuntos/seguranca\\_alimentar/programa\\_de\\_aquisicao\\_de\\_alimentos\\_paa](http://mda.gov.br/assuntos/seguranca_alimentar/programa_de_aquisicao_de_alimentos_paa). Acesso em 12 de janeiro de 2019.

SCHNEIDER, Sérgio. Situando o desenvolvimento rural no Brasil: o contexto e as questões em debate. **Revista de Economia Política**. Vol.30, n.3, pp.511-531. Jul.-set/2010.

\_\_\_\_\_. Agricultura familiar e desenvolvimento rural endógeno: elementos teóricos e um estudo de caso. Froehlich, J.M.; Vivien Diesel. (Org.). **Desenvolvimento Rural - Tendências e debates contemporâneos**. Ijuí/RS. 2006.

SCHNEIDER, Sérgio e CASSOL, Abel. Diversidade e heterogeneidade da agricultura familiar no Brasil e algumas implicações para a política pública. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**. Brasília, v.31, n.2, p.227-263, maio/ago. 2014

SCHNEIDER, Sérgio; MATTEI, Lauro; CAZELLA, Ademir A. Histórico, caracterização e dinâmica recente do Pronaf. Paulo Eduardo Moruzzi (Org.). **Políticas Públicas e Participação Social no Brasil Rural**. Porto Alegre/RS. 2004.

SCHMITZ, Heribert; MOTA, Dalva M.; SOUZA, Gláucia M. O Fim do Programa de Aquisição de Alimentos: reviravoltas para as mulheres extrativistas em Sergipe. **Revista Política & Sociedade**, Florianópolis, v. 15, p. 80-103, 2016. Ed. Especial.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. **Educação e Realidade**. v.15, p. 71-99, n 2, jul/dez.1990. Tradução da versão em francês. Acessível em <http://ser.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721/40667>. Acesso em 25 de fevereiro de 2018.

SPANEVELLO, Rosani; MATTE, Alessandra.; BOSCARDIN, Mariele Crédito rural na perspectiva das mulheres trabalhadoras rurais da agricultura familiar: uma análise do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). **Revista Polis**. V. 44. Set-2016. Disponível em <http://polis.revues.org/11963>. Acesso em 12 de janeiro de 2019.

SILIPRANDI, Emma. Mulheres Agricultoras no Brasil: sujeitos políticos na luta por soberania e segurança alimentar. **Pensamento Iberoamericano**. n° 09.2011.

SILIPRANDI, Emma. e CINTRÃO Rosângela. As Mulheres agricultoras no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). **Segurança Alimentar e Nutricional**. V.18, Ed.2, p.13-32. 2011.

\_\_\_\_\_. Mulheres rurais e políticas públicas no Brasil: abrindo espaços para o seu reconhecimento como cidadãs. In: GRISA, C.; SCHNEIDER, S. (Org.). **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015. (Série Estudos Rurais).

SOUZA, Jessé. **A Radiografia do Golpe**. LeYa. São Paulo/SP.2006.

TEIXEIRA, Elenaldo. O Papel das Políticas Públicas no Desenvolvimento Local e na Transformação da Realidade. **Caderno CRH**, Salvador, nº26/27, p. 170-209, 1997. BA, 2002. Disponível em <http://trabalhosfeitos.com/ensaios/resumo>. >Acesso em 09 de setembro de 2017.

TREVISAN, Andrei P. e BELLEN, Hans M. Avaliação de políticas públicas: uma revisão teórica de um campo em construção. **Revista de Administração Pública (Rap)**, v.42, p 529-530. mai /jun.2008. Disponível em [scielo.br/pdf/rap/v42n3/a05v42n3.pdf](http://scielo.br/pdf/rap/v42n3/a05v42n3.pdf). Acesso em 01 de fevereiro 2019.

WANDERLEY, Maria N. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In 49º CONGRESSO INTERNACIONAL DE AMERICANISTAS. **Anais**. Quito, Equador.1997.

\_\_\_\_\_. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. **Aula inaugural do 1º semestre**. CPDA/UFRRJ. Rio de Janeiro/RJ.2004.

## 8.0 - APÊNDICE – Roteiro das entrevistas

**Nome:**

**Local:**

**Data:**

**Idade:**

**Estado civil:**

**Profissão:**

Eixo 01 – *Divisão Sexual do Trabalho (Produtivo e reprodutivo):*

1 - Quem fica responsável pelas atividades domésticas? Sempre foi assim?

2 – Como é seu dia a dia nas atividades da casa? Alguém a auxilia?

3 - Quem fica responsável pelas atividades (agropecuárias) na propriedade rural? Sempre foi assim?

4 – Como é seu dia a dia nas atividades da propriedade? Produção e comercialização.

5 – Quem planeja o que fazer (atividades...) na propriedade? A senhora dá sua opinião? É ouvida?

6 – Já aconteceu algum conflito em sua família ou na comunidade por causa de seu trabalho na propriedade, após o acesso às políticas públicas?

7 – Houve alguma mudança (para melhor ou pior) no seu dia a dia (trabalho reprodutivo e produtivo), em sua vida, após o acesso? Qual (s)? Como se sente em relação a essas mudanças?

Eixo 02 - *Acesso às Políticas Públicas (Pronaf Mulher e PAA) e Autonomia Econômica*

1 – Como ficou sabendo da política pública? E como foi para acessar? (todo o processo – planejamento até o recurso ficar disponível). De quem foi a iniciativa para acessar a política pública?

2 - O crédito foi para realizar qual (s) atividade (s)? Já praticava essa atividade antes da política?

3 – A Declaração de Aptidão ao Pronaf, a DAP, está no nome de quem? E o Bloco de Produtor rural?

### *Eixo 03 – Autonomia Econômica*

1 – Qual a sua participação na renda familiar? Já contribuía para a renda familiar antes do acesso?

2 - Em relação a renda advinda da atividade desenvolvida com o incentivo da política pública acessada, é a senhora que decide onde e como utilizar esse dinheiro?

### *Eixo 04 – Empoderamento e Organização*

1- Participa de alguma associação ou cooperativa? Ou outra organização? Qual (s)? Caso seja “sim”:

- Já participava antes do acesso?
- Faz parte da diretoria (poder de decisão) ou é só associada?
- Participa das reuniões?
- Contribui com ideias e decisões ou fica mais como ouvinte?
- Quando dá sua opinião, sente que é aproveitada? Os/as participantes escutam com atenção?

2- Quando a senhora se ausenta de casa por causa de alguma atividade de trabalho (capacitação, reuniões de associações), como fica o trabalho de casa? Há algum conflito por causa de suas saídas? A família concorda?

3- Conhece outras mulheres que acessaram o Pronaf Mulher ou o PAA? Há alguma atividade que as mulheres desenvolvem juntas?

4- Percebe alguma mudança em suas relações com as pessoas da comunidade (novas amizades, fim de amizades, reconhecimento na comunidade, nas organizações) por causa de seu trabalho desenvolvido na propriedade após o acesso? Qual (s)?

5- Outras mudanças (qualitativas e quantitativas) no cotidiano após o acesso às políticas públicas.

6 - A senhora quer falar ou esclarecer alguma situação além das questões perguntadas?

## 9.0 - ANEXOS – Reportagens sobre o PAA em jornais locais e regionais

Agricultura em Movimento, n 42, 2014. Informativo da Secretaria de Agricultura do estado do ES.



### Comunidade de pescadores de Aracruz é a primeira do município a fornecer alimentos para o PAA

■ O município de Aracruz passou a realizar entregas para o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). A comunidade de tradicional de pescadores de Lajinha, com o apoio do Incaper, iniciou a entrega de alimentos produzidos no local. A primeira entrega contou com a participação de sete famílias e houve um retorno de R\$ 2.142,00 para a comunidade.

De acordo com o chefe do escritório local do Incaper em Aracruz, Luiz Carlos Pereira do Sacramento, a comunidade começou a ser assistida pelo Incaper por meio do Projeto Estruturação e Fortalecimento dos

Setores Produtivos da Agricultura Familiar do Norte do Espírito Santo (Tecosocial), o que culminou com a realização da primeira entrega para o PAA em 2014.

“A primeira entrega contou com 599 quilos de alimentos. A produção de alimentos que não era consumida na propriedade passou a ser comercializada, gerando um retorno econômico para as famílias”, comemorou Sacramento. Estão sendo comercializados abacate, jaca, hortelã, laranja, coco seco e verde, laranja lima e seleta, mel e fruta-pão.

Para o presidente da Associação dos Pescadores e Catadores de Caranguejo de Lajinha (Apescal), Elias Nunes de Castro, as entregas têm sido muito boas. “Nossa produção estragava na propriedade. Agora temos um canal de comercialização”, afirmou Elias.

A perspectiva é de diversificar a produção das famílias de Lajinha. “Estamos auxiliando na preparação de um espaço para horta. A proposta é o plantio de hortaliças e outras culturas”, afirmou Sacramento.

Os produtos comercializados pela comunidade de Lajinha para o PAA estão sendo doados para o Lar dos Idosos, Projeto Girassol, no Bairro São Marcos, e Recanto Feliz, em Guaraná.

### Safra de café no Brasil será menor em 2014

■ De acordo com o pesquisador de café do Incaper e coordenador do Programa Estadual de Cafeicultura, Romário Gava Ferrão, a safra brasileira de café será menor em 2014. A previsão inicial era de 48 milhões de sacas. No entanto, devido à seca associada a altas temperaturas nas principais regiões produtoras do país (Sul, Cerrado e Matas de Minas, Centro Oeste Paulista e Mogiana de São Paulo e Caparaó do ES), considerada uma das mais drásticas dos últimos 30 anos, a estimativa para 2014 será cerca de 40 milhões de sacas.

Romário destaca também que, para 2015, ainda não é possível estimar as perdas na produção, mas devido aos aspectos das lavouras relativos ao vigor, crescimento, desfolhamento, emissão das gemas florais e morte de plantas, oriundos dos problemas climáticos deste ano, é possível que haja interferência de forma negativa na produção, com perdas significativas no próximo ano. “As altas temperaturas e a seca interferem na formação, no enchimento, tamanho e peso dos grãos, na qualidade final do produto, no crescimento da planta e na florada da próxima safra”, disse Romário.

No Espírito Santo, as estimativas de safra da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) apontam que a safra de conilon será menor em

**Braço do Rio ganha**

Folha do Litoral- 20/03/2015- Jornal regional do ES

### Programa beneficia agricultores familiares de Aracruz

NA DO LITORAL - ARACRUZ (ES) - SEXTA-FEIRA, 20 DE MARÇO DE 2015

ARACRUZ

Os produtos adquiridos beneficiaram cerca de 90 entidades, complementando 23.435 refeições em Aracruz e Grande Vitória.

Entre os produtos adquiridos dos agricultores familiares estão: mel, abacate, coco verde, coco seco, limão, tangerina, laranja, jaca, aipim, hortelã-pimenta, maracujá, banana-prata, banana-da-terra e couve, entre outros produtos.

“Desde o início de 2014, o PDRT vem organizando e apoiando associações assistidas pelo programa a fornecerem alimentos para o PAA”, observou Claudia Cristina Belchior, consultora de Sustentabilidade da Fibria.

A primeira associação de Aracruz a fornecer para o PAA foi a Associação Comunitária de Pescadores e Catadores de Caranguejo de Lajinha (Apescal), que entregou mercadorias doadas para o Lar dos Idosos, Projeto Girassol e Recanto Feliz, em Guaraná.

**A**gricultores familiares ligados à Associação dos Produtores Rurais de Mata Limpa (Asprumata) e à Associação de Agricultores Familiares de Boa Vista (Agribovis), ambas de Aracruz, comemoram a venda de produtos ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), iniciativa do Governo Federal. Só em fevereiro, as duas associações forneceram 11.192,5 quilos de alimentos.

O programa visa promover o acesso à alimentação e o incentivo à agricultura familiar. A ação conta com o apoio da Fibria, por meio do Programa de Desenvolvimento Rural Territorial (PDRT).

Durante os meses de janeiro e fevereiro as entregas movimentaram 30.905,9 kg de produtos da agricultura familiar, totalizando vendas de R\$ 38,6 mil.

